

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**A ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO  
TOCANTINS:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA UNITINS**

Maria Cristina d'Almeida Moretz-Sohn  
Orientador: Luiz Fernandes Dourado

Goiânia

2002  
MARIA CRISTINA D'ALMEIDA MORETZ-SOHN

**A ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO  
TOCANTINS:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA UNITINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

**Área de concentração:** Estado e políticas educacionais.

**Orientador:** Luiz Fernandes Dourado

GOIÂNIA

**MARIA CRISTINA D'ALMEIDA MORETZ-SOHN**

**A ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO TOCANTINS:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS DA UNITINS**

Dissertação defendida e aprovada em 21 de novembro de 2002, pela Banca Examinadora constituída pelos professores.



---

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado  
Presidente da Banca



---

Profª Drª Maria do Rosário Cassimiro



---

Prof. Dr. Ildeu Moreira Coêlho

## **DEDICATÓRIA**

A meus pais, irmãos e filha amada, pela alegria de vê-los sempre com um sorriso nos lábios e um largo abraço pronto para me acolher e embalar.

Aos alunos da UNITINS, pela bravura com que têm enfrentado as vicissitudes da instituição.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor e orientador desta dissertação, Luiz Fernandes Dourado, pela paciência, sabedoria, carinho e dedicação, que me ajudaram a superar limites.

A equipe do Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (NEDESC), pelo apoio e incentivo.

Aos professores e colegas do Programa de Mestrado Interinstitucional UFG/UNITINS, pelos momentos agradáveis e enriquecedores.

Aos colegas do *Campus* de Miracema da UNITINS, pelo estímulo e colaboração.

Aqueles que contribuíram com seus depoimentos e arquivos pessoais, pelo desprendimento e confiança.

A UNITINS pela oportunidade de realizar este mestrado.

A CAPES pelo apoio financeiro.

Aos amigos e familiares, pelos momentos de reflexão.

... as universidades não serão o que devem ser se não cultivarem a consciência da independência do saber e se não souberem que a suprema virtude do saber, graças a essa independência, é levar a um novo saber. E para isto precisam de viver em uma atmosfera de autonomia e estímulos vigorosos de experimentação, ensaio e renovação. Não é por simples acidente que as universidades se constituem em comunidades de mestres e discípulos, casando a experiência de uns com o ardor e a mocidade dos outros. Elas não são, com efeito, apenas instituições de ensino e de pesquisa, mas sociedades devotadas ao livre, desinteressado e deliberado cultivo da inteligência e do espírito e fundadas na esperança do progresso humano pelo progresso da razão. O seu clima é o da imaginação, no que tem de mais potente este aspecto de nossa vida mental. O seu ofício é a aventura intelectual, conduzida com o destemor e a bravura da experiência, estimulada e provocada pela juventude, que quer aprender para ir com o seu novo saber à base do velho, até o desafio deste.

*Anísio Teixeira*

## SUMÁRIO

	<b>RESUMO .....</b>	<b>9</b>
	<b>ABSTRACT .....</b>	<b>10</b>
	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO I: A política pública da educação superior no Brasil: do Império à reforma do Estado.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO II: O Estado do Tocantins no cenário do ensino superior: a criação da UNITINS .....</b>	<b>41</b>
<b>2.1</b>	<b>Tocantins: antecedentes históricos .....</b>	<b>41</b>
<b>2.2</b>	<b>Uma Universidade para o Tocantins .....</b>	<b>47</b>
<b>2.3</b>	<b>O Projeto UNITINS .....</b>	<b>53</b>
<b>2.3.1</b>	<b>Novo critério para seleção de alunos .....</b>	<b>55</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Dinamização da estrutura acadêmica .....</b>	<b>57</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Organização colegiada da Universidade .....</b>	<b>58</b>
<b>2.3.4</b>	<b>Interiorização das atividades da Unitins .....</b>	<b>61</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO III: A reestruturação da UNITINS: o embate entre o público e o privado.....</b>	<b>76</b>
<b>3.1</b>	<b>A Fundação morreu. Viva a autarquia. ....</b>	<b>77</b>
<b>3.2</b>	<b>O renascimento da Fundação .....</b>	<b>97</b>
<b>4</b>	<b>Considerações Finais .....</b>	<b>123</b>
<b>5</b>	<b>Anexos .....</b>	<b>143</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	IES criadas no norte de Goiás .....	49
Quadro 2	Cronograma de implantação de cursos no Centro Universitário de Palmas – experiência prevista no Projeto UNITINS .....	69
Quadro 3	Cronograma de implantação de cursos no Centro de Extensão de Araguaína – experiência prevista no Projeto UNITINS .....	70
Quadro 4	Cronograma de implantação de cursos no Centro de Extensão de Porto Nacional – experiência prevista no Projeto UNITINS ....	70
Quadro 5	Cronograma de implantação de cursos no Centro de Extensão de Gurupi – experiência prevista no Projeto UNITINS .....	70
Quadro 6	Corpo docente por grau de formação e esfera administrativa .....	72
Quadro 7	Síntese comparativa dos dois modelos de estruturação da Universidade do Tocantins – UNITINS .....	84
Quadro 8	Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1992/1993 .....	93
Quadro 9	Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1994/1995 .....	96
Quadro 10	Demonstrativo da administração Moisés Avelino, com relação a UNITINS .....	97
Quadro 11	Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1996 .....	100
Quadro 12	Leis e Decretos referentes a UNITINS sancionados em 1996 .....	105
Quadro 13	Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1997/1998 .....	109
Quadro 14	Leis e Decretos referentes a UNITINS sancionados em 1997.....	110
Quadro 15	Oferta de cursos/vagas nas Fundações Municipais de Colinas e Guaraí .....	112
Quadro 16	Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1999/2000 .....	113
Figura 1	Organograma da administração superior da UNITINS	59
Figura 2	Organograma da Fundação Universidade do Tocantins	60
Figura 3	Localização geográfica dos <i>Campi</i> da UNITINS	62
Figura 4	Organograma da UNITINS autarquia, pós período de implantação .....	86
Gráfico 1	Relação da Quantidade de vagas oferecidas pela UNITINS desde 1991 .....	121
Gráfico 2	Relação da Quantidade de <i>Campi</i> em atividade desde 1991.....	122

## SIGLAS UTILIZADAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe
CINTEFOR	Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sobre Formação Profissional
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CONNECT	Conselho de Educação, Ciência e Tecnologia
CONORTE	Comissão de Estudos do Norte Goiano
DASP	Departamento Administrativo de Serviço Público
DCE	Diretório Central de Estudantes
FACILA	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
NEDESC	Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura
NEPE	Núcleo de Estudos e Planejamento do Espaço
NEPP	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
NUTAL	Núcleo de Tecnologia de Alimentos
NUTIB	Núcleo de Tecnologias Industriais Básicas
OIT	Organização Internacional do trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PLANORTE	Plano de Valorização para o Norte de Goiás
UB	Universidade do Brasil
UCG	Universidade Católica de Goiás
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFT	Fundação Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundação das Nações Unidas para a Infância
UNIPALMAS	Universidade de Palmas
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
USAID	United States Aid International Development
USP	Universidade de São Paulo

## RESUMO

“A estruturação da educação superior no Tocantins: caminhos e descaminhos da UNITINS” é um estudo da trajetória da Universidade do Tocantins, desde a sua concepção, na efervescência da criação do estado do Tocantins em 1988 até o ano 2000, ano em que foi assinada a Lei nº 10.032, autorizando a instituição da Fundação Universidade Federal do Tocantins. A dificuldade ocasionada pela ausência de um arquivo de preservação da memória da UNITINS foi contornada pela pesquisa em jornais, órgãos públicos e, principalmente, pelo relato e arquivo de pessoas que viveram a história da UNITINS, como personagens ou observadores. Nascida como uma entidade pública estadual de caráter cultural, científico e educacional, voltada para atender as necessidades do novo Estado, a UNITINS foi vítima de toda a sorte de desmandos, com sucessivas mudanças de personalidade jurídica, rotatividade das reitorias, fechamento e abertura de cursos e *campi*, diversidade de vínculos empregatícios, entre outras arbitrariedades. A análise dos dados revelou que a trajetória da UNITINS é a expressão de uma concepção patrimonial de Estado cuja descontinuidade é um traço marcante e que as decisões não se efetivam em critérios estritamente acadêmicos.

## ABSTRACT

The name of this study is "The Structure of High Education in Tocantins State: Directions and Misdirections of UNITINS". The study is about the University of Tocantins, since its conception in 1998 ( the same period of Tocantins State's creation) until 2000 when the Federal University of Tocantins was created by the law number 10.032. Due to the absence of organised archives about the history of UNITINS, research data were obtained in newspapers and in public organisations. The main source of information, were however lively reports and personal files from the people who had full connection with the history of UNITINS, as actors or as observers. UNITINS was created as an state public organisation with an cultural, scientific and educational nature. Its aim was to assist in the main needs of the new state. The University was victim of a great variety of interventions. During its existence the organisation suffered several modification in its juridical nature; high turnover in its central administration, suffered with the creation and closure of several courses and *campi*, the university also was affect by the use of a great diversity the use of great diversity of employment contracts and with arbitrary interventions. The data analysis revealed that the history of UNITINS is marked by the inconstancy of decisions, a clear indication of an patrimonial state that does not take on account sound academic principles.

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe-se a reconstituir a história da Universidade do Tocantins – UNITINS, desde a sua concepção na efervescência do processo de estruturação do novo Estado em 1988, até o ano de 2000, ano em que foi assinada a Lei Federal nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, autorizando a instituição da Fundação Universidade Federal do Tocantins. O estudo consiste em uma investigação vinculada ao Núcleo de Estudos e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (NEDESC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), criado em 1997, com a finalidade de preservar a memória educacional do Estado de Goiás e da Região Centro-Oeste. O convênio interinstitucional entre a UFG e a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) permitiu a articulação de estudos envolvendo as pesquisas sobre o Estado de Goiás (região Centro-Oeste) e o Estado do Tocantins (região Norte), alargando geograficamente o universo de pesquisa do NEDESC, em deferência ao estreito laço que une os dois estados, que foram um só até 1988, quando a Constituição Federal determinou a autonomia do norte goiano, dando origem ao estado do Tocantins.

O interesse por esse estudo foi despertado a partir do levantamento da documentação referente a UNITINS, visando pesquisar as causas e os critérios para o fechamento do Curso de Licenciatura em Matemática no *Campus* de Miracema do Tocantins no ano de 1999, foco inicial da pesquisa. O tema me era particularmente instigante, pois como docente desse Curso, muito me chocou a frieza com que foi tratado o seu fechamento pela Reitoria e a indiferença com que foi recebido pela sociedade civil organizada, pelos órgãos de classe e pelos membros da comunidade em geral. O material recolhido deixou evidente, que o

ocaso do Curso de Matemática foi apenas mais um episódio na tumultuada trajetória do *Campus* de Miracema do Tocantins. O tema foi então ampliado, no sentido de pesquisar os caminhos e descaminhos do *Campus* de Miracema.

O processo de investigação foi se efetivando por meio do resgate da documentação oral e escrita envolvendo contatos com pessoas que direta ou indiretamente participaram da construção dessa história e levantamento documental: recortes de jornal, leis e decretos, entre outros. Esta segunda delimitação do estudo persistiu até o mergulho na história da UNITINS, que seria, a princípio, apenas um capítulo da dissertação, com a finalidade de contextualizar o *Campus* de Miracema do Tocantins. Entretanto, a riqueza do material recolhido, denunciador da natureza patrimonialista das relações efetivadas no Tocantins e vitais para a compreensão da estruturação da UNITINS e da sua (in)definição como Universidade, forçou um novo recorte na temática proposta, pois fazia-se necessária a análise mais profunda dos valores acadêmicos que nortearam e norteiam a Universidade do Estado “da livre iniciativa e da justiça social”<sup>1</sup>.

Para resposta as inúmeras questões que foram se apresentando ao longo da investigação, foram entrevistados reitores, educadores, funcionários, alunos, além da pesquisa documental junto à Assembléia Legislativa, Secretarias de Estado, redação de jornais e órgãos administrativos, jurídicos e financeiros da UNITINS.

O estudo está dividido em três capítulos. O primeiro retoma a história da educação superior no Brasil, desde a vinda da família imperial para o Brasil em 1808 até a promulgação da Lei n° 9.394/96, enfocando a relação por vezes íntima, quando não promíscua, entre a vocação política e a vocação científica da Universidade. Tal retomada histórica, motivada pela necessidade da autora de conhecer a história da Universidade, foi efetivada a partir da leitura de Marilena Chauí, Maria de Lourdes Fávero, Luiz Antônio Cunha e Luiz Dourado, que sinalizaram a relação Sociedade e Educação, evidenciando na trajetória do ensino superior como essa relação historicamente foi-se materializando num cenário de Estado Patrimonial, assumindo feições clientelísticas por meio de mecanismos de cooptação, seja para garantir privilégios, seja para somar forças em torno de um projeto governamental, trazendo a tona a singularidade das

---

<sup>1</sup> *Slogan* adotado pelo atual governo Siqueira Campos para o Estado do Tocantins.

relações entre o saber e o poder. O capítulo serviu de apoio para a análise da articulação das políticas educacionais e a conformação adotada pelo Tocantins, a partir do olhar sobre o Estado brasileiro.

O segundo capítulo aborda o processo de concepção, gestação e nascimento da UNITINS, fazendo um histórico do Tocantins e do ensino superior do Estado de Goiás, do qual o Tocantins esteve geográfica, econômica e politicamente vinculado até 1º de março de 1989, quando então assumiu identidade política e jurídica própria e passou ao cenário nacional, como o 24º Estado da República Federativa do Brasil. O olhar lançado sobre o ensino superior em Goiás justifica-se pela política de expansão e interiorização incrementada pelo governo Iris Rezende na década de 80, responsável pela implantação de instituições em diversos municípios goianos, entre eles, Araguaína, Porto Nacional e Gurupi, cidades do norte goiano, que, com a emancipação da região, tornaram-se berço cultural da UNITINS. Ainda neste capítulo, é apresentado o “Projeto UNITINS”, base de sustentação e estruturação da Universidade, desenvolvido por uma equipe montada pela primeira Reitora da UNITINS, Professora Dra. Maria do Rosário Cassimiro.

No terceiro capítulo são tratadas as incontáveis metamorfoses administrativas, estruturais, espaciais e jurídicas porque passou a UNITINS, desvelando o jogo de forças e interesses que permearam a sua constituição e interferem diretamente no delineamento do seu perfil como uma instituição de ensino superior. Nascida como uma entidade pública estadual de caráter cultural, científico e educacional, voltada para atender as necessidades de desenvolvimento do novo Estado e organizada num modelo *multi-campi*, a UNITINS sofreu com a rotatividade das reitorias, a nebulosidade dos critérios para a abertura / fechamento de cursos e *campi*, a ausência de uma política de recursos humanos, a diversidade de vínculos empregatícios, a mutabilidade da sua personalidade jurídica, afastando-a de seu compromisso com o desenvolvimento regional, negligenciado em detrimento de interesses não vinculados ao meio acadêmico.

Finalizando, são feitas considerações com base nos fatores que determinaram a concepção *multi-campi*, a vocação acadêmica da UNITINS e as políticas de estruturação da universidade, buscando analisar a teia de relações

em seu conjunto, oferecendo elementos para se refletir criticamente sobre o sentido da universidade e de seu compromisso com o desenvolvimento cultural e tecnológico, sem esquecer sua obrigação em constituir-se em uma verdadeira cidadela contra a injustiça e a barbárie social.

Os documentos foram coletados, inventariados e arquivados no banco de dados do NEDESC/FE/UFG, conforme relação em anexo.

## CAPÍTULO I

### A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DO IMPÉRIO A REFORMA DO ESTADO

A universidade, nascida no século XIII, surgiu espontaneamente nas escolas catedrálcias, formando professores e alunos uma única *societas* “e representavam o novo mundo que surgia a consciência de liberdade e a valorização do saber pelo que ele representa por si mesmo”. Com o significativo apelido de *alma mater*, a universidade recebia jovens das mais diversas camadas sociais, acreditando que, “através do saber e do diálogo, a verdade acabava por vir à luz”. (Beltrão, 1997, p.68)

No Brasil, a universidade criada como “terreno seguro para abrigar a vida e o corpo social” revelou-se ao longo da história uma ilha de indefinições, um retrato, quem sabe, do próprio Estado (de estável, estabelecido) brasileiro, pródigo em ajustes circunstanciais, sem profundidade e substância, que verdadeiramente promovam a equidade e a justiça social. (Beltrão, 1997, p. 70)

Para Chauí, “a vocação política teve prioridade na criação das universidades públicas e privadas no Brasil” (Chauí, 2001, p.115), ou seja, os aspectos políticos da universidade, sobrepujaram em momentos históricos diferentes o projeto acadêmico, secundarizando o saber em detrimento do poder, distanciando-se do referencial de reflexão e crítica, pilar da sua existência.

A vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, despertou a necessidade de formação das elites patriarcais e escravocratas que, entretanto, se satisfizeram com a criação de escolas superiores profissionalizantes, de caráter estritamente

utilitarista, conforme o modelo pombalino<sup>2</sup> de universidade, instituído em 1772 em Portugal, quando “a universidade tradicional foi virtualmente destruída, surgindo uma nova universidade, voltada para a ciência aplicada”. Com referência à nova universidade, Paim lembra que esta “é encarada como uma peça essencial ao projeto de tornar Portugal uma nação rica e próspera. Escapa à reforma a compreensão da ciência como saber desinteressado e busca da verdade”. (Paim, 1982, p. 18)

O Brasil, sede da monarquia, foi marcado indelevelmente pela Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, já que “os homens que cercavam D. João VI e tiveram a missão de implantar as instituições de cultura, inexistentes na Colônia, haviam sido formados na nova mentalidade e prescindiam de todo da universidade”. (Paim, 1982, p.18)

No Segundo Império, embora projetos para a reforma do ensino não tivessem faltado, a universidade permaneceu como um agregado de faculdades. Silveira observa que

A concepção de universidade se alargou no Segundo Império; considerada ainda o agregado de cursos ou faculdades, fugiu – ou tentou fugir – ao velho modelo de Coimbra, sofrendo ora a influência francesa da universidade napoleônica, ora a influência germânica segundo as idéias de Humboldt. No primeiro caso, através da direção estatal centralizadora, objetivava-se o preparo dos profissionais necessários ao Estado; no segundo proclamava-se a liberdade de ensinar e aprender, a instituição dos cursos livres e da livre-docência. E havia ainda a concepção que considerava a universidade inútil e obsoleta: a dos positivistas, que se colocavam então contra a sua instituição no Brasil. (Silveira, 1984, p. 62)

A influência dos positivistas sobre os órgãos decisórios foi decisiva para o abandono sistemático da idéia de implantar-se a universidade no país, nos decênios iniciais da República. Sob o argumento de que “a universidade não se inclui entre os elementos requeridos pela grandeza nacional” (Paim, 1982, p. 25), os positivistas rejeitavam a estruturação de uma universidade; defendiam que a grandeza nacional estaria diretamente ligada à

---

<sup>2</sup> Em 1772, o Marquês de Pombal promoveu uma reforma na Universidade de Coimbra, subdividindo o ensino entre Ciências Teológicas (Faculdade de Ciências e de Leis) e Ciências Naturais e Filosóficas (Faculdade de Medicina, de Matemática e de Filosofia). Cuidando para que o ensino estivesse voltado para a aplicação, as novas faculdades foram dotadas de observatório, gabinete de física, laboratório químico e

Redução ao mínimo da massa de parasitas que exploram o trabalho proletário; da redução ao indispensável dos indivíduos úteis que, mantidos pelo proletariado, colaboram para o bem-estar deste; enfim, da educação e moralização deste mesmo proletariado, para que possa possuir seu domicílio inviolável e uma verdadeira família, em que a mulher não seja obrigada a descuidar dos filhos para cuidar do sustento da casa. (Paim, 1982, p. 24).

No primeiro período da República (1889-1930), a concepção de ensino superior no país, expressa as determinações socioeconômicas, políticas e cultural da sociedade brasileira: a esta bastavam as escolas isoladas profissionalizantes, pois “uma concepção sofisticada de universidade exige da sociedade que a ela aspira a consciência do papel a desempenhar na História, a liberdade de pensamento e de ação, a estimulação do espírito criador”. (Silveira, 1984, p. 76)

Cabe lembrar que a Proclamação da República “foi um golpe militar que adquiriu o caráter revolucionário por causa da queda do Império e da implantação da República”, não ocorrendo concomitantemente uma revolução social, “liderada por forças sociais e sujeitos rebeldes. Em consequência disso, o espaço público acabou sendo monopólio dos que detém o poder, e entre os privilégios deles, está o controle do Estado”. (Fernandes, 1995, p.51)

Assim, sem a participação da sociedade como um todo, ainda não consciente e preocupada com a “coisa pública”, surge a primeira universidade brasileira: a Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, que de universidade só tinha o nome. Na verdade, constituía-se de um agregado de instituições de ensino profissional, com autonomia didática e administrativa, tendo na qualidade de Reitor, o presidente do Conselho Superior de Ensino, Ramiz Galvão, que exerceu cumulativamente os cargos até 1925 (Fávero, 2000, v.1, p.28). A propósito, a inauguração da primeira universidade brasileira deu-se às pressas, por um motivo no mínimo bizarro: prestar homenagem ao rei Alberto da Bélgica, em visita ao país, conferindo-lhe o título de doutor *honoris causa*. (Trindade, 2000, p.28; Galvão, 1999)

A primeira universidade brasileira é o resultado da aglutinação de escolas independentes, com características próprias, sem qualquer integração entre elas (Favéro, 1999, p.17). Apesar de sua existência ser apenas nominal, teve o mérito

---

jardim botânico, contando ainda com um grupo de naturalistas de reconhecido prestígio na Europa. (Paim, 1982, p. 19)

de desencadear o processo de discussão “a respeito da estrutura e do papel da universidade em relação à sociedade”. (Silveira, 1987, p. 20)

Em 16 de outubro de 1924, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que desempenhou papel renovador no terreno da educação, com a proposta de formar uma consciência acerca dos problemas educacionais brasileiros, apontando soluções. Conferências, debates e cursos de alta cultura e especialização eram promovidos por professores de renome, empunhando ainda a bandeira em prol da universidade, graças à qual

formou-se entre os educadores brasileiros uma acepção de universidade que serviu, de um lado, para unificá-los, e, de outro, para assegurar que essa idéia se mantivesse e acabasse vingando no decênio subsequente, em que pese o desinteresse oficial. (Paim, 1982, p. 39)

A Revolução de 30<sup>3</sup>, resultante do descontentamento de forças heterogêneas com a situação vigente no país, faz o Governo Provisório sob a égide de Getúlio Vargas, desenvolver “mecanismos de cooptação” nos setores político, econômico e educacional. Nas palavras de Vargas,

A revolução não fora obra de um partido, mas sim um movimento geral de opinião; não possuía para guiá-la, a ação reconstituidora, princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. (Vargas apud Fávero, 1980, p. 114)

Um exemplo claro desse “mecanismo de cooptação”, que visava garantir as relações de compromisso com setores e interesses diversos, foi a autorização de Vargas ao Prefeito da Capital Pedro Ernesto, para assinar o decreto de criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, passando por cima do Ministro Gustavo Capanema, que a ela se opunha por razões mais político-ideológicas, do que legais (Fávero, 1980, p. 115).

Essas razões prendiam-se ao caráter inovador e socializador do programa de instrução pública que o Secretário de Instrução Pública da Capital, Anísio

<sup>3</sup> Para Romanelli, o que se convencionou chamar de “Revolução de 30” foi o ponto alto de uma série de revoluções e movimentos armados que, desde 1920, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica. (Romanelli, 1996, p. 47)

Teixeira<sup>4</sup> vinha implementando no Rio de Janeiro, acusado de defender “idéias comunistas”. A designação por Pedro Ernesto, para Teixeira tratar do projeto de criação da UDF, encontrou forte rejeição por parte do segmento conservador da sociedade, especialmente dos católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima, que viam em Anísio Teixeira, uma ameaça aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia. Em carta ao Ministro Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, defendendo “a estabilidade das instituições e a paz social”, argumenta que o governo devia “organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo a homens de toda a confiança moral e capacidade técnica, e não a socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação”. Mais adiante, Alceu Amoroso Lima, indignado com as realizações de Anísio Teixeira, em especial a UDF, expõe que

A recente fundação de uma universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdade que não escondem suas idéias e pregação comunistas, foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos por esse caminho? Consentirá o governo em que à sua revelia mas sob sua proteção, se prepare uma geração inteiramente informada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? (Fávero, 1996, p. 70)

O sentimento de repúdio dos conservadores ao projeto de integração de educação pública, mais a perseguição política de que era vítima o prefeito Pedro Ernesto, resultaram na exoneração de Anísio Teixeira, em dezembro de 1935, sobrevivendo a UDF, entretanto, até 1939, quando foi extinta e seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil, pelo Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro do mesmo ano. Para Fávero, a criação da Universidade do Distrito Federal foi um grande marco na educação brasileira, deixando vivas até hoje “as marcas do seu espírito inovador” (Fávero, 1996, p. 69). Nas palavras de Fávero,

Ao ser instalada, a Universidade do Distrito Federal surge como um divisor de águas, em meio à agitação que marca o País naquele momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional. Sua instalação é aclamada por segmentos importantes da intelectualidade brasileira, que vêem finalmente surgir

<sup>4</sup> Anísio Spíndola Teixeira (1900/1971), nasceu na Bahia. Formou-se em Direito e em 1924, foi convidado para ser Secretário Estadual de Educação e Saúde da BA. Em 1931, assumiu no DF a Diretoria de Instrução Pública. Ajudou a criar a UnB junto com Darcy Ribeiro. Ribeiro foi seu primeiro Reitor, mas logo passou o cargo para Teixeira, afastado pelo golpe militar de 64. Publicou centenas de livros, artigos e trabalhos científicos, entre eles, *Educação e Universidade*, *Educação é um Direito*, *Educação para a Democracia*, *Educação não é privilégio*, *Educação no Brasil*, *Educação no mundo moderno*. (Martino, 2000, p. 32)

na capital da República uma instituição universitária, “preocupada em não apenas difundir conhecimentos, preparar práticos ou profissionais de artes e ofício”, mas empenhada em “manter uma atmosfera de saber pelo saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve”; preocupada em “conservar o saber vivo e não morto” e formular intelectualmente a experiência humana sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressista. (Fávero, 2000, v.1, p. 49)

Com a deposição do presidente Washington Luís em 1930 por um movimento armado iniciado no sul, Getúlio Vargas<sup>5</sup> assumiu provisoriamente a presidência em 3 de novembro de 1930, na qualidade de chefe vitorioso da revolução que derrubou a República Velha (1889-1930).

Apesar do autoritarismo do Governo Provisório, diversas iniciativas em matéria de educação superior fizeram-se sentir, visando atender às pressões das camadas sociais que o capitalismo industrial fez emergir, pois

Se antes, na estrutura oligárquica<sup>6</sup>, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado. (Romanelli, 1996, p. 59)

A Revolução Constitucionalista de 1932 contribuiu para conscientização pelas elites paulistas, da falta de quadros políticos com formação científica na sociedade, trazendo como consequência a implementação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933 e, no ano seguinte, a Universidade de São Paulo. (Fávero, 2000, v.1, p. 48)

A Escola Livre de Sociologia e Política veio precedida de um manifesto assinado por professores e profissionais liberais no qual, de modo apaixonado, é lembrado o malogro da “guerra civil desencadeada em nosso Estado” e a falta percebida de uma “elite harmoniosa”, que inspire confiança ao povo e o guie “na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam”, ensinando-lhe “passos firmes e seguros”. O manifesto anunciava o preenchimento dessa lacuna com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, que

<sup>5</sup>Getúlio Vargas foi chefe do governo provisório de 1930 a 1934, presidente constitucionalmente eleito de 1934 a 1937 e ditador de 1937 a 1945 (Cunha, 1983, p. 49)

<sup>6</sup>Etimologicamente, oligarquia significa “governo de poucos”. Ao referir-se à estrutura oligárquica, a autora faz menção a composição social do Estado brasileiro da época, com “uma elite dominante saída do patriarcalismo rural, com mentalidade arcaica, em relação à educação, mas altamente requintada, em relação aos padrões de consumo”. (Romanelli, 1996, p. 56)

“oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social”. (Fávero, 1980, anexo 3)

A Universidade de São Paulo (USP) propunha-se a ser “um centro de renovação e de formação de elites culturais e políticas”. No projeto de criação da USP, além de incorporadas a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Escola Superior de Agronomia, o Instituto de Educação (elevado a categoria de escola superior), a Faculdade de Medicina e a Escola de Veterinária já existentes, foram criadas a Escola de Belas Artes, o Instituto de Ciência Econômicas e Sociais e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, constituindo-se esta última, na *alma mater* da USP, oferecendo “todas as disciplinas em que se subdividem as diferentes áreas do saber humano”. Para essa idéia tornar-se exequível, seus fundadores recorreram aos países europeus, em busca de especialistas. Logo no primeiro ano, foram contratados treze professores estrangeiros: seis franceses, quatro italianos e três alemães. A ousadia da organização proposta encontrou resistência dentro do próprio Conselho Universitário, contribuindo para que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, após 1938, se voltasse para a formação de professores de ensino secundário, como as demais escolas existentes no país. (Fávero, 1980, p. 63/64; Cunha, 2000, p. 167/168)

O fim da primeira guerra mundial despertou uma nova consciência de valores na população em geral, que ansiava por reformas educacionais que colocassem o Brasil na corrente de idéias de democratização e socialização do ensino. No Diário Oficial de 15 de abril de 1931, foi publicada a etapa da Reforma Francisco Campos<sup>7</sup> relativa ao ensino superior, consubstanciada no Decreto nº 19.851 de 11 de abril do mesmo ano. Para Campos, a Universidade tinha por objetivos “equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura” (Campos, 1980, p. 129).

Segundo Campos, o projeto representava “um estado de equilíbrio entre tendências opostas, de todas consubstanciando os elementos de possível assimilação pelo meio nacional, de maneira a não determinar uma brusca ruptura

com o presente”, preferindo a “orientação prudente e segura da *autonomia relativa*”. A esse respeito Campos, argumenta que

Autonomia requer prática, experiência e critérios seguros de orientação. Ora, o regime universitário ainda se encontra entre nós na sua fase nascente, tentando os primeiros passos e fazendo os ensaios de adaptação. Seria de mau conselho que, nesse período inicial e ainda embrionário e rudimentar da organização universitária, se tentasse, com risco de graves danos para o ensino, o regime de autonomia integral (...) com a experiência poderá o quadro da autonomia ir se alargando de maneira gradual e progressiva até que, finalmente, com o desenvolvimento da capacidade e da envergadura do espírito universitário, este venha a reunir sob a sua autoridade todos os poderes de governo do grande agrupamento administrativo, técnico e didático que constitui a Universidade. (Campos, 1980, p. 131)

Para Nosella (1998, p. 173) a política populista que marcou a década de 30 fez “uma conciliação conservadora entre as pobres escolas do faz-de-conta e as que adotam modelos pedagógicos arrojados, entre as instituições universitárias de beira de estrada e universidades de excelência”. Para Luiz Antônio Cunha, o Estatuto das Universidades Brasileiras sancionado em 11 de abril de 1931 (Decreto nº 19.851), constrangeu as universidades públicas, compelindo-as a manterem suas estruturas, a fim de se enquadrarem em padrões gerais determinados pelo governo federal; em parte devido à força dos interesses políticos e burocráticos e em parte, pelo “medo à liberdade”. (Cunha, 1999, p.90)

Em julho de 1934, o governo constitucional de Vargas (1934-1937) separou a Escola Politécnica e a Escola de Minas da Universidade do Rio de Janeiro, agregou a estas a Escola Nacional de Química, mais oito institutos de pesquisa e criou a Universidade Técnica Federal, através do Decreto nº 24.738. A nova instituição é consequência da preocupação técnico-profissional que permeava o Parlamento, tendo, porém vida curta: a Lei nº 452 de 05 de julho de 1937, que organizava a Universidade do Brasil<sup>8</sup>, como passou a chamar-se a Universidade do Rio de Janeiro, definiu que esta seria integrada, entre outras, pela Escola

<sup>7</sup> Primeiro Ministro do Ministério da Educação e Saúde, criado pelo governo provisório que se seguiu à destituição de Washington Luiz. Foi convidado por Getúlio Vargas e empossado em 18/11/1930. (Silveira, 1984, p. 65)

<sup>8</sup> A Universidade do Rio de Janeiro passou a chamar-se Universidade do Brasil em 1937, o que perdurou até 1965, quando a Lei nº 4.759, decretou que “As Universidades Federais sediadas nas capitais dos estados terão a denominação do respectivo Estado”. Assim, a Universidade do Brasil passou a chamar-se Universidade Federal da Guanabara, o que não ocorreu na prática. Em 05 de novembro de 1965, a Lei nº 4.831, decretou por fim, que “A Universidade Federal situada na cidade do Rio de Janeiro passaria a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro”. (Fávero, 2000 v.2, p. 221, 223, 227)

Politécnica, Escola de Minas, Escola Nacional de Química, então existentes. (Paim, 1982, p.66; Fávero, 2000, v.2, p. 170)

A abertura suscitada pela Revolução de 1930 passou a ser vista a partir de 1935, como “um erro a ser corrigido”, o que abriu as portas para a implantação do Estado Novo (Fávero, 1999, p.22). Cabe lembrar que mesmo antes da decretação do Estado Novo, há evidências do quanto o “Estado distinguia na escola, um lugar capaz de formar os que os que a freqüentavam, segundo a conveniência de seus interesses e das classes que os representavam” (Fávero, 1999, p.25).

Os anos de 1937<sup>9</sup> a 1945 foram marcados pelo total esquecimento da autonomia universitária: em nome do princípio da autoridade e da disciplina, o poder central chama a si, o controle sobre a vida das instituições universitárias, tornando-as vítimas da organização monolítica do Estado, ao qual é reservado o direito de designar em comissão, os dirigentes universitários. (Fávero, 1999, p.26)

Em 17 de dezembro de 1945, durante o governo provisório que se seguiu à queda do Estado Novo, foi sancionado o Decreto-Lei nº 8.393, que dispunha sobre a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar no ensino superior. Autonomia esta não implementada, pois independente das relações entre a universidade e os órgãos do governo, esbarrou em lutas internas, dentro das Congregações, que criticavam as relações de poder na universidade, que se expressavam desigualmente de cima para baixo. Para Raul Bittencourt, catedrático da Universidade do Brasil (UB), contemporâneo desta época, a autonomia decretada, não mudou o estado das coisas, sofrendo a interferência do DASP<sup>10</sup> “dia a mais dia, na vida das universidades federais, com aspereza e inciência”. (Bittencourt apud Fávero, 1999, p.27)

A criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1947 no Rio de Janeiro e alocado definitivamente em São José dos Campos (SP) em 1950, foi um diferencial no ensino superior brasileiro. Influenciado diretamente pelos padrões americanos de organização universitária, trazia inovações, tais como: ausência de cátedras vitalícias, carreira do magistério, organização

---

<sup>9</sup> Com o estabelecimento do Estado Novo em 1937, as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entraram numa espécie de hibernação. A educação, que na Constituição de 1934 era um dever do Estado, na Constituição de 1937 passou a ser uma ação meramente supletiva. Thomas Skimore via a implantação do Estado Novo como uma versão brasileira do modelo fascista europeu. (Romanelli, 1996, p. 51; p. 153)

<sup>10</sup> Departamento Administrativo de Serviço Público.

departamental, residência de professores e alunos no campo, flexibilidade curricular e estímulo à pesquisa, principalmente nos cursos de pós-graduação. (Cunha, 1983, p. 155; Cunha, 2000, p. 173)

Em 28 de outubro de 1948, foi encaminhado pelo ministro Clemente Mariani ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, um Projeto de Lei que garantia, entre outros, o direito de todos à educação. Discussões e controvérsias em torno da liberdade e democratização do ensino, autonomia administrativa e descentralização, colocaram em jogo interesses diversos, que prenderam o Projeto durante treze anos no Congresso Nacional, o que dá mostras dos interesses em jogo e, em especial, do temor dos "privatistas" com os possíveis desdobramentos da legislação sobre as diretrizes e bases da educação, sinalizados pela Constituição de 1946. A respeito do embate entre os defensores da escola pública X escola privada, que marcou intensamente toda a década de 50, Cunha ressalta que os dirigentes das escolas particulares recusavam ao Estado o papel de principal provedor das oportunidades escolares:

Defendiam o direito das famílias de escolherem a educação que desejassem dar aos filhos e, em função disso, o Estado deveria se restringir ao papel de assegurar meios às escolas e às famílias de modo que pudessem se encontrar oferta e demanda num mercado livre de interferências monopolistas e perturbadoras, admitindo a existência de estabelecimentos de ensino oficiais apenas quando e onde a iniciativa privada não fosse suficiente ou, então, para setores muito especializados e de interesse exclusivo, como o de formação de pessoal militar. Para garantir igualdade de condições entre escolas governamentais e particulares, os representantes destas deveriam ter representação "adequada" nos conselhos de ensino, assim como deveria haver distribuição dos recursos financeiros públicos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas escolas. (Cunha, 1983, p. 117)

Pinto lembra, que "o foco era a escola secundária que crescera mais do que qualquer outra, devido ao seu prestígio de caminho para o ensino superior, já que este se constituía (...) um sistema de recrutamento do mandarinato brasileiro". Com a urbanização, a industrialização e o fortalecimento da classe média no país, o ensino secundário, até então reservado aos filhos das classes economicamente privilegiadas, tornou-se alvo das classes emergentes, para as quais era reservado o ensino profissionalizante. Sob pressão popular, o governo começou a criar escolas oficiais, reduzindo o total de matrículas nas escolas particulares, que caiu de 78% em 1950, para 66% em 1959. Segundo Pinto,

Este fato explica, em parte, a grande luta que se travou contra a escola pública e em favor da escola particular, na época da tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases luta esta que se disfarçou sob a bandeira de oposição ao monopólio do Estado e a favor da liberdade de ensino, defesa do direito da família e outras coisas mais. (Pinto, 1984, p. 96)

Finalmente, em 20 de dezembro de 1961, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apesar das substanciais modificações com relação ao projeto original, no dizer de Anísio Teixeira, resultou em “uma meia vitória, mas sempre uma vitória”. (Silveira, 1984, p.68)

Há que se ressaltar o fato de que, não obstante a polêmica ter saído do Congresso Nacional para os jornais, ela não teve repercussão nas classes populares. Para Romanelli,

Foi uma oportunidade com que contou a sociedade brasileira para organizar seu sistema de ensino, pelo menos em seu aspecto formal, de acordo com o que reivindicava o momento, em termos de desenvolvimento. Foi a oportunidade que a nação perdeu de criar um modelo de sistema educacional que pudesse inserir-se no sistema geral de produção do país, em consonância com os progressos sociais já alcançados. Ocorreu, porém, que as heranças não só cultural, como também a das formas de atuação política foram suficientemente fortes para impedir que se criasse o sistema que carecíamos. O horizonte cultural do nosso homem médio, sobretudo do nosso político, ainda limitava muito a sua compreensão da educação, como um fator de desenvolvimento e como requisito básico para a vigência do regime democrático. (Romanelli, 1997, p. 183)

O espírito conciliador do texto final da Lei nº 4024/61 é duramente criticado por Leite, Morosini e Martini, para quem

Utilizando argumentos formalmente corretos e universais tais como “liberdade de ensino” e “direito de ensinar”, os legisladores os associaram a contextos materiais injustos, como o foram subvenções públicas a escolas privadas e igualdade de representação dos administradores do ensino privado nos Conselhos Federal e Estadual de Educação. Tudo isso foi feito porque o instrumento legal, com texto equívoco, foi colocado a serviço de interesses particularizantes. Os setores conservadores e a burguesia liberal antidemocrática uniram-se para consagrar por meio da lei algo que, não sendo democrático, não era bom para todos. (Leite, Morosini e Martini, 1991, p. 207)

Se, por um lado, a LDB representou um freio no processo de modernização<sup>11</sup> do ensino superior através de medidas como: a manutenção da cátedra vitalícia e da formação de universidades pela agregação de escolas isoladas; por outro lado, contribuiu diretamente para a aceleração da modernização, aumentando a autonomia das instituições e atribuindo ao Conselho Federal de Educação (CFE), poderes para dirigir o processo de transformação do ensino superior. (Cunha, 1983, p. 257)

Um fato que marcou os anos 50 foi a “federalização” de estabelecimentos de ensino superior estaduais, municipais e particulares, “por força da deteriorização dos orçamentos, das reivindicações estudantis pelo ensino gratuito<sup>12</sup> e das demandas de professores e funcionários pelos privilégios do funcionalismo público federal”. Surgiu então a lei nº 1.254 de dezembro de 1950, fazendo crescer a participação da União no financiamento das instituições de ensino superior. A Lei nº 1.523 de dezembro de 1951, que alocava recursos para as instituições de ensino “federalizadas”, apresentou uma lista de trinta e nove beneficiadas, entre universidades e escolas isoladas. As “federalizações” sofreram um freio em 1962, quando o Conselho Federal de Educação (CFE), no uso das atribuições que a LDB lhe conferia,

opôs forte resistência a esse expediente. Justificando essa posição pela falta de recursos, sucessivos pareceres do CFE defendiam a prioridade de expansão de vagas das escolas superiores oficiais sobre a “federalização” de escolas particulares, as principais candidatas a essa mudança de “status” jurídico-financeiro. Além do mais, a jurisprudência firmada pelo conselho dizia que nenhuma nova “federalização” de escola superior deveria ocorrer enquanto as despesas do governo federal com esse grau de ensino permanecessem acima das dotações orçamentárias. (Cunha, 1983, p. 92)

Como no Plano de Educação entregue ao Ministro da Educação em setembro de 1962, o CFE recomendava a não criação de novas escolas ou universidades federais, diante da insuficiência de recursos previstos para o Fundo

---

<sup>11</sup> Em 1947, o ITA iniciou o movimento de modernização do ensino superior no Brasil. Seu modelo era visto como o caminho necessário para que o país adquirisse a maioria científica e tecnológica, indispensável para viabilizar o rompimento dos laços da dependência externa. O movimento de modernização alcançou seu ápice na criação da Universidade de Brasília, uma fundação de direito público definida pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1991. (Cunha, 1983, p. 171; Cunha, 2000, p. 173)

<sup>12</sup> O ensino superior no Brasil sempre foi pago pelos estudantes, desde o início do século XIX. A Constituição de 1946 dizia ser o ensino superior oficial (como o médio) gratuito, “para os que provarem falta ou insuficiência de recursos”. (Cunha, 1983, p. 89)

Nacional do Ensino Superior, incapazes até mesmo de manter o sistema funcionando, a festa da “federalização” acabou. (Cunha, 1983, p. 93)

A transferência da capital para Brasília em 1960, uma capital cujo projeto urbanístico “negava a segregação urbana encontrada em todas as cidades brasileiras, procurando promover uma utópica integração de classes”, repercutiu no plano para a criação de uma universidade no Distrito federal, que negasse “a estrutura e o funcionamento do ensino superior existente, almejando realizar uma utopia universitária”. O modelo fundacional instituído buscava desvincular-se das “amarras do serviço público federal sem perder a característica de uma entidade pública”. A Universidade de Brasília (UnB) tinha por missão “formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social”. (Cunha, 1983, p. 171; Cunha, 2000, p. 175).

Nos anos 50 e início dos anos 60, na sociedade brasileira despontaram movimentos em prol de uma menor submissão ao grande capital transnacional e às oligarquias<sup>13</sup>, abruptamente interrompidos pelo golpe militar de 1964, cuja escalada repressiva atingiu duramente a educação: universidades foram objeto de intervenção militar, professores e estudantes foram presos, reitores *pro tempore* foram nomeados em diversas instituições, entre outras arbitrariedades. (Germano, 1993, p. 106).

O período que se seguiu ao golpe de 1964 assistiu a uma expansão do ensino superior no país, notadamente no âmbito privado, favorecido que foi pela política de contenção de verbas e pela crescente necessidade de expansão de vagas, propiciando “a emergência de um novo perfil privado de ensino nitidamente empresarial” (Dourado, 2000, p. 287). Para Dourado,

tal política privatista apresenta-se, certamente, como uma opção adotada pelo regime político implantado em 1964 que, apoiado na ideologia do desenvolvimento e segurança nacional, refletia as lutas desencadeadas até então pela sociedade civil organizada, com destaque para os setores médios que vislumbravam a escolarização superior como mecanismo de ascensão social. (Dourado, 2001, p.15)

<sup>13</sup> “Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligados entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs a seu alcance para os conservar”. (Bobbio, Matteuci e Pasquino, 1991, p. 835).

A expansão do ensino superior privado atingiu o seu ápice, durante o “milagre econômico”(1967/73), quando os governantes necessitavam cooptar a classe média brasileira em torno do projeto segurança - desenvolvimento - industrialização. Assim,

o apoio das camadas médias acoplava-se aos anseios da ascensão social via ensino superior, concretizado na esfera privatista, de baixo custo para o Estado e para a própria iniciativa privada, uma vez que o funcionamento de cursos superiores, via de regra na área humana, não exigia maiores investimentos. (Leite, Morosini e Martini, 1991, p.212)

Contraditoriamente, a mesma prática política autoritária, centralizadora e excludente, tanto política quanto social da maioria dos segmentos da sociedade, mantinha-a integrada no processo de modernização e de industrialização, com o apelo desenvolvimentista, sob a influência da teoria do capital humano<sup>14</sup>, que partia da suposição de que o indivíduo na produção era uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento, sendo denominado de investimento humano, o fluxo de despesas que o próprio indivíduo devia efetuar em educação para aumentar a sua produtividade (Oliveira, 2000, p.223). A disseminação desta teoria nos países do terceiro mundo foi promovida pelos organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF)<sup>15</sup> e regionais (CEPAL, CINTERFOR)<sup>16</sup>. Mário Henrique Simonsen<sup>17</sup>, “pregava ao mundo que o Brasil tinha encontrado seu caminho para o desenvolvimento e eliminação das desigualdades, não pelo incentivo ao conflito de classes, mas pela equalização do acesso à escola e pelo alto investimento em educação”. (Frigotto, 1999, p.42)

---

<sup>14</sup> A “teoria do capital humano” foi desenvolvida por um grupo de estudos coordenados por Theodor Schultz, nos EUA, valendo-lhe o prêmio Nobel de Economia em 1968. A idéia-chave é de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. (Frigotto, 1999, p.41)

<sup>15</sup> BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

OIT: Organização Internacional do Trabalho

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

FMI: Fundo Monetário Internacional

USAID: United States Aid International Development

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

<sup>16</sup> CEPAL: Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe

CINTERFOR: Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sobre Formação Profissional

<sup>17</sup> Ministro da Fazenda no regime militar. Professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas

Em 1968, o Estado promoveu a reforma universitária, numa tentativa de suplantar a situação cada vez mais crítica em que se encontrava a universidade, que ameaçava romper a unidade da instituição e minar sua legitimação. Fissuras internas, originadas pelo confronto de posições entre docentes e discentes agravavam a crise, tendo como fato culminante, a reivindicação pelos estudantes por maior participação na estrutura de poder da universidade. Um outro fator decisivo para a reforma universitária foi a postura denunciadora da exploração capitalista, adotada por alguns docentes, em especial aqueles ligados às faculdades de filosofia, na crença de que assim promoviam o desvendamento da alienação da sociedade brasileira e da universidade nela inserida. (Cunha, 1983, p.259)

Um grupo de trabalho<sup>18</sup> instituído por decreto do presidente Arthur da Costa e Silva em 02 de julho de 1968, foi encarregado de traçar as diretrizes da reforma universitária, visando transformar a universidade em uma instituição eficiente, moderna, administrativamente flexível e produtiva, além de conciliar os objetivos práticos e imediatos do ensino de massa com a sua missão constitutiva como "centro criador da ciência e expressão mais alta da cultura de um povo" (Silveira, 1984, p.73). Na verdade, a Reforma Universitária foi colocada na pauta do dia, para recuperar o controle sobre os movimentos estudantis universitário, cuja bandeira principal de mobilização era a reforma, ou seja, a ótica do governo era "façamos a reforma antes que outros a façam" (Saviani, 2000, p.22).

Assim, em 28 de novembro de 1968, foi sancionada a lei nº 5.540/68, de tendência tecnicista, enfatizando a quantidade em lugar da qualidade, os métodos (técnicas) em detrimento dos fins (ideais), a adaptação em oposição à autonomia e priorizando a formação profissional no lugar da cultura geral (Saviani, 2000, p.32). A educação então "adquire o caráter de agência de controle social de novos valores" com reformulações que restringiam os campos do conhecimento considerados ideológicos, tais como a sociologia e a filosofia. Por conseguinte, a "definição das idéias e valores admitidos na educação depende de que linha de separação demarcará o âmbito nacional e antinacional", linha esta imprecisa e

---

<sup>18</sup> O grupo de trabalho teve 30 dias de prazo para apresentar seus estudos e era constituído por Newton Sucupira, Valnir Chagas, Pe. Fernando Ávila, João Lira Filho, Reis Velloso, Fernando do Val, Antônio Couceiro, Roque S. de Barros.. Posteriormente contou com a participação do deputado Leon Peres. Os

que, a bem da consolidação do projeto de reconstrução nacional, requeria a eliminação dos “inimigos”<sup>19</sup> da nova ordem e controle de todas as expressões de cultura. (Rama, 1996, p.74/75).

Referindo-se à reforma universitária, Cunha (1999, p.92) denuncia sua concepção taylorista<sup>20</sup>, expressa em duas diretrizes principais:

1. “Na eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”, referente a institucionalização do regime departamental em substituição ao regime de cátedras, no qual o curso era a base da organização das universidades, acarretando numa progressão de cátedras nas diversas unidades de uma mesma universidade. O regime departamental agrupou os professores de disciplinas idênticas ou semelhantes em departamentos, pondo fim ao binômio curso - cátedras, apontado como principal responsável pela situação de saturação que se encontravam as universidades federais. A departamentalização, juntamente com o regime de matrícula por disciplina (sistema de crédito) e a divisão dos cursos de graduação entre o ciclo básico e o profissional, compôs uma tríade para a minimização dos custos, com o uso racional dos recursos humanos e materiais.
2. “Na separação entre as atividades de concepção e de execução”, isto é, aos educadores era reservado o cumprimento das diretrizes e decisões tomadas pelo grupo militar- tecnoburocrático que havia assumido o poder.

Cabe destacar que entre os princípios da lei da reforma universitária (Lei nº 5.540/68), encontra-se o da flexibilidade, no qual se procurava garantir a variedade de currículos, a utilização de metodologias apropriadas a cada tipo e nível de ensino, o aproveitamento dos estudos realizados, a combinação do binômio continuidade (formação geral) e terminalidade (formação especial) e a possibilidade de adoção do regime de matrícula por disciplina no ensino do segundo grau. (Saviani, 2000, p.27)

---

estudantes indicados para formar o grupo, João Carlos Moreira e Paulo Bouças, recusaram-ser a participar. (Baldino, 1991, p. 104)

<sup>19</sup> Na linguagem oficial, dentre os “inimigos” da nova ordem estão a autonomia acadêmica, a liberdade de cátedra, os indivíduos ideologicamente adversos e os estudantes militantes ou com capacidade para liderar grupos em confronto com o sistema. (Rama, 1996, p. 74)

<sup>20</sup> Sistema de organização do trabalho desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856- 1915), baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho (Cattani, 2000, p.247)

O princípio da flexibilidade, aparentemente incompatível com o regime militar vigente, constituiu-se em um importante instrumento para preservação do arbítrio no âmbito educacional, já que, na ausência de definições legais mais precisas que limitassem suas ações, os programas educacionais que interessavam as autoridades governamentais eram impostos à nação, com a vantagem de facilitar a busca de adesão e apoio daqueles mesmos sobre os quais eram impostos os referidos programas. (Saviani, 2000, p.27)

De positivo no ensino superior dos anos 60, podemos destacar a institucionalização da profissão docente mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva e o incremento das pesquisas, como consequência do aumento de recursos destinados à pós-graduação. (Cunha, 2000, p. 179)

As mudanças também se estenderam ao espaço geográfico, com a construção dos *campi*<sup>21</sup> nos arredores dos grandes centros, o que reforçou a argumentação contra a gratuidade do ensino superior, dentro da lógica de que aqueles que podem se deslocar, representam uma clientela de nível de renda elevado, que não precisa trabalhar para manter-se. Nas universidades privadas, que ocupavam as áreas urbanas, estariam os estudantes que precisam dividir seu tempo entre o trabalho e o estudo, ou seja, aqueles de mais baixo nível de renda. Cunha, referindo-se à hegemonia que o modelo dos *campi* alcançou, atribui esta ao contexto político repressor imposto pelo regime militar, quando o ato institucional nº 5 e o decreto lei nº 477/69 “ameaçavam com a perda ou a limitação de emprego futuro os professores, e com a expulsão os estudantes que fossem acusados e julgados, em rito sumário, por práticas de atividades consideradas subversivas”. Cunha acredita que, fosse outro o contexto político, o argumento de que a questão espacial era fundamental para que os objetivos econômicos da reforma universitária fossem alcançados, seria amplamente questionado, diante dos custos decorrentes da transferência para um *campus* suburbano ou extra-urbano, além da caríssima manutenção das mega edificações e das áreas do entorno (Cunha, 2000, p.141/143).

Marilena Chauí recorda, que nos movimentos sociais, civis, estudantis, guerrilheiros da América Latina e libertários do leste europeu em 68, “o ponto de

---

<sup>21</sup> Espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, podendo estar situado dentro da cidade, na sua periferia ou fora dela. (Cunha, 2000, p.141)

partida, se não foi a universidade como instituição, foi a universidade como irradiadora de conhecimentos e de práticas novas”, ressaltando ser esta a face luminosa da vocação política da universidade. Entretanto, o movimento de 68, desvelou sua face sombria, quando colocou “a realização da vocação política através da vocação científica”, com o incremento das pesquisas nucleares, genéticas e o suprimento científico para o poder armamentista. Para Chauí,

essa face sombria, na verdade, não depende de boa ou má vontade da universidade, nem da boa ou má consciência dos universitários, mas do modo de inserção da universidade no social, isto é, do seu papel de reprodutora dos sistemas econômicos e políticos, através dos intelectuais orgânicos da classe dominante que somos nós, queiramos ou não, para usarmos a expressão gramsciana. (Chauí, 2001, p. 18)

Quanto à articulação das duas vocações (política e científica) da universidade, Chauí defende que

quando feita a partir dela mesma e por iniciativa dela, tende a nos oferecer a face luminosa das duas vocações, pois a universidade assume explícita e publicamente tal articulação como algo que a define internamente. A articulação das duas vocações da universidade, quando feita a partir do prisma da reprodução sócio-política e da formação de um grupo social específico - o que chamo de intelectuais orgânicos da classe dominante, tende a oferecer a face sombria, pois a articulação é tácita, implícita e, muitas vezes, secreta e, freqüentemente, determinada pela via indireta do modo de subvenção e financiamento das pesquisas como se fossem “ciências puras”. (Chauí, 2001, p. 118)

A competitividade num mundo de rápidas mudanças transformou o conhecimento científico e técnico em uma mercadoria passível de venda, a quem oferecer mais. Harvey destaca que

Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas (quem primeiro conseguir o antídoto para o vírus da AIDS certamente terá bons lucros, como o reconheceu claramente o acordo entre pesquisadores norte-americanos e o Instituto Pasteur francês sobre a partilha de informações e direitos de patente). A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como o provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado de guardiães do conhecimento e da sabedoria para produtores subordinados de conhecimento a soldo do capital corporativo). (Harvey, 1992, p. 151)

O esgotamento das formas de acumulação da produção de natureza fordista<sup>22</sup>, agravado pela crise econômica dos anos 70, reacende o ideário de minimização do papel do Estado<sup>23</sup>. A este são atribuídos os descaminhos do mundo contemporâneo (desemprego, inflação,...), apresentando-se ideologicamente neste quadro o neoliberalismo<sup>24</sup> como

possibilidade única para a retomada do desenvolvimento econômico, implementando reformas estruturais na sociedade, através do redirecionamento da atribuições do Estado como regulador da economia, cujas implicações mais severas significaram a redução ou desmonte das políticas de proteção social. (Dourado, 1999, p.120)

Para Frigotto (2000, p. 69), “a crise de caráter planetário que se explicita particularmente nos anos 70, tem suas raízes bem mais remotas. Apesar de contraditório, a crise dos anos 70 tem na sua gênese as estratégias de superação da crise dos anos 30”, crise esta gerada pela superprodução que ameaçava asfixiar o sistema econômico. Para evitar o colapso total do sistema, ganham forças as teses keynesianas de intervenção do Estado na economia, incorporando idéias de planificação socialista e desenvolvendo políticas sociais para a estabilidade no emprego, políticas de rendas com ganhos de produtividade e de previdência social, seguro desemprego, além de subsídios no transporte, direito à educação etc. Bianchetti ressalta que

no caso latino-americano é necessário destacar que a intervenção do Estado na economia e as instituições de bem-estar social criadas por ele são o resultado de processos diferentes que têm sua explicação na própria história desses países e na forma como constituíram os Estados Nacionais. Esse último aspecto é de fundamental importância para compreender os efeitos que podem se esperar das “políticas de ajuste”, dado que, nos países centrais, com uma tradição democrática estável e um desenvolvimento capitalista avançado, as instituições sociais derivadas do estado Benfeitor foram o resultado de uma determinada resolução do conflito de classes, enquanto nos países periféricos muitas dessas

<sup>22</sup> Termo utilizado para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford em sua fábrica, a Ford Motor Co., o qual fundamentava-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, a fim de evitar o deslocamento do trabalhador e conseqüente descontinuidade do fluxo das peças e parte. (Larangeira, 2000, p. 89/93)

<sup>23</sup> Segundo Dourado (1999, p.120), o ideário de minimização do Estado, remonta aos anos 40, nas formulações de Friedrich Hayer, ratificadas por Friedman, a partir da máxima que situa a liberdade econômica como requisito básico da liberdade política.

<sup>24</sup> Releitura da lógica do liberalismo clássico do século XVIII, que apregoa o livre curso das leis do mercado através da iniciativa privada, a desregulamentação da produção e do trabalho e a minimização do Estado. (Mascarenhas, 1995, p.37/38)

instituições formaram parte das políticas paternalistas dos regimes populistas, o que significa uma maneira diferente de resolver o mesmo conflito de classes. (Bianchetti, 2001, p. 37)

Uma nova ordem mundial marcou os anos 80, centrada no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e na necessidade de preparar trabalhadores para atuarem nas novas bases produtivas, subordinando a educação em geral e o ensino superior em particular, ao sistema produtivo. Concomitantemente, cresce a pressão popular em favor de mais oportunidades educacionais, que passa a ser vista como um investimento, cujo retorno ideologicamente dar-se-ia por meio da ascensão social. A pressão popular aliada aos interesses eleitoreiros<sup>25</sup> promove a implementação de ações de provimento e/ou consolidação de faculdades isoladas e universidades no âmbito estadual, favorecendo também, iniciativas de natureza pública, de caráter privado, denominadas juridicamente de fundações públicas municipais de ensino superior, delegando aos municípios,

a responsabilidade pelo ensino superior sem garantir, efetivamente, as condições mínimas para o funcionamento do ensino básico, negligenciando, inclusive, o cumprimento da premissa constitucional de universalização desse nível de ensino. (Dourado, 2001, p.57/58)

Cabe lembrar que já em 1967, o Coronel Meira Matos, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Ensino Superior, defendia a adoção de um modelo fundacional nas universidades, através da combinação dos dois sistemas, o do ensino público e o da fundação, com a participação da iniciativa privada. (Silva Jr. e Sguissardi, 2001, p.188)

Nos anos 80, reacende a interferência de agentes internacionais na agenda educacional brasileira, destacando-se o Banco Mundial (BM), o Banco

---

<sup>25</sup>Com relação aos interesses eleitoreiros, Baldino, referindo-se à criação da Fundação Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA pelo Governador Santillo (Decreto nº 3.355 de 09 de fevereiro de 1990), destaca que: “É interessante constatar, mais uma vez, a articulação político-social que permeia a educação, imprimindo-lhe assim uma marca histórica. Mais uma vez a instituição de uma iniciativa educacional, no caso uma universidade estadual, não se constitui um fato isolado, e nem mesmo se explica somente por se localizar na mesma cidade/base eleitoral do Governador que a institui. Razões mais profundas agregam-se e complexificam o feixe de razões que embasam tal iniciativa, ainda que sinalizadas explicitamente no próprio teor legal”. (Baldino, 1991, p. 178)

Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Preocupado em assegurar o pagamento da dívida externa dos países do terceiro mundo, o BM, “guardião dos interesses dos grandes credores internacionais” (Soares apud Dourado, 1999, p.123), volta seu olhar para a educação escolar básica, na certeza de que o potencial produtivo da força de trabalho reduz-se em função da falta de escolaridade da população, relacionando-a com a eficiência econômica global. Para Dourado (1999, p.123), ao defender a realocação dos recursos públicos para a educação básica, o Banco Mundial “busca construir mecanismos ideológicos às políticas, sobretudo em países como o Brasil, que sequer garantiu a democratização do acesso a esse nível de ensino e de permanência nele”.

Paralelamente, é intensificado o cerco à universidade pública, sendo-lhe imputada a responsabilidade “pela precariedade da educação básica: a alegação da carência de recursos para a melhoria do ensino básico deve-se ao suposto alto nível de despesas com o ensino superior”. (Franco, 2000, p. 90)

Ainda nos anos 80, foi promulgada a Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, que resguardou a gratuidade do ensino público em todos os níveis, proclamou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, sacramentou a autonomia universitária e, fundamentalmente, reafirmou a educação como direito público subjetivo.

No entender de Braga, a euforia dos dois maiores “lobbies” (os “privatistas” e os “publicistas”) que buscavam influenciar os Congressistas com relação ao texto final do capítulo sobre educação e cultura da Constituição Federal,

significa que a ANC<sup>26</sup> foi hábil o suficiente para costurar um consenso feito de mútuas concessões, cuja flexibilidade dá a expectativa a ambos os grupos de avançarem mais alguns passos, quer na fase de regulamentação da Lei e nas Constituições Estaduais, quer na prática interpretativa da vigência constitucional (...) é o que estamos no momento presenciando, quando as frentes de batalha se deslocam para as Constituintes Estaduais e para as propostas de LDB dos diversos grupos interessados. (Braga, 1989, p. 31)

A mobilização da comunidade educacional organizada em torno da elaboração das novas diretrizes e bases da educação nacional foi ganhando forma, contando com a contribuição dos embates resultantes de inúmeras

iniciativas governamentais, tais como: Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) em 1983, Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior em 1985 e o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) (Dourado, 1999, p.124).

No mês de dezembro de 1988, o deputado Octávio Elísio apresentou o primeiro projeto de lei (nº 1.258-A/88) fixando as diretrizes e bases da educação nacional. Até o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação em 28 de junho de 1989, o projeto sofreu várias emendas na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, com base em sugestões de caráter formal e informal ao próprio autor (Saviani, 2000, p.195). Para apreciação do material disponível, o então presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deputado Ubiratan Aguiar (PMDB – CE), constituiu um grupo de trabalho, tendo como relator o deputado Jorge Hage (PSDB – BA), dando início, nas palavras do próprio relator, “o que talvez tenha sido o mais democrático e aberto método de elaboração de uma lei de que se tem notícia no Congresso Nacional”, tendo o mesmo percorrido o país, ouvindo todos que, a seu juízo, podiam contribuir para o formulação do projeto – substitutivo (Saviani, 2000, p. 57).

As eleições realizadas em outubro de 1990, resultaram em um Congresso Nacional de perfil bem mais conservador para a legislatura que se iniciaria em 1991, ano em que chegou ao plenário, o projeto – substitutivo Jorge Hage da LDB. No entender de Saviani, “dir-se-ia que, de uma concepção socialista que marcava a proposta inicial, as transformações operadas ao longo da tramitação na Comissão de Educação da Câmara deram ao texto aprovado o caráter de uma concepção social-democrata”. (Saviani, 2000, p.195).

Sob a presidência de Collor de Mello, entra na pauta do dia a necessidade da reforma do Aparelho do Estado visando redefini-lo “em decorrência do processo de globalização, que teria reduzido a autonomia dos Estados na formulação e implemento de políticas” (Silva Jr e Sguissardi, 2001, p.28). Enfrentando muitas dificuldades para sua inclusão na ordem do dia para que fosse apreciado, o projeto-substitutivo recebeu 1.263 emendas, retornando às Comissões Técnicas para exame das emendas e novo relato, tarefa que coube à deputada Ângela Amin (PDS-SC). Seu relatório, apreciado em maio de 1992,

---

<sup>26</sup> Assembléia Nacional Constituinte

incorporou várias emendas, em especial aquelas que atendiam aos interesses dos grupos privados, dando um caráter conservador a LDB (Saviani, 2000, p.196).

No segundo semestre de 1992, o *impeachment* por corrupção do presidente Collor ocupou todo o espaço político, tendo o projeto da LDB retomado o andamento, somente após a posse de Itamar Franco. Em novembro de 1992, iniciou-se no Plenário da Câmara dos Deputados a votação do projeto da LDB, acompanhado dos relatórios das três Comissões, embora não tivessem sido por elas aprovados: Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Tributação. Finalmente, em maio de 1993, chegou-se à aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto-substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases Nacional, seguindo o mesmo para o Senado Federal, quando foi designado o senador Cid Sabóia (PMDB-CE) como relator. O substitutivo apresentado por Sabóia preservava a estrutura do projeto aprovado pela Câmara, incorporando alguns aspectos do Projeto de LDB de autoria de Darcy Ribeiro, que deu entrada na Comissão de Educação do Senado em maio de 1992. O parecer de Sabóia foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado em novembro de 1994 e encaminhado ao Plenário do Senado em dezembro do mesmo ano (Saviani, 2000, p. 156)

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a Reforma do Estado foi intensificada. Nessa ótica o governo federal transformou a Secretaria de Administração Federal em Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado – MARE, sob o comando de Bresser Pereira. Para esse ministro, a reforma era condição “de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional, voltado para o atendimento dos cidadãos”. (Pereira apud Silva Jr e Sguissardi, 2001, p. 28)

Na concepção de Bresser Pereira, as universidades se enquadrariam no núcleo de “serviços não-exclusivos do Estado ou competitivos”, devendo transformar-se em “organizações sociais<sup>27</sup>”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do parlamento para participar do orçamento público”. (Silva Jr e Sguissardi, 2001, p.31/32)

Para Marilena Chauí (2000, p.215/216), posicionar a universidade no setor de prestação de serviços, “indica uma eclipse da idéia de direito social e explica, por exemplo, por que volta à baila a tese do ensino público pago com a idéia de que assim justiça seja feita, pois *os ricos devem pagar pelos pobres*”, afastando-se da concepção da educação como um direito de todos, mas sim, como “um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres”. Ao transformar a universidade em uma prestadora de serviços, “a universidade perde a idéia e a prática da autonomia, pois esta, agora, se reduz à gestão de receitas e despesas”, além de transformar-se em um “órgão da administração indireta, gerador de receitas e captador de recursos externos”, distanciando-se da sociedade, seu princípio de ação e regulação.

Em suma, a reforma do Estado propõe passar a universidade da condição de instituição social<sup>28</sup>, para a de organização social, convertendo o seu “produto” (o saber) em mercadoria e passando a ser administrada segundo as mesmas “normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercados” (Chauí, 2000, p.218), ou seja, “da função clássica de socialização e de reprodução de conhecimentos e reprodução cultural mais ampla, para o papel específico de formar capacidades e competências produtivas” (Frigotto, 1998, p.3). Nessa lógica o governo federal busca claramente articular as finalidades da universidade aos preceitos neoliberais, ao conceber a Universidade como uma organização empresarial, subserviente à lógica do mercado, além de induzir à falsa tese de que “formação profissional que desenvolvem competências exigidas pelo mercado garantem empregabilidade” (Frigotto, 1998, p.4), termo que ganhou espaço nos anos 90, transferindo as responsabilidades do campo privado, onde se exercem as

---

<sup>27</sup> Entende-se por “organizações sociais”, as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtém autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária. (Silva Jr e Sguissardi, 2001, p.45)

<sup>28</sup> Desde o surgimento (século XIII europeu), a universidade sempre foi uma *instituição social*, isto é, uma *ação social*, uma *prática social* fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (...) Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista. (Chauí, 2000, p.217)

competências exclusivas do capital, para o terreno público, como se a educação fosse elemento definidor do poder político e econômico. Segundo Cláudio Moura Castro<sup>29</sup>, a educação não determina a política econômica, que tem lógica própria para promover o desenvolvimento e criar empregos; “a educação tem de se ajustar a isso. Se o mercado não absorver determinado curso, este deve fechar. Deve haver total subserviência do ensino profissional ao mercado de trabalho” (Castro, 2000, p.35).

A posição de Moura Castro é consoante com os ditames contidos no livro do Banco Mundial (BM) *La enseñanza superior las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), cartilha dos países em desenvolvimento para a reestruturação da educação superior. Para Catani e Oliveira o atual perfil da educação superior na América Latina revela “o alto grau de subordinação dos países em relação às orientações dos organismos multilaterais, particularmente do Banco Mundial”. Dentre as orientações especificadas, consta a *mayor adaptabilidad de la educación postsecundaria a las demandas del mercado laboral*, ou seja, para o BM o ensino superior deve “estabelecer vínculos efetivos com os setores produtivos”. (Catani e Oliveira, 1999, p. 9; Catani e Oliveira, 2002, p. 87)

O estreitamento das relações do ensino com os setores produtivos, desvinculando-se de uma formação geral mais sólida, é tema de preocupação de longa data dos educadores. Segenreich lembra que:

Em 1990, foi realizado em Paris, um colóquio de âmbito nacional que serviu de culminância ao projeto do governo francês intitulado “Universités 2000” que se propunha a responder a pergunta: “Quel Université pour demain?”. Na sessão de abertura, o ministro da Educação Nacional, da Juventude e dos Esportes Lionel Jospin defendeu a adoção de três eixos de ação:

1. Estabelecer uma política de recrutamento e formação para fazer emergir uma comunidade universitária forte e “vivante”;
2. Melhorar e modernizar as estruturas da universidade francesa para torná-las mais eficazes evitando uma dualidade que vem acontecendo no ensino superior francês – ou a uniformidade com controle burocrático ou a liberdade dentro da privatização e concorrência selvagem;
3. Fazer emergir práticas universitária modernas, vivificadas por uma pesquisa dinâmica que leve o ensino universitário a proporcionar ao mesmo tempo formação profissional e cultura geral. (Segenreich, 2000, p.149-150)

---

<sup>29</sup> Assessor-chefe para educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

No cenário nacional, a aliança centro-direita que conduziu Fernando Henrique a presidência em 1994, favoreceu uma nova ofensiva conservadora no texto da LDB, expressa quando o senador Beni Veras (PSDB-CE) apresentou requerimento solicitando o retorno do projeto de LDB à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), em seu parecer datado de março de 1995, alegou todo o tipo de inconstitucionalidade inviabilizando tanto o projeto oriundo da Câmara, como o texto de Cid Sabóia. Imediatamente, Darcy Ribeiro apresentou substitutivo próprio que logrou fosse aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Uma vez aprovado pelo Senado o projeto retornou à Câmara dos Deputados em fevereiro de 1996, na forma de Substitutivo Darcy Ribeiro, já na sua versão final incorporadas algumas emendas que visavam atenuar o mal-estar que a “manobra regimental” acarretara. Dez meses depois, o relator designado deputado José Jorge (PFL-PE) apresentou seu relatório, que, sem vetos, foi à sanção presidencial. Assim, em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional, lei nº 9.394, cujo texto genérico, abriu espaço para as reformas que a sucederam via decretos e portarias, constituindo-se na moldura jurídica adequada para as propostas do MARE e do MEC (Silva Jr e Sguissardi, 2001, p.54).

O desfecho do projeto da LDB deixa evidente a prevalência, no âmbito educacional, da vontade política sobre as necessidades e aspirações da população em geral e da comunidade ligada à educação, em particular.

## **CAPÍTULO II**

### **O ESTADO DO TOCANTINS NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CRIAÇÃO DA UNITINS**

Para situarmos historicamente a UNITINS, é fundamental remontarmos à criação do Estado do Tocantins, pois a UNITINS nasceu na efervescência do processo de estruturação do novo Estado e seus desdobramentos políticos refletem a natureza patrimonial das relações efetivadas no Tocantins por meio de tensões e jogos de interesses os mais diversos que, de alguma forma, interferiram na sua estruturação e até hoje a (in)definem como universidade, sem um nítido contorno jurídico.

#### **1. TOCANTINS: antecedentes históricos**

Falar do Tocantins sem falar de Goiás é ignorar o passado, pois ambos formaram um só estado até 1988. O desbravamento de Goiás é resultado da interiorização do Brasil Colônia, quando os bandeirantes, visando a descoberta de jazidas minerais e o aprisionamento de nativos para utilização como mão-de-obra nas lavouras de açúcar de São Paulo, rasgaram picadas rumo ao Brasil Central. (Silva, 1998)

As bandeiras muito pouco contribuíram para a colonização do antigo norte de Goiás. Desde os primos tempos do desbravamento e povoamento destas ribeiras, sempre existiram dois Goiás: o Sul, colonizado pelos paulistas e o Norte, colonizado pelo vaqueiro e dono-de-curral, vindo do Nordeste. (Silva, 1998)

As primeiras manifestações de oposição do norte ao centro-sul, tem raízes no século XVIII, marcado pela determinação de impostos mais elevados para as minas auríferas do norte do que às “Minas dos Goyases”, sob o argumento de que eram mais ricas, embora com menor volume de arrecadação. Para Palacim, “a reação a esta discriminação, talvez um pouco arbitrária, causou a primeira cisão, nunca de todo reparada, na consciência de unidade do território de Goiás”. (Palacim apud Cavalcante, 1999, p. 50).

Em 1809, Dom João criou a Comarca de São João das Duas Barras ou Comarca de Palma no norte de Goiás, para contornar principalmente os problemas de natureza financeira e econômica, já que a enorme distância que separava as Minas dos Goyases das do norte “era um convite permanente ao contrabando do ouro” (Palacim apud Cavalcante, 1999, p.51). Doze anos depois, em 1821, instalou-se o governo independencista do norte, por iniciativa do desembargador Teotônio Segurado, que conclamava o povo do norte a “sacudir o jugo de um governo despótico” (apud Cavalcante, 1999, p.62) concretizando assim a ruptura política entre o norte e o centro-sul. O governo instalado no norte, não foi reconhecido pelo Príncipe Regente que o considerou pernicioso para a garantia da unidade nacional. Sua vida foi curta, pois em 1823, José Bonifácio baixou uma portaria, proibindo a multiplicidade de governo em uma mesma Província, o que acarretou na reunificação do norte à Junta Provisória de Goiás (Cavalcante, 1999, p.68).

O movimento separatista, apesar de arrefecido em virtude da reunificação da província, manteve-se aceso, pois era consenso entre os cidadãos do norte, que para desenvolverem-se, era preciso desligar-se do sul; condição essa retratada pelo jornal Folha do Norte, que em artigos publicados em 1893, referiu-se ao norte como “o enjeitado” e o centro-sul, como “o vampiro que suga o teu sangue”, trazendo à tona a questão da divisão regional, defendida em discurso pelos deputados imperiais Visconde de Taunay e Cardoso de Menezes (Cavalcante, 1999, p.75, p.88).

Em 1889, Fausto de Souza apresentou um projeto de redivisão do Império em 40 (quarenta) Províncias, entre elas constava a do Tocantins, na região que compreendia o norte goiano (Cavalcante, 1999, p.89).

Nas três primeiras décadas da República, a oligarquia<sup>1</sup> dominante nortista preocupou-se em conservar seu compromisso coronelista<sup>2</sup> com as oligarquias do centro-sul, desinteressando-se da causa separatista, que poderia colocar em risco os interesses das lideranças locais. Cavalcante destaca que:

Naquele momento, a causa separatista não interessava à oligarquia dominante local porque a unidade do Estado lhe permitia conservar seu compromisso coronelista com as oligarquias do centro-sul. Em contrapartida, consolidaram seu domínio político naquela região. Fato este que dificultava a coesão política interna em torno da causa separatista por colocar em risco os interesses das lideranças locais. (Cavalcante, 1999, p.90).

Nos anos 40 a bandeira a favor da criação do Território do Tocantins foi levantada, na expectativa de que, nessa condição, o norte obteria recursos que viabilizariam o seu progresso. Os opositoristas da idéia, argumentavam que os territórios do Acre, Rondônia e Amapá, até então criados, não apresentavam desenvolvimento econômico e que a região norte de Goiás, por não ser uma região fronteira que exigisse estratégias de defesa nacional, seria transformado apenas em mais um pouso burocrático (Cavalcante, 1999, p.93/94). No final da mesma década, a idéia ressurgiu com mais força. Foi criado um Comitê Pró-Território, que enviou ao então presidente Getúlio Vargas um manifesto pela criação do Território do Tocantins, que, segundo seus signatários, permitiria que as populações norte-goianas usufríssem os benefícios do progresso, tais como: assistência sanitária, difusão intensiva da instituição pública, fomento da produção, comunicação, transporte e justiça mais próximos e permanentes. (Silva, 1998). A Comissão Pró-Território do Tocantins teve sua representação rejeitada, tanto pela Assembléia Legislativa, quanto pela Comissão de Constituição e Justiça da Administração Federal. (Cavalcante, 1999, p.99)

Em 1956, foi lançado no município de Porto Nacional, o mais populoso da região norte de Goiás, o movimento Pró-criação do Estado do Tocantins, tendo

<sup>1</sup> Termo usado com o mesmo sentido dado pelo escritor Duverger, que o usa para designar a classe dominante. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1991, p. 836).

<sup>2</sup> Neologismo surgido na década de 30 para designar, de foma geral, certas práticas políticas e sociais próprias do meio rural e das pequenas cidades do interior brasileiro. Tem raízes históricas, remontando ao ano de 1831, quando foi montada, no período regencial, uma milícia civil chamada de Guarda Nacional, cujo mais alto título de coronel cabia a pessoas localmente influentes, de confiança dos governos provinciais e central. Mesmo depois da extinção da Guarda Nacional em 1922, o título de coronel continuou sendo usado para indicar "todo e qualquer chefe político, todo e qualquer potentado". (Silva et al, 1986, p. 274)

como símbolo a bandeira do Estado do Tocantins e, como instrumento de luta, o jornal "O Estado do Tocantins". César Freire, um dos líderes do movimento declarou textualmente:

Por que queremos o Estado do Tocantins? Porque é uma reivindicação antiga, com respaldo na Constituição de 1946, em seu artigo 2º, para obter (...) mais escolas, escoar nossos produtos e trazer mercadorias por preços mais baixos. Desenvolver a indústria e o comércio dessa grande região. Por que não temos escolas suficientes, nem hospitais, nem estradas, enfim não temos nada! Não temos assistência de forma alguma! Por que nossas reservas florestais estão sendo retalhadas sem nenhum proveito para nós. Por que pertencemos à baixa Amazônia e queremos ser mais uma sentinela dessa grande reserva nacional. (apud Cavalcante, 1999, p.103-104)

A interiorização da capital federal deu um novo argumento para o movimento separatista, pois o "Estado do Tocantins vem corroborar tudo aquilo que Goiás pregou, ou seja, a interiorização da civilização, fixação do homem ao solo, marcha para o oeste e ainda a valorização e defesa da Bacia Amazônica".(Cavalcante, 1999, p.108)

A campanha separatista prosseguia, alimentada pelas lideranças estudantis, que promoviam discursos, distribuição de cartazes e boletins, esclarecendo a população sobre as vantagens da criação do Tocantins. O padre Ruy Rodrigues da Silva<sup>3</sup>, Secretário da Educação de Goiás e natural da região norte corroborou com a campanha separatista nos bastidores, já que suas ligações com o governo de Mauro Borges Teixeira, contrário a emancipação do norte, o impedia de agir abertamente. (Cavalcante, 1999, p.118)

O golpe militar de 1964 enfraqueceu o movimento. O general Emílio Rodrigues Ribas Júnior conduzido para o governo do Estado de Goiás, no lugar do destituído Mauro Borges, posicionou-se contrário à criação do Estado do Tocantins, considerando-a sem sentido, diante do compromisso de construir obras de irradiação do progresso em Goiás, considerado por ele "como um todo pobre, carente de recursos para o seu desenvolvimento". O plano previa a "canalização de recursos para aquela região (o norte), objetivando a solução dos seus problemas básicos nos setores da saúde, educação, estradas e energia" (Cavalcante, 1999, p.119). O lançamento da pedra fundamental dos "Pólos de

---

<sup>3</sup> O padre Ruy ocupou o cargo de Secretário da Educação do Tocantins no governo de Moisés Avelino, tendo sido também Reitor da UNITINS durante a segunda gestão do governador Siqueira Campos.

Irradiação do Progresso” em Araguaína e a elaboração do “Plano de Valorização para o Norte de Goiás - PLANORTE”, não só contagiou a população, que acreditou que finalmente o Norte sairia do anonimato, como também superou o discurso separatista “dividir para progredir”. (Cavalcante, 1999, p.122)

Em 1965, o ex-Juiz de Direito de Porto Nacional, Dr. Feliciano Machado Braga, aproveitando o espaço aberto com a Assembléia Nacional Constituinte, enviou uma carta ao presidente Castelo Branco, defendendo a redivisão do país, herança da colonização, pecando pelo anacronismo e desproporcionalidade das áreas. A divulgação da carta pela imprensa, trouxe a baila novamente a tese separatista.(Cavalcante, 1999, p.123/124)

Na década de 70, o Mato Grosso foi desmembrado, sendo criado o Mato Grosso do Sul. Motivado pelo evento, o deputado Siqueira Campos mobilizou-se pela redivisão territorial do país. Para tanto, foi instituída uma “Comissão Especial destinada à elaboração de projetos de lei sobre a redivisão territorial e política demográfica”, composta por deputados da ARENA e do MDB, sob a presidência de Siqueira Campos, que apresentou em 1974 uma emenda, que criava o Estado do Tocantins (Cavalcante, 1999, p.129)

Em 1983, Siqueira Campos apresentou na Câmara dos Deputados, o “Projeto de Lei Complementar nº 1”, versando sobre a autonomia política e administrativa para o norte goiano. Apesar de sancionado em 1985 pelo Congresso Nacional, foi vetado pelo presidente Sarney, sob o argumento de falta de recursos do governo federal para arcar com tal ônus, além da região não ser economicamente auto-sustentável. Reapresentado quatro meses depois pelo Senador goiano Benedito Ferreira, novamente recebeu um veto presidencial, apesar de aprovado pela Câmara e pelo Senado. Os vetos repercutiram na imprensa nacional, principalmente pelo fato de dois parlamentares goianos, Siqueira Campos e Totó Cavalcante, terem iniciado um protesto com uma greve de fome. Em repúdio ao veto, a CONORTE<sup>4</sup> “conclama a união de todas as categorias representantes do Setentrião Goiano a uma cruzada de mobilizações populares em favor da criação do Estado do Tocantins”, mobilização esta que se

---

<sup>4</sup> A CONORTE- Comissão de Estudos do Norte Goiano, foi fundada em 1981 na Capital Federal por lideranças intelectuais e políticas comprometidas com o desenvolvimento daquela região, radicadas em Goiânia e Brasília, com o objetivo de conscientizar a população norte goiana sobre “suas necessidades e

estendeu às Universidades Católica (UCG) e Federal de Goiás (UFG), que promoveram em 1985, seminários e conferências sobre a "redivisão territorial do Brasil e a criação do Estado do Tocantins". (Cavalcante, 1999, p.134/136)

Com o início da Assembléia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, os defensores da criação do Estado do Tocantins, conseguiram mobilizar a população e políticos goianos em prol da aprovação do projeto de criação do novo estado. Finalmente, em 5 de outubro de 1988, a criação do Estado do Tocantins foi legitimada com a promulgação da Constituição Federal, que em seu artigo 13 das Disposições Transitórias, assim determinou:

É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes do dia 1º de Janeiro de 1989.

§1 – O Estado do Tocantins integra a região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pela divisas norte de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.(Cassimiro, 1996, p.25)

O desfecho vitorioso da luta pela emancipação do norte goiano reflete-se na bandeira adotada para o novo estado, onde se pode ler *Co yvy ore retama*, ou seja, esta terra é nossa, em xerente.<sup>5</sup>

## 2. Uma Universidade para o Tocantins<sup>6</sup>

Para compreender as forças políticas que nortearam a criação da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), é fundamental fazer um *détour* sobre a política para a educação superior do Estado de Goiás, do qual o Tocantins esteve geográfica, econômica e politicamente vinculado até 1º de março de 1989 quando então assumiu identidade política e jurídica própria e passou ao cenário nacional, como o 24º estado da república Federativa do Brasil.

---

potencial político-econômico", além de "congregar os ideais humanos nortenses através de pesquisas, estudos e debates sobre a região". (Cavalcante, 1999, p.131)

<sup>5</sup> Grupo indígena, habitante do Centro de Estado do Tocantins, no município de Tocantínia, ocupando uma área de 183.542 ha, com uma população de aproximadamente 1000 habitantes. (Perfil econômico-social do Estado do Tocantins – MINTER/1989)

A estrutura universitária de Goiás, somente efetivou-se no final da década de 50, com a criação da Universidade Católica de Goiás (UCG) em 1959 e início da década de 60, quando a Universidade Federal de Goiás (UFG) foi implantada. Na década de 60, o Estado de Goiás registrou ainda a criação de duas instituições de ensino superior públicas – a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis e a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás – e uma privada, a Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, em Anápolis. Outras iniciativas de criação de instituições de ensino superior foram efetuadas, entre elas, a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (Lei nº 4.505 de 12 de agosto de 1963), na cidade de Porto Nacional, com os Cursos de Línguas Modernas, Vernáculas, Pedagogia, Matemática, Física, Geografia e História. Embora o Decreto de criação date de 1963, somente em 1985, no governo de Iris Rezende Machado, foi de fato implantada. (Aires, 1998, p.65, Baldino, 1991, p.145).

O período pós 64, até a década de 80, não registrou significativas modificações no quadro da educação superior no Estado de Goiás, cabendo destaque à criação de cursos e *campi* avançados pela UFG e à implantação da primeira fundação municipal de ensino superior do Estado, na cidade de Rio Verde (Dourado, 2001, p.53).

A política de expansão e interiorização do ensino superior, incrementada pelo Estado de Goiás nos anos 80, “sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional”, promoveu uma grande mudança no cenário da educação no Estado (Dourado, 2001, p.24).

Até 1979, no Estado de Goiás, encontravam-se instaladas duas universidades: a Universidade Católica de Goiás e a Universidade Federal de Goiás e mais nove instituições isoladas de ensino superior, sendo cinco privadas, três estaduais e uma municipal. A década de 80 se inicia com a implantação dos Campus Avançados da UFG, nos municípios de Jataí e Porto Nacional (este inicialmente seria uma área de estágio de estudantes da área de saúde); daí por diante, ocorreu um crescimento do número de estabelecimentos de tal forma espantoso, “que não há cidade no Estado, considerada pólo de desenvolvimento regional, que não tenha a sua faculdade, sobretudo nas regiões sul, sudeste,

---

<sup>6</sup> Título do livro de autoria da professora Dra Maria do Rosário Cassimiro, primeira reitora da UNITINS

sudoeste e do Mato Grosso goiano". (Dourado, 2001, p.66/67, Baldino, 1991, p.140)

O norte goiano também se fez presente na luta pela expansão do ensino, cabendo destaque a "Carta do Tocantins", resultante do Congresso para debater a emancipação do Tocantins, promovido pela Comissão de Estudos do Norte Goiano - CONORTE, em abril de 1982, que conclamava a população a votar no pleito que se aproximava, em candidatos da região, independente da filiação partidária, pois só assim,

energia, estradas, assim como regularização fundiária,  **cursos técnicos e de nível superior** e de todos os benefícios aqui reivindicados, tudo isso, somado aos recursos do Carajás, dará ao norte goiano plenas condições de alcançar um futuro que já é quase presente: sua emancipação econômica, social e política. (Cavalcante, 1999, p.132 – grifo meu)

Um grande surto expansionista na educação superior ocorreu na administração de Iris Rezende Machado. Entre os muitos atos de criação de instituições de ensino superior no período de 1983/87, vários municípios (Rio Verde, Itumbiara, Catalão, Porangatu, Jataí, Mineiros, Anicuns, Morrinhos, Iporã, Jussara, Goianésia, Quirinópolis, São Luiz de Montes Belos, Formosa, Luziânia, Santa Helena de Goiás, Pires do Rio, Ipameri, Itapuranga, Posse, Uruaçu, Goiatuba, Inhumas, Anápolis, Itapuranga), incluindo os municípios do norte goiano de Araguaína, Porto Nacional, Gurupi e Tocantinópolis, foram alcançados pela política expansionista de criação de Instituições do Ensino Superior (IES) incrementada pelo governo do Estado, ainda que algumas dessas IES não tenham sido instaladas. Merecem destaque as seguintes iniciativas:

**Quadro 1: IES criadas no norte de Goiás**

<b>Especificação</b>	<b>Município</b>	<b>Natureza</b>	<b>Ato Legal</b>	<b>Situação</b>
Criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína	Araguaína	Autarquia estadual	Lei est. nº 9.470 de 10/07/1984 Decreto nº 2.413 de 01/10/1984	Instalada
Instalação da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano <sup>7</sup>	Porto Nacional	Autarquia estadual	Lei est. nº 4.505 de 12/08/1963 Decreto de criação de 19/08/1963	Instalada
Criação da Fundação Educacional de Gurupi	Gurupi	Fundação municipal	Lei municipal nº 611 de 15/02/1985	Instalada
Aut. func. da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi	Gurupi	Fundação municipal	CEE, Resol. Nº 150 de 31/05/1985	Instalada
Criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras	Gurupi	Autarquia estadual	Lei est. nº 9.777 de 10/09/1985 <sup>8</sup>	Não instalada
Criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras	Tocantinópolis	Autarquia estadual	Lei est. n ° 9.905 de 10/12/1985	Não instalada
Criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Gurupi	Gurupi	Autarquia estadual	Decreto nº 2.551 de 16/01/1986	Não instalada

Fonte: Baldino, 1991, p.144/148

A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi - FAFICH foi implantada, dentro da efervescência expansionista dos anos 80 na modalidade fundacional. A esse respeito, Dourado destaca que:

<sup>7</sup>Embora o Decreto de criação date de 1963, somente em 12/12/1984, foi promulgado o Decreto nº 2.428, dispondo sobre a estrutura e atribuições da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional, autorizada a ministrar os Cursos de graduação em Letras, História, Geografia, Estudos Sociais e Ciências.

<sup>8</sup>A Lei nº 9.777/85 representa bem o período expansionista (1983/87), pois de uma só vez o governador Iris Rezende é autorizado a criar, sob a forma de autarquia, oito Faculdades de Educação, Ciências e Letras em importantes municípios goianos. (Baldino, 1991, p. 195)

A utilização da pessoa jurídica fundacional pelos municípios goianos para a implementação das atividades de ensino superior justifica-se entre outras razões, pela configuração dessa pessoa jurídica como ente de natureza jurídica própria, que goza de independência e autonomia, e que é entendida como espaço de racionalização e descentralização da administração pública, na medida em que têm administração distinta da administração local, ou seja, esses entes jurídicos passam a gozar de gestão administrativa e financeira descentralizada. (Dourado, 2001, p.90)

A promulgação do Estado do Tocantins em 1988 despertou na população em geral e nos profissionais da educação em particular, a convicção de que a criação de uma Universidade no Estado recém nascido iria somar bastante para o seu desenvolvimento. Em 26 de setembro de 1989, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína – FACILA, realizou um debate em Araguaína, onde foi lançado o “Movimento pró-criação da Universidade do Tocantins”. Entre os dias 28 de setembro e 1º de outubro de 1989, professores, diretores e alunos das Faculdades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, participaram do II Seminário sobre Ensino Superior no Tocantins, no auditório da Faculdade de Filosofia de Porto Nacional, quando foi discutida a viabilidade da Universidade do Tocantins, o destino das faculdades então existentes, autonomia universitária e vários outros temas relacionados com o ensino superior. O Reitor da UFG, Joel Pimentel Ulhoa, a professora da UFG Mindê Badauy Menezes, o Senador Antônio Maya e o professor Ruy Rodrigues, participaram do debate. Na ocasião, foi formada uma comissão para elaborar o Estatuto da Universidade do Tocantins, composta por professores de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. (Debate..., 1989, p. 06; A Universidade do Tocantins..., 1989, p.12; Discutindo..., 1989, p.06)

O Jornal do Tocantins, edição de 12 à 18/12/89, anunciava a criação, via Medida Provisória, da Fundação Universidade do Tocantins, que seria responsável pela instalação e manutenção da Universidade do Tocantins (UNITINS). Cassimiro defendia o modelo fundacional, pois, na sua compressão,

as universidades públicas organizadas como fundações eram as que melhor exerciam os seus ministérios, justamente por lhes ser possível complementar o orçamento público com a renda própria que eram capazes de produzir. As universidades autárquicas eram as que mais padeciam por carência de recursos em virtude dos minguados orçamentos e à pequena margem de manobra para gerar ou mesmo para administrar recursos financeiros. Os orçamentos já vinham distribuídos para as várias aplicações, quase nada restando para as operações de investimento. A maior ou menor capacidade de uma universidade fundacional

obter renda própria variava de acordo com o grau de competência gerencial de seus administradores. (Cassimiro, 1996, p. 128/129)

O Jornal do Tocantins de 12 à 18/12/1989, anunciava ainda, que a UNITINS seria constituída de nove Campi<sup>9</sup> descentralizados, com sede na capital Palmas, oferecendo os seguintes cursos: Medicina, Odontologia, Farmácia, Biomedicina, Enfermagem e Nutrição (na área da saúde); Pedagogia, Geografia, História, Letras e Biologia (na área da educação); Agronomia, Veterinária e Engenharia Florestal (na área de apoio às atividades rurais); Engenharia Civil, Arquitetura, Eletromecânica, Geologia, Química, Física, Estatística, Matemática e Processamento de Dados (na área de ciência exatas); Direito, Economia, Ciências Contábeis, Sociologia e Comunicação (na área de Ciência Sociais) e Música, Artes Plásticas e Artes Cênicas (na área de Artes). Ainda conforme o jornal, durante a solenidade de criação da Fundação, o secretário Leomar Quintanilha disse, que “a opção do Governo do Estado pela Universidade Estadual foi melhor”, explicando que “uma universidade federal depende de contatos com o Ministério da Educação e fontes de dentro do Governo Federal, o que poderia demorar 10 dias ou 10 anos”. Quintanilha salientou ainda, que “mais do que os outros estados, o Tocantins precisa erradicar o analfabetismo, mas também existe a necessidade de criar a sua elite intelectual, para evitar que os jovens abandonem o Estado para cursar o terceiro grau”. (Criada a..., 1989, p. 07)

Oficialmente, no dia 21 de fevereiro de 1990, o governador Wilson Siqueira Campos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e consoante o disposto na Medida Provisória nº 3 de 26 de janeiro de 1990, promulgou o Decreto nº 252/90, de criação da Universidade do Tocantins - UNITINS.

A MP nº 3/90, determinava que:

Art 1º- Fica instituída a Fundação Universidade do Tocantins, que terá sede e foro na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

§ 1º - A Fundação tem por objetivo a organização, instalação e manutenção da Universidade do Tocantins – UNITINS.

---

<sup>9</sup> Apesar de anunciados nove Campi, no Projeto de estruturação da UNITINS, há referência a um Campus Universitário em Palmas e mais seis Centros de Extensão, nos municípios de Arraias, Guaraí, Tocantinópolis, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional (os três últimos em consequência de já possuírem Faculdade, desde a década de 80). (Cassimiro, 1996, p. 196/198)

Art. 4º- A Fundação terá personalidade jurídica de direito privado e gozará de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

Os Decretos nº 253 e 254 de 21 de fevereiro de 1990 nomeavam a Prof. Dra. Maria do Rosário Cassimiro<sup>10</sup>, respectivamente, Presidente da Fundação Universidade do Tocantins e do seu Conselho Diretor, com mandato de oito anos, com direito à recondução. A ex-Reitora da UFG, trazia na bagagem a experiência de implantação dos Campus Avançados da UFG, nos municípios de Catalão, Porto Nacional e Jataí, além dos projetos para implantação dos mesmos em outros municípios goianos, entre eles, o município de Araguaína; o que proporcionou visitas da Dra Cassimiro à cidade, para conversas com o Prefeito, ocasião em que conheceu o deputado federal José Wilson Siqueira Campos. Na entrevista<sup>11</sup> datada de 26 de junho de 2001, Cassimiro contou que o jornalista Luiz de Carvalho a procurou a mando do governador Siqueira Campos, para saber da sua disponibilidade para assumir a Reitoria da UNITINS. Diante do seu interesse, o governador telefonou-lhe formalizando o convite, ocasião em que lhe disse que

você vai fazer no Tocantins tudo aquilo que você quis fazer na UFG e não conseguiu, por já ser uma Universidade consolidada, com muitos anos de existência; então é muito difícil mudar, mas começar uma coisa nova é menos difícil. (Entrevista em 26 de junho de 2001).

Após sua posse em 21 de fevereiro de 1990, no gabinete do governador, no Palacinho, em Palmas, Cassimiro declarou que a sua nomeação facilitaria o planejamento da Universidade. Explicou que "o ano de 1990 seria dedicado à elaboração da documentação necessária para a instituição da Universidade, criação do plano diretor acadêmico e do plano diretor físico". Para tanto, estava previsto, segundo o Jornal do Tocantins, a chegada em Miracema do Tocantins de uma equipe de professores da UFG, para "conhecer a realidade local e fazer

---

<sup>10</sup> Formada em Pedagogia pela UCG, fez Doutorado em Educação na USP. Ex-Reitora da UFG entre 1982/1985.

<sup>11</sup> Entrevista a autora, em 26/06/2001

um levantamento sócio-econômico do Estado”, para dar forma ao Projeto UNITINS. (Cassimiro tomou posse..., 1990, p.06).

Conquista há muito ambicionada pelo norte goiano como símbolo de desenvolvimento e progresso para a região, a Universidade foi tema de debates nas Faculdades de Araguaína e Porto Nacional em 1989<sup>12</sup>, com a participação de alunos e professores e num passado mais remoto, foi incluída como uma das benfeitorias reivindicadas para emancipação política, econômica e social do norte goiano, como bem o mostra a Carta do Tocantins resultante do Congresso promovido pela Comissão de Estudos do Norte Goiano-CONORTE em abril de 1982 (Cavalcante, 1999, p. 32).

### 3. O Projeto UNITINS

Os estudos para implantação de uma universidade “com a cara do Tocantins”, isto é, “talhada, organizada e implantada para dar resposta, principalmente às necessidades do novo estado e da região Norte do Brasil, e organizada num modelo *multi-campi*” (Cassimiro, 1996, p. 15) ficou à cargo de uma equipe de vinte professores<sup>13</sup> (Especialistas, Mestres e Doutores), quase todos originários dos quadros da Universidade Federal de Goiás e coordenados pela Prof. Natividade Rosa Guimarães. O objetivo do grupo era elaborar o “Projeto Tocantins”: um modelo de Universidade, sem as mazelas vividas pelo ensino superior, assim enunciadas por Cassimiro:

1. Nível insatisfatório de conhecimentos por parte dos estudantes do 3º grau em decorrência da má qualidade do ensino básico, notadamente dos alunos originários da escola pública,
2. Oferta de cursos em profissões para as quais o mercado de trabalho já se encontra há anos saturado,
3. Excessiva dependência de recursos financeiros provenientes dos cofres públicos, mormente pelas Universidades autárquicas mantidas pelo governo;

<sup>12</sup> Jornal Correio do Norte de 07 a 14/10 89 e de 15 a 21/10/89.

<sup>13</sup> Adolfo Ribeiro Valadares, Antônio Celso F. Fonseca, Antônio Cesar de Oliveira, Carlos Alberto Tanezini, Fábio dos Santos, Geraldo Bacarim, Ivo Pinto de Melo, Iracy Fideles Feitosa, José Carlos Barbosa, José Duarte, Lais Terezinha Monteiro, Mafalda Paz Esteves F. Fonseca, Margarida Maria de Jesus Monteiro, Natividade Rosa Guimarães, Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, Nilva Tavares Barbosa, Oliveira Leite Gonçalves, Renato Curado de Vellasco Filho, Rolad Vieira Nunes e João Ferreira de Oliveira. (Cassimiro, 1996, p.19)

4. Insuficiência e desatualização dos equipamentos de ensino (laboratórios, bibliotecas, etc.) por carência de recursos financeiros;
5. Preparação profissional inadequada em decorrência das más condições dos equipamentos de ensino e da inadequação dos currículos escolares;
6. Concurso vestibular excessivamente elitizante, favorecendo com prioridade quase absoluta os candidatos originários da rede particular de ensino, em detrimento dos postulantes oriundos das escolas públicas, quase sempre os mais necessitados do ensino gratuito oferecido pelas Universidades mantidas pelo governo. (Cassimiro, 1996, p. 127)

Esses seis pontos lastrearam os debates e as reflexões do grupo na condução dos estudos para a criação da Universidade do Tocantins, um modelo novo de ensino, sem “os vícios e imperfeições estruturais conhecidos nas demais instituições universitárias públicas brasileiras”, visando a criação de uma “universidade moderna, aberta, democrática, diferenciada das demais, ensejando uma ação acadêmica essencialmente brasileira, praticando, de fato, a integração do ensino, da pesquisa e da extensão” (Cassimiro, 1996, p. 129). Para o grupo, era importante que a UNITINS “pudesse assumir um papel preponderante nos destinos da região, delineando e orientando cientificamente as linhas de sua atuação, visando preparar recursos humanos para compreender, atuar criticamente e transformar a realidade”. (Cassimiro, 1996, p. 129)

Diante dessa preocupação, a equipe fez um levantamento das condições educacionais, econômicas, sociais e culturais do Tocantins, além de entrevistas com lideranças municipais e técnicos atuantes em todos os órgãos da administração estadual. Documentos foram consultados e analisados à luz da necessidade de desenvolvimento do Estado, constituindo-se em um ponto de referência para conhecer “um pouco da história, da economia, da infra-estrutura, enfim da vida do estado do Tocantins”, podendo-se destacar:

- Perfil Econômico Social do Estado do Tocantins – versão preliminar, 1988. Ministério do Interior. Brasília, 1989.
- Diagnóstico Socioeconômico do Estado do Tocantins – versão preliminar, 1990. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Tocantins – SEPLAN. Palmas, 1990
- Plano Quinquenal de Saúde – 1990/1995. Secretaria de estado da Saúde. Palmas, 1990.
- Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins – IDE. Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral. Miracema do Tocantins, 1989.

- Primeiro Censo Educacional do Estado do Tocantins – 1989. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Miracema do Tocantins, 1989. (Cassimiro, 1996, p. 138)

O estudo apontou para um conjunto de deficiências que, depois de analisadas, subsidiaram o “Projeto UNITINS”, pois no entender de Cassimiro, era importante “se criar uma universidade que fugisse ao conceito puramente contemplativo e repetitivo como que, de certo modo, se faz há mais de meio século na universidade que existe no Brasil”, dando resposta principalmente, às necessidades do novo Estado (Cassimiro, 1996, p.15). Seus principais pontos eram:

### **3.1 – Novo critério para a seleção de alunos**

Promover um novo critério de seleção de alunos aos cursos superiores (concurso vestibular), buscando “amparar, em igualdade de condições os melhores alunos egressos dos cursos pré-universitários, tanto da rede de ensino privado, quanto da pública, esta, ainda hoje, tão distante das oportunidades de ingresso nas universidades públicas”. (Cassimiro, 1996, p. 16)

O Prof. João Ferreira de Oliveira<sup>14</sup>, membro da equipe que desenvolveu os estudos para implantação da Universidade do Tocantins, além de presidente da Comissão de Vestibular, descreve assim o processo de seleção para ingresso nos cursos de graduação da UNITINS:

A seleção para ingresso nos cursos de graduação da UNITINS se faria segundo um modelo experimental aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) através do parecer nº 802/90 de 11 de outubro de 1990. Esse modelo compreendia, resumidamente, uma análise dos históricos escolares dos candidatos inscritos, que os classificava conforme media final obtida nas disciplinas Núcleo Comum de 5º a 8º série do Ensino Fundamental e nas três séries do Ensino Médio; e um ciclo básico a ser cursado em até dois anos, que poderia aprovar o aluno para dar continuidade ao curso superior escolhido ou jubilar-lo. (Oliveira, 1994, p. 240)

---

<sup>14</sup> Atualmente professor concursado da UFG, é doutor em Educação.

A base legal para a promoção da seleção de discentes através de análise do histórico escolar, encontra-se na Lei nº 4.024/61, que em seu artigo 14, diz que

Será permitido a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos, e períodos escolares próprios, dependendo o seu funcionamento, para fins de validade legal, da autorização do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de cursos primários e médios, e do Conselho Federal de Educação, quando de cursos superiores ou de estabelecimentos de ensino primário e médio sob a jurisdição de Governo Federal. (Cassimiro, 1996, p. 158)

A proposta pedagógica de vestibular e ciclo básico foi encaminhada ao Conselho Federal de Educação, cujo parecer nº 802 de 11 de outubro de 1990, da Conselheira Relatora Zilma Gomes Parente de Barros, assim estabelecia:

1. Considerando que se trata de uma Universidade recém-criada, com um papel relevante na formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento do Estado do Tocantins, também recém-criado;
2. Considerando-se ainda que a proposta é boa no que diz respeito aos seus objetivos, planejamento curricular e mecanismos de controle e avaliação da experiência;
3. Considerando que, examinada pela Câmara especializada, a proposta não apresenta impedimento legal;
4. Considerando, finalmente, que a UNITINS estará oferecendo em 1991 um curso – Licenciatura em Pedagogia,

Voto no sentido de que a experiência proposta seja aprovada inicialmente, para a sua aplicação por um ano letivo, ao longo do qual a Universidade avaliará o processo, enviando a este Conselho os relatórios de acompanhamento e avaliação a partir dos quais poderá vir a ser solicitada a sua extensão a outros cursos<sup>15</sup>. (Cassimiro, 1996, p. 159)

Ao promover a avaliação do Currículo escolar dos candidatos, considerando um período de sete anos (as quatro últimas séries do Ensino Fundamental e as três do Ensino Médio), Cassimiro acreditava que as injustiças sociais cometidas há anos contra os alunos egressos da escola pública seriam evitadas, oferecendo ainda uma oportunidade de revalorizar as escolas de Ensino Fundamental e Médio. Algumas outras premissas alicerçaram o Modelo Experimental de Concurso Vestibular, entre elas, as críticas sobre o concurso vestibular em vigor à época porque este processo de seleção;

<sup>15</sup> No primeiro e único relatório encaminhado ao CFE, foram listadas as dificuldades encontradas na aplicação do modelo experimental de vestibular, quanto à infra-estrutura (recursos humanos, locomoção, operacionalidade), quanto à segurança do concurso (idoneidade da documentação) e quanto à metodologia de análise (nomenclatura das disciplinas, currículos escolares heterogêneos). (Cassimiro, 1996, p. 182/183)

- Não seleciona rigorosamente os melhores candidatos. Nele o elemento “sorte” atua muito. Assim, não se poderia afirmar que, aqueles que não logram aprovação são piores do que os que se classificam.
- É baseado em conhecimentos adquiridos artificialmente, principalmente, através de “cursinhos”, que não propiciam amadurecimento sobre o ensino que ministram
- Não tem nenhuma preocupação com os melhores alunos do 1º e 2º graus. Levam mais vantagem os que logram êxito nos pacotes artificialmente preparados. Ao aluno pobre não se dá nenhuma chance. Ele sai da escola pobre e vai viver uma vida medíocre, sem condições de dar vazão à sua inteligência, à sua capacidade, à sua vocação, por não ter condições de competir com o aluno da escola particular perante o concurso vestibular.
- Estimula o elitismo, em detrimento do aluno originário da escola pública, privilegiando o aluno egresso da escola particular, que tenha, de preferência, freqüentado um “cursinho”. (Cassimiro, 1996, p. 153/154)

Em artigo publicado no Jornal do Tocantins, Cassimiro ressaltava que o modelo experimental de vestibular não significava “fórmula facilitada de ingresso à universidade e nem se trata de um projeto de política partidária, mas sim a expressão de um ideal de política educacional”, destacando ainda a importância da mudança no sistema de ingresso na Universidade, já que “criticar é preciso, mudar é necessário e mudar de forma não demagógica ou tendenciosa, mudar na essência, visando à educação como um todo e o bem do estudante e do Brasil”. (Cassimiro, 1991, p.06)

### **3.2 – Dinamização da estrutura acadêmica**

Promover uma estrutura acadêmica mais dinâmica e coerente com os fins da Universidade, organizada em três centros de ensino que constituiriam a menor fração da estrutura da UNITINS, possuindo uma Congregação e um Conselho de Centros (Cassimiro, 1996, p.16).

Nesta ótica, seriam eliminadas da estrutura acadêmica, Faculdades, Departamentos Didáticos, Conselhos Departamentais, Colegiados de Cursos e até mesmo as Vice-Reitorias, buscando assim suprimir grande parte da burocracia acadêmica hoje observada nas universidades públicas brasileiras. (Cassimiro, 1996, p. 16).

O pouco tempo de existência do modelo fundacional da UNITINS (menos de dois anos), não permite uma avaliação do real alcance em termos

administrativos do novo formato proposto para a universidade. Porém, a eliminação na sua estrutura acadêmica de faculdades, acena com a preocupação de que, numa situação de expansão, esta dar-se-ia organicamente, sem uma proliferação inconseqüente de unidades.

Com relação a departamentalização, também excluída da estrutura da UNITINS, Fávero lembra que uma das medidas propostas pela reforma universitária de 1968, “com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade”, foi a adoção do sistema departamental, que se constituía na base organizacional da universidade. Entretanto, numa análise retrospectiva, Fávero afirma que:

Passados 25 anos, observamos ser o departamento, na maioria das vezes, um espaço de alocação burocrático – administrativo de professores, tomando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo. (Fávero, 1994, p. 157).

### **3.3 – Organização colegiada da universidade:**

Estruturar a Universidade de forma que à Fundação ficariam ligados todos os órgãos normativos/executivos e os de natureza administrativa, financeira e patrimonial. À Universidade propriamente dita, estariam ligados tão somente os órgãos acadêmicos e científicos. A administração superior da UNITINS seria composta por:

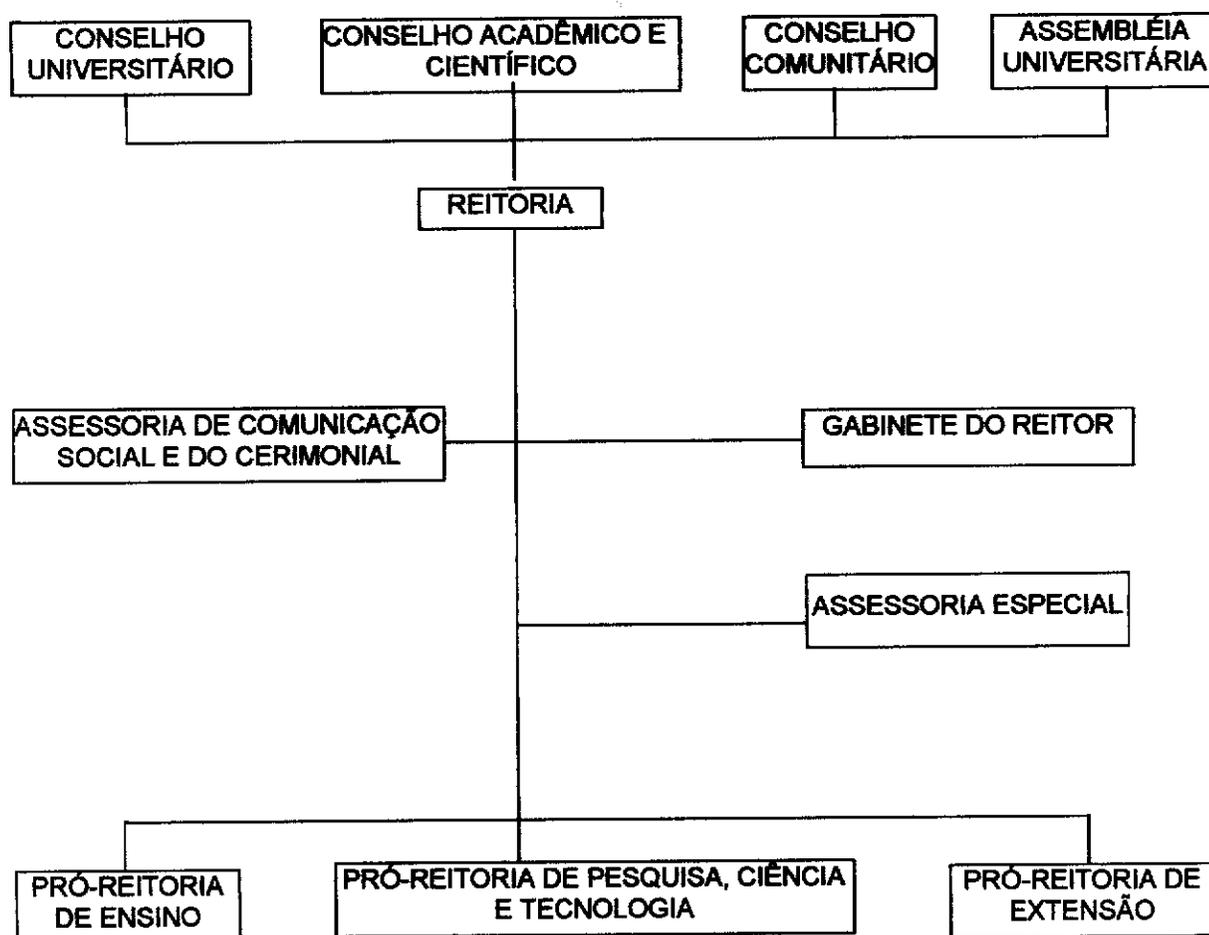
- Assembléia Universitária
- Conselho Universitário
- Conselho Acadêmico e Científico
- Conselho Comunitário,
- Reitoria, composta por três pró Reitorias:
  1. Pró-reitoria de Ensino, nela incluídos a graduação e a pós-graduação
  2. Pró-reitoria de Extensão,
  3. Pró-reitoria de Pesquisa, Ciência e Tecnologia. (Cassimiro, 1996, p.16)

A respeito do Conselho Comunitário, órgão consultivo da UNITINS, integrado tão somente por representantes da comunidade, Cassimiro acreditava estar com a sua criação, ampliando a participação da comunidade junto à alta administração da universidade. Assim, a UNITINS despontaria como a primeira

universidade pública brasileira a possuir na sua estrutura organizacional, um conselho comunitário. (Cassimiro, 1996, p. 18)

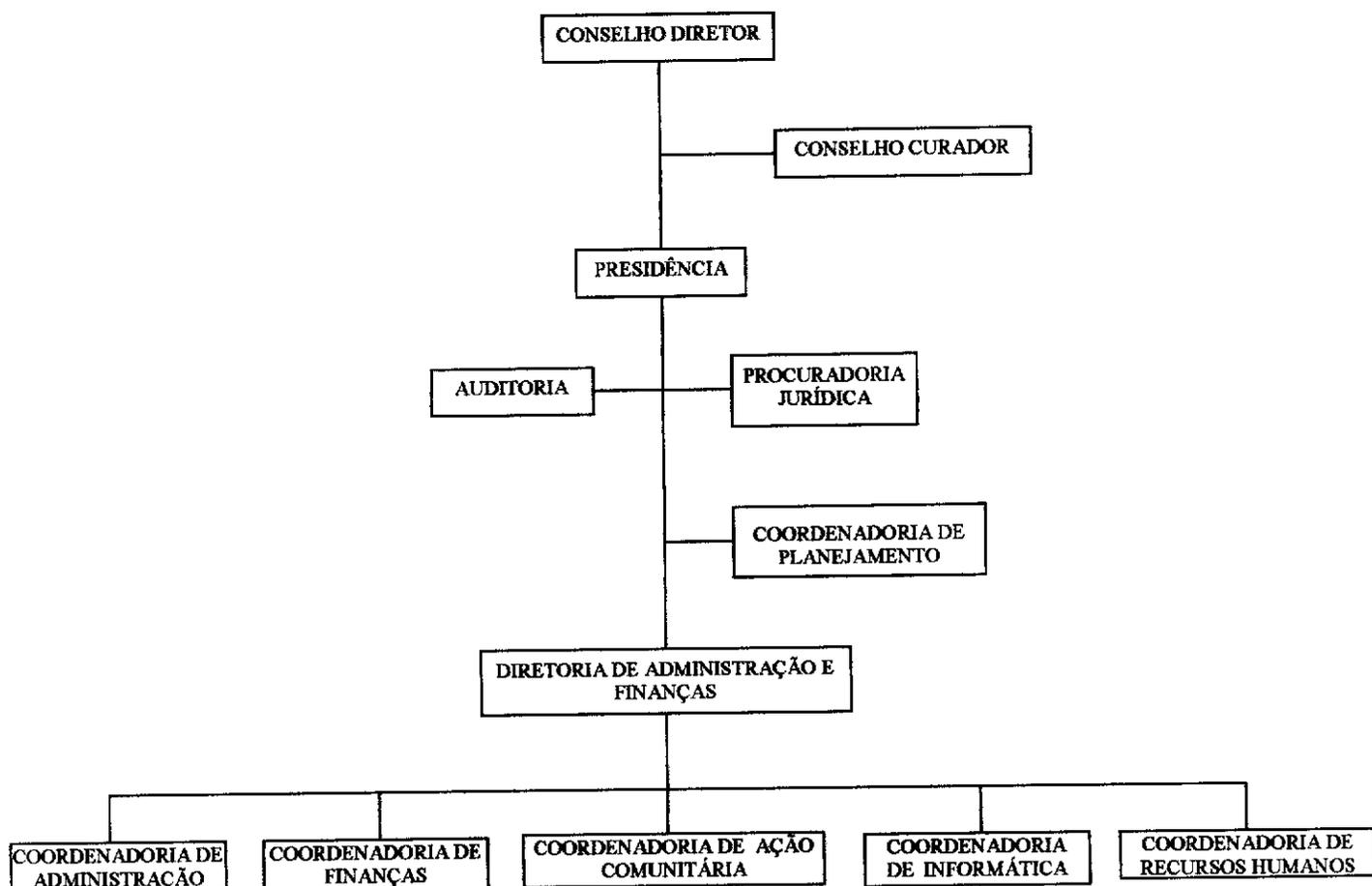
O Estatuto da Fundação Universidade do Tocantins, publicado no Diário oficial de 16 de fevereiro de 1990, previa no seu artigo 36, que o reitor seria o secretário geral do Conselho Comunitário, além de presidir o Conselho universitário, o Conselho Acadêmico e Científico e a Assembléia Universitária. Para melhor visualização foram reproduzidos os organogramas da Universidade do Tocantins (UNITINS) e da sua mantenedora, a Fundação Universidade do Tocantins.

**Figura 1:** Organograma da administração superior da UNITINS



FONTE: Estatuto , 1990

**Figura 2: Organograma da Fundação Universidade do Tocantins**



FONTE: Estatuto, 1990

Segundo o Estatuto da Fundação Universidade do Tocantins, o conselho diretor seria o órgão máximo da Fundação, responsável pela administração da UNITINS. Seu presidente, também exerceria o cargo de presidente da Fundação e reitor da universidade.

É bom lembrar que a UNITINS funcionou com a estrutura proposta, menos de dois anos, dificultando uma avaliação dos eventuais benefícios embutidos na concepção; porém, há que se destacar a preocupação em reservar para a universidade, atribuições unicamente ligadas a sua atividade fim, qual seja: ensino, pesquisa e extensão, delegando para a Fundação, as funções burocráticas, jurídicas e financeiras.

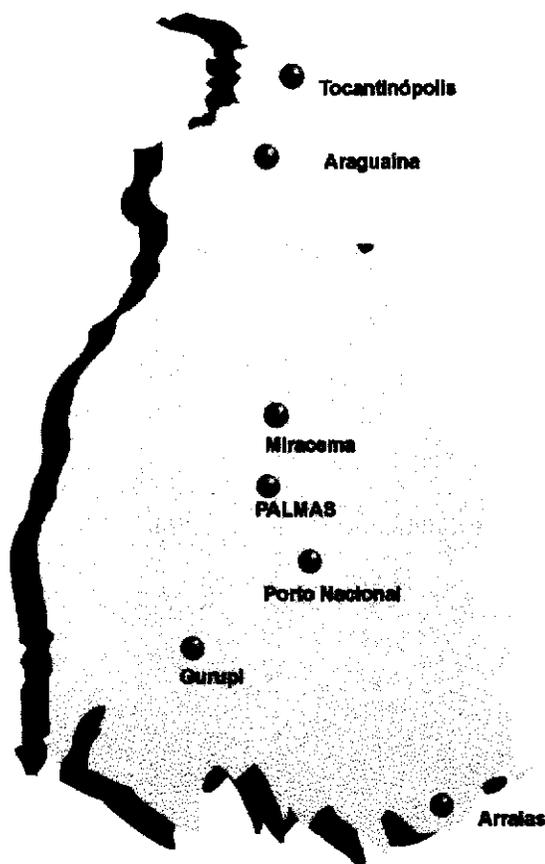
### **3.4 – Interiorização das atividades da UNITINS:**

Instalar no interior do estado, em cidades consideradas como pólo de desenvolvimento, Centros de Extensão, que além de promover a elevação do nível de qualidade do ensino básico e fundamental e de, a médio prazo, servir de apoio para os estágios supervisionados dos formandos da UNITINS, também seriam responsáveis pelo desenvolvimento de atividades paralelas ao ato de ensinar, tais como: a identificação de temas e espaço para a pesquisa, que retroalimentariam os conteúdos programáticos dos Cursos, tornando-os mais coerentes e ajustados às necessidades e as potencialidades da região, com um crescimento científico e tecnológico humanizado. (Cassimiro, 1996, p.16)

Os municípios selecionados, para implantação dos Centros de Extensão, segundo Cassimiro, atenderam a critérios de ordem econômica e geográfica, visando ainda proporcionar oportunidade de escolarização aos habitantes de cada região do Estado. Foram eles:

- Arraias, localizado no sul do Estado, distante 429km de Palmas. Em 1989, sua população era de 17.461 habitantes. O Centro de Extensão aí localizado beneficiaria, num raio de 200km, doze municípios, totalizando 69.854 habitantes.
- Guaraí, localizado no centro do estado, distante 200km de Palmas. Em 1989, sua população era de 52.305 habitantes. O Centro de Extensão aí instalado beneficiaria, num raio de 200km, quinze municípios, para uma população de 220.789 habitantes.
- Tocantinópolis, localizado no norte do Estado, distante 548km de Palmas. Em 1989, sua população era de 35.025 habitantes. O Centro de Extensão aí instalado beneficiaria, num raio de 200km, 150.707 habitantes, num total de onze municípios (Cassimiro, 1996, p.148/149).

**Figura 3:** Localização geográfica dos *Campi* da UNITINS



De imediato, foi definido que três Centros de Extensão ofereceriam o Curso de Pedagogia, diante da necessidade de se investir na formação de professores para a recuperação da qualidade e do "resgate da importância social do ensino do 1º e 2º graus, medida fundamental, até para proporcionar à própria Universidade, a médio e longo prazos, uma clientela que estivesse à altura de uma universidade realmente digna do nome". Ao todo seriam 120 vagas já em 1991, com quarenta vagas para cada um dos três Centros de Extensão: Arraias, Guaraí e Tocantinópolis (Cassimiro, 1996, p. 130, p. 197)

A respeito das Faculdades de Araguaína e Porto Nacional<sup>16</sup>, criadas pelo Governo de Goiás na década de 80, Cassimiro declarou à imprensa, por ocasião de sua posse, que estas seriam integradas à UNITINS, ressaltando o interesse

<sup>16</sup> As Faculdades de Araguaína e Porto Nacional passaram a integrar a estrutura da UNITINS pelo Decreto nº 2.080 de 14 de janeiro de 1991, com base no artigo 5º da Lei nº 136 de 21 de fevereiro de 1990. (Cassimiro, 1996, p. 145)

demonstrado pelo Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi - FAFICH em integrar-se futuramente à UNITINS. Assim, "a Universidade começará com três faculdades e a unidade de Miracema (sede provisória da UNITINS), que servirá futuramente como centro de pós-graduação" (Cassimiro é empossada..., 1990, p.12).

A incorporação da FAFICH a UNITINS foi tema de debates, envolvendo a classe política, professores e alunos. O prefeito João Cruz, respaldado pela Câmara de Vereadores de Gurupi, declarou ao Jornal do Tocantins (29/05 à 04/06), que "estamos dispostos a contribuir com este projeto, mas não queremos sofrer uma frustração posterior", referindo-se ao fato da Universidade ter apenas a Reitoria, não existindo de fato. Cruz, apesar de ter colocado à disposição todo o patrimônio do município e da Fundação, diz-se receoso em "transferir esses bens a uma entidade que só existe no papel, exigindo para tanto, garantias da concretização da mesma". Segundo o jornal, o prefeito solicitou à Dra Cassimiro, que pedisse ao governador, que fosse feito um convênio com a Fundação, a fim de amenizar as mensalidades dos alunos que estudam naquela instituição, restabelecendo assim, a credibilidade entre o governo e a comunidade estudantil universitária de Gurupi. (Prefeito..., 1990, p.07)

Em 22 de agosto de 1991, o Secretário de Educação Ruy Rodrigues da Silva, compareceu ao Auditório da FAFICH, a fim de esclarecer como seria feita a integração, caso fosse concretizada. Diante do receio demonstrado pelos professores e alunos quanto às dificuldades que o ensino público vêm passando e que reflexos essas dificuldades trariam para o ensino, o Secretário afirmou que "a Universidade não é mais um projeto, e sim uma unidade de ensino superior, que já está se instalando". Acrescentou que a FAFICH, ao se integrar, beneficiar-se-ia pelo fato de pertencer a uma comunidade científica. Rodrigues afirmou que "de qualquer maneira, serão instalados em Gurupi, ainda este ano, dois núcleos de pesquisa, para serem transformados no próximo ano, em dois cursos na área de Ciências Agrárias", cuja área para instalação já estava inclusive definida. (Faculdade debate..., 1991, p. 06)

Diante do impasse entre a Prefeitura e o Governo do Estado, a FAFICH, apesar de fazer parte dos planos iniciais do Modelo UNITINS, ficou de fora da estrutura da Universidade.

Em entrevista a autora, Cassimiro afirmou que a Universidade era para ter nascido federal e que tal não ocorreu por falta de empenho do então Presidente Sarney, o mesmo que por duas vezes negara o pedido de emancipação do norte goiano. Numa resposta ao Sarney, Siqueira Campos criou uma Universidade estadual no Tocantins, para “pirraçar” o Sarney, salientou Cassimiro.

Cabe destacar que, embora a UNITINS tenha nascido estadual, a expectativa por uma Universidade Federal, remonta à sua concepção<sup>17</sup>, permanecendo tanto no meio acadêmico, como no meio político do Estado, sendo dada como “certa”, em inúmeras ocasiões, como bem mostram os seguintes noticiários:

- **ME pode retomar estudos da UFT:** Quintanilha disse que há uma lei sancionada para a criação da Universidade

O Ministério da Educação, segundo o secretário Leomar Quintanilha, retomou os estudos da Universidade do Tocantins, “por intermédio de uma lei autorizativa, sancionada pelo presidente da República”. A lei, no entanto, somente autoriza o presidente a criar a instituição e não diz nada quanto a sua implantação e funcionamento, o que está retardando todo o processo, de acordo com Quintanilha.

Para ele, o Governo federal está preocupado com o ensino fundamental, uma vez que ele já gasta hoje, na sua opinião, 57% do orçamento da educação com o ensino superior e, também “porque o índice de analfabetismo no País extrapola os índices da normalidade”. Quintanilha observa que a Universidade tanto poderá sair rapidamente quanto poderá demorar até dez anos.

“Não podemos abrir mão da nossa elite intelectual”, insiste o secretário, se referindo à necessidade de se criar uma boa estrutura de ensino de terceiro grau no estado. Diante do impasse, ele adianta que o Governador irá criar a universidade Estadual do Tocantins sem no entanto, especificar data.<sup>18</sup>

Embora o censo demográfico de 1991 apontasse para uma população de 38,36% de analfabetos no Tocantins, a maior parte (51,28%) residente na área rural, a implantação de uma universidade no estado era considerada pela

<sup>17</sup> Por ocasião da posse da reitora Cassimiro, esta comentou que sua intenção seria *federalizar a Unitins, ainda no governo Siqueira Campos (Cassimiro é empossada...*, 1990, p. 12)

<sup>18</sup> *Jornal do Tocantins*, 28/11 à 04/12/1989, p.07 (grifo meu).

sociedade em geral e pelo meio político em particular, fundamental para que o Estado que estava nascendo se firmasse no cenário nacional e marchasse rumo ao desenvolvimento. (IBGE, 1991)

- **Universidade sai até o fim do ano: A reitora da Unitins disse que há chance de federalizar a instituição**

“A implantação da Universidade do Tocantins é fato concreto até o início do próximo ano e a **federalização tem grande probabilidade de acontecer**, devido ao bom relacionamento do Governo Siqueira Campos com o presidente Fernando Collor de Mello”. A estimativa é da reitora Maria do Rosário Cassimiro.

A Reitora viajou para Brasília no último dia três, onde foi participar de uma reunião com o presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando G. Fonseca e com o deputado federal Eduardo Siqueira Campos (PDC). Segundo Cassimiro, partindo do encontro com o presidente do Conselho, o próximo será com o Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, que abrirá caminho para uma audiência definitiva com o Presidente da República. “Estamos construindo as bases necessárias, para respaldar, futuramente, a decisão do Governo”, diz Cassimiro.

Ela diz, ainda, que o responsável pela apresentação do projeto de federalização da Unitins junto ao Congresso nacional e ao presidente Fernando Collor é o deputado Siqueira campos, que participará de todos os encontros relativos a tal assunto. Ela finaliza afirmando que as primeiras obras da Universidade em Palmas serão inteiramente financiadas pelo Governo estadual e a construção arquitetônica vai ser realizada por módulos.<sup>19</sup>

Com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência, as esperanças de federalização imediata da UNITINS se intensificaram devido ao bom relacionamento entre José Wilson Siqueira Campos e Collor. Sarney, o antecessor de Collor, por ter rejeitado mais de uma vez a autonomia do norte goiano, não era considerado sensível aos anseios do Tocantins.

- **Reitora vai ao Presidente pedir pela Universidade**

Está prevista para hoje, dia 15, a audiência da reitora da Universidade do Tocantins (Unitins), Maria do Rosário Cassimiro, e do deputado Eduardo Siqueira

Campos com o presidente Collor de Mello, em Brasília. Na ocasião será negociada a criação de uma Universidade Federal no Tocantins e a incorporação da Unitins na mesma. Segundo Cassimiro, todos os documentos justificando a criação daquele órgão no estado já estão prontos, falta somente obter do Presidente a autorização para que isso seja feito.

Logo após a reunião com Collor, Cassimiro seguirá para Gurupi, onde manterá conversação com todos os segmentos representativos da sociedade. Inclusive políticos e o diretor da Faculdade local, Mário Coelho, para saber da disposição quanto à sua incorporação à Unitins. Para que isso ocorra, é preciso que a Câmara municipal dê poderes ao Prefeito, para que ele incorpore as duas entidades. A decisão final ficará a cargo do Governador, que assinará um decreto autorizando o que for feito.<sup>20</sup>

No "Projeto UNITINS", estava previsto que a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), fundação municipal instalada desde 1985 em Gurupi, seria incorporada a UNITINS. Esta incorporação acabou não se efetivando em função de divergências políticas, já que o então prefeito de Gurupi, João Cruz, era adversário político de Siqueira Campos.

- Senador aposta na criação de Universidade: segundo ele, a aprovação na Câmara está certa

É tida como certa, pelo senador Antônio Luiz Maya (PDC-TO), a aprovação pela Câmara Federal, dos projetos de lei nº 32 e 415, de sua autoria, que determinam a **federalização da Universidade do Tocantins**, através da instituição da Fundação Universidade Federal do Tocantins e a criação da escola Agrotécnica Federal de Porto Nacional, que deverão ainda ser submetidos a sanção do presidente Fernando Collor de Mello, após o aval; recebido pelo Senado.

Já estão assegurados, segundo Maya, recursos no orçamento da União, para este ano, na ordem de Cr\$ 18.572 milhões, para sua instalação. A Universidade Federal do Tocantins atenderá a demanda por vagas de nível superior de vários municípios, pois terá seus departamentos descentralizados, evitando com isso o deslocamento dos alunos por longas distâncias.

---

<sup>19</sup> Jornal do Tocantins, 08/05 à 14/05/1990, p. 07 (grifo meu)

A criação da Escola Agrotécnica Federal de Porto Nacional, defendida inicialmente para a cidade de Gurupi, é destinada, segundo ele, à formação de mão-de-obra especializada, insuficiente no Estado. A intenção é que incrementalmente novos métodos e técnicas agropastoris naquela região e em todo o Tocantins.<sup>21</sup>

Procurada pelo "Jornal do Tocantins", a reitora Dra Maria do Rosário Cassimiro afirmou que "não tem conhecimento do teor do projeto apresentado pelo senador Maya, com quem conversou rapidamente sobre o assunto em Palmas". Acrescentou ainda, que "conversará, nesta semana, com o deputado Eduardo Siqueira Campos, para juntos verificarem as linhas gerais da proposta e, se necessário, apresentarem sugestões, pois a universidade já existe e está bem adiantada em sua organização". (Senador..., 1990, p. 06).

Não só a federalização não ocorreu naquela ocasião, como também, não foi implantada a anunciada Escola Agrotécnica Federal de Porto Nacional.

- **Universidade poderá se federalizar em 90**

A Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) pode se transformar em uma instituição federal ainda este ano. Esta é a expectativa da reitora Maria do Rosário Cassimiro, ao salientar que o projeto, de autoria do deputado federal, José Eduardo Siqueira Campos (PDC), já está no Congresso Nacional aguardando a votação das matéria com "urgência urgentíssima". O projeto autoriza o Poder Executivo a incorporar a universidade federal todo o acervo, patrimônio e modelo institucional da Unitins. Apesar da dificuldade da votação na Câmara Federal, devido a ausência de parlamentares, Cassimiro acredita na aprovação.

Enquanto a reitora aguarda a federalização já prepara a papelada da Unitins, ainda estadual. Os assessores da Universidade estão trabalhando para colocar toda a documentação à disposição do Conselho estadual de Educação do Tocantins até setembro e submete-los ao Conselho Federal de Educação até janeiro. Cassimiro explicou que março é a data legal para o presidente da República autorizar a criação da Unitins.

---

<sup>20</sup> Jornal do Tocantins, 15/05 à 21/05/1990, p. 06 (grifo meu)

<sup>21</sup> Jornal do Tocantins, 19/06 à 25/06/1990, p. 07 (grifo meu).

A reitoria da Unitins já está alojada em Miracema, no prédio da Prefeitura, onde antes funcionava a Assembléia Legislativa. A solenidade de entrega do patrimônio ocorreu terça-feira, dia sete, quando a Universidade tomou posse de 31.977 mil metros quadrados de área que pertence à Unitins, incluindo o antigo Legislativo estadual, os alojamentos e a Vila Administrativa. O prefeito de Miracema, Osmar Soares, prometeu doar outra área, brevemente. No dia 20, em Palmas, acontecerá uma solenidade de aprovação do estatuto da instituição e o governador Siqueira Campos dará posse aos cinco conselheiros titulares e três suplentes do Conselho da Universidade. Até esta data, Maria do Rosário Cassimiro já terá levado ao Governador ao cursos que ela pretende implantar de imediato.<sup>22</sup>

A respeito do esforço que o governo do Estado empreendeu para que a UNITNS fosse federalizada, a Dra Cassimiro, em entrevista a autora<sup>23</sup>, fez referência a sua ida a Brasília, três dias antes de findar o mandato do governador Siqueira Campos, “para arrancar do ministro uma mensagem do governo, propondo a federalização da UNITINS”. Na opinião de Cassimiro, a federalização não ocorreu por absoluto desinteresse do Ministro da Educação com relação ao projeto.

O Projeto UNITINS que previa inicialmente a manutenção dos cursos oferecidos pelas Faculdades de Araguaína e Porto Nacional (História, Geografia, Letras e Ciências) e a implantação do Curso de Pedagogia em Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, contemplava também um plano de expansão, com a abertura de cursos que atendessem às necessidades do mercado de trabalho, possibilitando inclusive a “substituição de cursos oferecidos inicialmente por outros que, com maior justeza, se prestassem a adequar a correlação da oferta com a procura e a absorção de egressos pela pirâmide ocupacional do Estado” (Cassimiro, 1996, p.201).

O plano de expansão, previsto para implantação gradativa de cursos até 1995, aumentava o leque de opções de cursos de graduação, com o seguinte cronograma de implantação:

---

<sup>22</sup> *Jornal do Tocantins*, 14/08 à 20/08/1990, p.07 (grifo meu).

<sup>23</sup> *Entrevista em 22/06/2001.*

**Quadro 2:** Cronograma de implantação de Cursos no Campus Universitário de Palmas – “Projeto UNITINS”

ÁREA	CURSOS	VAGAS	INÍCIO
Ciências Humanas	Administração Pública	40	1992
	Administração de Empresas	40	1994
	Educação Artística:		
	• Desenho	30	1992
	• Música	20	1992
	• Artes Plásticas	20	1993
	• Artes Cênicas	20	1993
	Ciências Contábeis	50	1993
	Arquivologia:		
	• Arquivos Empresariais	30	1994
	• Arquivos Especiais	30	1995
Pedagogia	40	1996	
Ciências Exatas e Tecnologia	Ciência da Computação	30	1992
	Engenharia Agrícola	40	1992
	Engenharia Florestal	40	1993
	Engenharia Civil	40	1993
	Engenharia Elétrica	40	1994
Ciência Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas:		
	• Modalidade Médica	30	1992
	• Biologia	30	1993
	Enfermagem e Obstetrícia	30	1992
	Medicina Veterinária	40	1992
	Educação Física	40	1993
	Nutricionista	30	1993
	Medicina	40	1995
	Fisioterapia	30	1995
	Fonoaudiologia	20	1996
Odontologia	40	1996	

Fonte: Cassimiro, 1996, p. 196/197

**Quadro 3:** Cronograma de implantação de Cursos no Centro de Extensão de Araguaína – “Projeto UNITINS”

CURSOS	VAGAS	INÍCIO
Letras (Português/Inglês)	40	1992
Geografia	40	1992
História	40	1992
Ciências: <sup>24</sup>		
• Biologia	20	1992
• Química	20	1992

Fonte: Cassimiro, 1996, p. 197

**Quadro 4:** Cronograma de implantação de Cursos no Centro de Extensão de Porto Nacional – “Projeto UNITINS”

CURSOS	VAGAS	INÍCIO
Letras (Português/Inglês)	40	1992
Geografia	40	1992
História	40	1992
Ciências: <sup>25</sup>		
• Matemática	35	1992
• Física	20	1992

Fonte: Cassimiro, 1996, p. 198

**Quadro 5:** Cronograma de implantação de Cursos no Centro de Extensão de Gurupi – “Projeto UNITINS”

CURSOS <sup>26</sup>	VAGAS	INÍCIO
Pedagogia	40	1993
Letras: Português	40	1993
Geografia	40	1994
História	40	1994
Ciências:		

<sup>24</sup> O curso de Ciências oferecido pela FACILA até então, era de Licenciatura Curta em Ciências (Cassimiro, 1996, p. 86)

<sup>25</sup> O curso de Ciências oferecido pela FAFTINS até então, era de Licenciatura Curta em Ciências (Cassimiro, 1996, p. 86)

<sup>26</sup> A FAFICH, vinha oferecendo desde a sua instalação, os Cursos de Pedagogia e Direito (Cassimiro, 1996, p. 86)

• Biologia	20	1995
• Química	20	1995

Fonte: Cassimiro, 1996, p.196/197

Segundo Cassimiro, a incursão em outras áreas do conhecimento humano (Ciências Exatas e Tecnologia, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas), justificava-se pelo

acelerado grau de desenvolvimento econômico e acentuado aumento demográfico, quer devido à alta taxa de natalidade, quer devido ao fluxo migratório de outros Estados, já que a região representa uma nova fronteira de desenvolvimento, sobretudo após a criação do estado e a implantação da nova Capital. (Cassimiro, 1996, p. 198)

A opção pelos Cursos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Exatas e Tecnologia e Ciência Biológicas e da Saúde, embasava-se nos seguintes argumentos:

1. Cursos na Área de Ciências Humanas:

Destinados à formação de professores, pedagogos e administradores, visava suprir a falta de profissionais qualificados, tanto para a área de educação, quanto para a administração pública estadual e municipais.

Para Cassimiro, a deficiência na área administrativa trazia conseqüências nefastas, fazendo com que tudo fosse “tratado amadoristicamente, como se o bem público fosse coisa de somenos importância ou, pior ainda, de importância apenas para os que exercem o poder na sociedade”, numa clara inversão de valores, ou seja, “a população alvo dos benefícios assegurados pelo Estado permanece distante dos objetivos fins, enquanto a maioria dos recursos normalmente são aplicados em ações intermediárias”. (Cassimiro, 1996, p. 199)

**Quadro 6: Corpo docente por grau de formação e esfera administrativa**

Grau de Formação	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Total	%
1º grau incompleto	01	209	2.070	03	2.283	22,33
1º grau completo	–	572	799	32	1.403	13,72
Magistério incompleto	02	232	190	33	457	4,47
Magistério completo	–	3.678	503	265	4.451	43,54
2º grau completo	–	441	120	59	620	6,07
Licenciatura incompleta	03	300	14	37	354	3,46
Licenciatura completa	06	382	21	115	524	5,13
3º grau completo (sem licenciatura)	–	88	09	34	131	1,28
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>5.902</b>	<b>3.726</b>	<b>578</b>	<b>10.223</b>	<b>–</b>

Fonte: Cassimiro, 1996, p. 84

No quadro acima observamos, que a tabulação das informações apuradas no primeiro censo educacional do Tocantins, realizado em 1989 pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, apenas reforçava o sentimento comum aos membros da equipe de implantação da UNITINS, constituída por educadores conhecedores da região e da realidade do ensino oferecido no norte goiano: havia necessidade premente de formar professores.

A precariedade do ensino ministrado nos níveis fundamental e médio, tanto nas escolas públicas, quanto nas particulares é visível, com 40% do quadro de professores composto de pessoas que sequer tinham o segundo grau completo. Quanto ao número de profissionais com diploma de nível superior, estes somavam pouco mais de 6%, sendo a maior parte constituída de graduados do curso de Magistério e equivalente.

## 2. Cursos da área de Ciências Exatas e Tecnologia

Destinados a proporcionar ao Estado, engenheiros e profissionais de informática em número suficiente para atender o desenvolvimento do Tocantins, com projetos que previam a implantação de um parque industrial, de lavouras irrigadas, mecanização da agropecuária, entre outras medidas de cunho tecnológico (Cassimiro, 1996, p. 199).

## 3. Cursos da área de Ciência Biológicas e da Saúde

A precariedade nesta área não se restringia apenas à falta de profissionais da saúde, mas também ao pequeno número de laboratórios de análises clínicas, insuficiente para atender a demanda hospitalar, composta de doze hospitais estaduais e postos de saúde.

A Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, consciente do legado de abandono herdado de Goiás, desenvolveu um Plano Quinquenal de Saúde (1990/1995), propondo a implementação de diversas ações, entre elas, a instalação de unidades de saúde em todos os municípios, a criação de hemocentros e a ampliação e modernização da rede hospitalar.

A proposta de cursos na área de ciências biológicas e da saúde a serem efetivadas pela UNITINS seria então o suporte para que a situação calamitosa da saúde no Estado pudesse ser revertida, multiplicando o número de profissionais habilitados, que somavam em todo o Estado em 1990, um total de: dois biomédicos, cinco farmacêuticos, sessenta e cinco enfermeiros. (Cassimiro, 1996, p. 99; p. 201)

Enfim, o "Projeto UNITINS" com sua mais de oitocentas páginas datilografadas, foi aprovado no dia 17 de dezembro de 1990 pelo Conselho Estadual de Educação, através do parecer nº 053/90, sendo encaminhado para a Secretaria Nacional de Educação Superior do Ministério da Educação em 08 de maio de 1991, conforme prevê o artigo 47, da Lei Federal nº 5.540/68 (Cassimiro, 1996, p.133).

Em janeiro de 1991, foi realizado um concurso público para composição do quadro de docentes para o Curso de Pedagogia. Ao todo foram oferecidas vinte e

uma vagas para as disciplinas de Matemática, Psicologia da Educação, Introdução à Filosofia, Educação Física, Biologia e Introdução à Administração (Resultado..., 1991, p. 07).

O presidente da Comissão do Concurso de Professores, Adolfo Ribeiro Valadares ressaltou a grande procura por parte de profissionais de outros Estados, principalmente Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Goiás e Distrito Federal, além de educadores do próprio Estado. Todos foram submetidos ao processo de seleção, que englobava uma prova escrita e uma prova didática, além da avaliação do Currículo por professores vindos da Universidade Federal de Goiás especialmente para este fim. (Resultado..., 1991, p.07)

Com relação à seleção de professores para a UNITINS, uma universidade em um Estado novo, mediterrâneo, distante dos grandes centros culturais do País, Oliveira Leite Gonçalves, um dos membros da banca examinadora do concurso, ressaltou que:

Num primeiro momento poder-se-ia pensar que apenas foram selecionados candidatos de pouca expressão. Ledo engano. Pela amostra do que se fez, a nova Universidade terá desde o início docentes de primeira qualidade, que sem exagero, poderiam ter pleiteado uma vaga nas melhores universidades do País. É óbvio que não pretendo dizer que todos os selecionados preenchem tal quesito. É possível, no entanto, afirmar-se o vislumbrar de um feliz início para os trabalhos e atividades docentes e de pesquisa deste centro de docência de nível superior. O futuro o dirá. (Gonçalves, 1991, p. 02)

Também em janeiro de 1991, o jornal O Popular (22/01/1991) tornava pública a primeira seleção de candidatos às cento e vinte vagas do Curso de Pedagogia, oferecido pela UNITINS nos municípios de Arraias (quarenta vagas), Guaraí (quarenta vagas) e Tocantinópolis (quarenta vagas). O número de candidatos inscritos girou em torno de quatrocentos e cinquenta, numa proporção aproximada de quatro candidatos por vaga. Segundo o Presidente da Comissão Permanente do Vestibular, Professor João Ferreira de Oliveira, os problemas detectados já eram previstos, especialmente os relativos aos históricos fornecidos por algumas escolas, com notas em menções (conceitos) ao invés de notas numéricas, inviabilizando a avaliação por parte de Comissão do Vestibular. Nestes casos, esclareceu Oliveira, o candidato "precisa voltar à escola de origem

e pedir a transformação da nota em menção, para nota em números". (Número..., 1991, p. 06)

Num balanço do processo de seleção de vestibular, Oliveira ressaltou que a ausência de recursos de informática exigiu dos sete membros da Comissão, oito dias de trabalho em tempo integral, para que a documentação fosse examinada e compilados manualmente os dados apurados, a fim de publicar em tempo hábil o resultado. A respeito das dificuldades enfrentadas pela equipe na apuração dos dados, Oliveira destacou:

- 1°- A multiplicidade de modelos de históricos provenientes de legislação escolar de diferentes épocas;
- 2°- A desuniformização dos modelos de históricos escolares, ainda quando provenientes da mesma legislação em vigor;
- 3°- Possibilidade de haver ocorrido um certo viés nos resultados da classificação dos candidatos, em razão (...) das disciplinas obrigatórias acrescidas ao Núcleo Comum da Lei nº 5692/71<sup>27</sup>, serem notadamente mais elevadas do que as médias alcançadas nas demais disciplinas do Núcleo Comum<sup>28</sup>;
- 4°- Existência de omissão nos históricos quanto ao registro de notas da disciplina Educação Física, na qual o aluno era considerado "apto" ou "aprovado";
- 5°- Registro de constantes distorções nas grades curriculares quanto ao ensino de uma língua estrangeira moderna, com variações do inglês para o francês ou espanhol, de forma descontínua e inexplicável;
- 6°- Diversidade no número de disciplinas do Núcleo Comum, em currículos de cursos profissionalizantes e não profissionalizantes podendo gerar com isso algum viés nos resultados;
- 7°- Falta de padronização e de ordenação lógica das disciplinas nos históricos escolares, do ponto de vista da legislação educacional em vigor;
- 8°- Existência de variedades de nomenclaturas para a mesma disciplina. (Oliveira, 1994, p. 260-263)

Finalmente, depois de um árduo e minucioso trabalho de equipe, a UNITINS deu início às atividades de ensino em 15 de março de 1991, quatorze meses depois de oficialmente criada pelo governador Wilson Siqueira Campos, mediante autorização do Governo Estadual, estampada no decreto nº 2.021 de 27 de dezembro de 1990. (Cassimiro, 1996, p.195)

<sup>27</sup> A Lei nº 5692/71, de 11 de agosto de 1971, no seu artigo 7º, tornava obrigatórias as seguintes disciplinas: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde.

<sup>28</sup> Faziam parte do Núcleo Comum as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História, Ciência e Línguas. (Oliveira, 1994, anexo III)

## CAPÍTULO III

### A REESTRUTURAÇÃO DA UNITINS: O EMBATE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O projeto que tanto empenho e entusiasmo despertou na equipe liderada pela Dra Cassimiro, que chegou a revelar ao Prof. Sérgio Paulo Moreira – vice reitor da Universidade Federal de Goiás, que “eu vou para o Tocantins para cantar ao Senhor um cântico novo” (Cassimiro, 1996, *orelha*), foi abortado em 1991, dando razão as palavras da Dra Cassimiro de que “dois anos foi o suficiente para implantar a Universidade, mas não para consolidar”<sup>1</sup>.

Assim, mudanças foram ocorrendo, não só quanto à estrutura organizacional, como também, quanto à sua personalidade jurídica, transformando a UNITINS em um cenário de conflitos, convivendo com momentos de ruptura e continuísmo, no descaminho da função crítica da Universidade, legitimada a partir do momento em que o saber, o conhecimento por ela produzido torna-se autônomo, independente do Estado, religião ou de políticas partidárias que impeçam a descoberta do novo, do enfrentamento do instituído e da ação civilizatória contra a barbárie social.

Buscando resgatar a trajetória de estruturação jurídica da UNITINS, são retratadas a seguir, as particularidades de cada modelo porque passou a UNITINS, os discursos, as tendências e os argumentos que serviram de sustentação para as suas muitas “caras”.

---

<sup>1</sup> Entrevista a autora em 26/03/2001.

## **1. A Fundação morreu. Viva a Autarquia**

O ano de 1991 nasceu conturbado. A política regional no Estado do Tocantins mudou de mãos e o governo Moisés Nogueira Avelino, adversário político de Siqueira Campos, eleito pela coligação denominada "Movimento de Salvação do Tocantins - MST", composta pelos partidos PMDB, PDT e PSDB, com apoio no segundo turno das eleições, do PT e segmentos dos movimentos pastorais e eclesiais da região, "implementou uma série de medidas para marcar o período que iniciava, como um processo de inovação à educação estadual". (Mascarenhas, 1995, p.65/66)

De imediato, o governador desautorizou a renovação do contrato de todos os funcionários não concursados do Estado, incluindo funcionários e docentes da UNITINS, além de reter os vencimentos a título de levantamento dos bens da UNITINS. A medida, amparada pelos decretos nº 2.716/91 e 2.716-A/91, teve forte impacto na UNITINS, já que a maioria dos docentes estava vinculada a universidade por contratos temporários renovados anualmente. (Unitins deve..., 1991, p.07; Governo e Unitins..., 1991, p. 09).

Com relação ao ensino superior, o Secretário da Educação e Cultura, Ruy Rodrigues da Silva, anunciou sua intenção de repensar o projeto da Universidade do Tocantins, conforme informou o Jornal do Tocantins de 23 a 29 de abril de 1991. Segundo o jornal, o diretor de Ensino do 3º Grau, professor e senador Antônio Luiz Maya, observou que "o Secretário recebeu a reitora, Maria do Rosário Cassimiro, e expôs a ela esta decisão do Governo. O encontro foi cordial, mas a reitora pareceu não estar muito satisfeita com a proposta governamental". (Unitins deve..., 1991, p. 07)

Embora a Dra Cassimiro tenha declarado, após a reunião ocorrida dia 09 de maio de 1991 com o Secretário Ruy Rodrigues da Silva e o Diretor do Departamento de 3º Grau, Antônio Luiz Maya que, "estou tranqüila. Acho que a Unitins e a Secretaria de agora em diante continuarão trabalhando num mar calmo e caminhando para um porto seguro" (Governo e Unitins..., 1991, p. 09), em 18 de junho de 1991, a Dra Cassimiro renunciou. Em uma carta aberta ao povo tocantinense, publicada no jornal "Correio do Norte", Cassimiro fazia todo um histórico de sua vinda ao Tocantins e de seu empenho em implantar uma

“Universidade que não fosse simples cópia de outras, mas que nascesse predestinada a ser resposta constante às necessidades do Estado”. Cassimiro despedia-se lamentando o fato de,

Nos últimos meses, porém, a Direção da UNITINS nada mais tem feito senão administrar crises, uma atrás da outra, não da Universidade, mas de interesses de segmentos políticos – partidários do Estado.

Aliás, a experiência me demonstrou que Universidade e política são coisas incompatíveis. Já o grande fundador da UNICAMP, Professor Zeferino Vaz, dizia que quando a política partidária entra pelas portas da frente da Universidade a competência sai-lhe pelas janelas dos fundos.

Percebo que não devo prosseguir no trabalho ao qual dediquei o meu afã e a ousadia de uma equipe de excelentes profissionais. Faço aqui a minha despedida. (Ex-Reitora denuncia..., 1991, p.05)

Dizendo-se agradecida pela acolhida do povo, Cassimiro encerrou sua missiva, com as seguintes palavras:

Agradeço a Deus por sua ajuda e iluminação constantes, inclusive por me fazer partícipe da epopéia, a poucos propiciada, de participar, como parte atuante, do processo de criação e organização de um novo Estado, planejando, criando e implantando aqui, uma Universidade que haverá de se destinar, não a um governo ou a outro, mas a todas as gerações de jovens que dela haverão de usufruir desde hoje e para todo o sempre. (Ex- Reitora denuncia..., 1991, p.05)

Com a saída da Dra Cassimiro da Reitoria da UNITINS, o professor Cicinato Mendes, ex-secretário da Educação no Governo Siqueira Campos, assumiu interinamente a presidência da Fundação Universidade do Tocantins e a Reitoria. Por força do Estatuto<sup>2</sup>, o Prof. Cicinato Mendes ocuparia o cargo por quinze dias, até a escolha pelo Governador Avelino de um nome, entre os três selecionados pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade do Tocantins,

<sup>2</sup> O primeiro Estatuto da Fundação Universidade do Tocantins (anexo ao Decreto nº250 de 14 de fevereiro de 1990) deliberava que:

Art. 12 – Compete ao Conselho Diretor :

I – Eleger seu Presidente, ressalvado o disposto no § 1º, do artigo 8º, da MP 3, de 26 de janeiro de 1990

Por sua vez, o artigo 8º da MP 3, rezava que:

§ 1º- O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente, salvo quanto à primeira investidura, que se dará por escolha e nomeação do Governador do Estado.

§ 8º- O mandato dos membros do Conselho Diretor será extinto em caso de morte, renúncia, ausência às suas reuniões por mais de dois meses sem prévia autorização do Conselho, e, ainda, por procedimento incompatível com a dignidade das funções ou coordenações por crime comum ou de responsabilidade.

§ 9º- Extinto o mandato de qualquer de seus membros, na forma do parágrafo anterior, o Conselho se reunirá, dentro de quinze dias, a fim de propor ao Governador do Estado, em lista triplíce, o substituto que exercerá o mandato pelo tempo restante.

órgão máximo de deliberação da entidade mantenedora da UNITINS. (Unitins avalia..., 1991, p. 06)

Em junho de 1991, o governo Moisés Avelino divulgou o “Pré-Projeto de Organização de um Sistema Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia e Reorganização da Universidade do Tocantins”. O pré-projeto tratava da formulação das políticas de organização do sistema educacional do Estado, em todos os níveis,

partindo dos princípios segundo os quais a filosofia do Sistema de Educação a ser implantado no Estado terá como centro o HOMEM, enquanto pessoa e enquanto cidadão, e o domínio das Ciências e das Tecnologias que constitui hoje a principal alavanca da economia mundial, assim como os recursos humanos que são tidos como fatores determinantes do desenvolvimento e da prosperidade de uma Nação. O objetivo político do Governo visa dotar o Tocantins de uma rede escolar integrada num sistema de educação completo, eficaz e moderno porque adequado aos objetivos permanentes e às exigências da realidade contemporânea. (Pré-projeto, 1991, p. 02)

O pré-projeto elaborado por uma Comissão Especial<sup>3</sup> previa a integração do Sistema de Educação com o de Ciência e Tecnologia, a partir da criação de um “Conselho de Educação, Ciência e Tecnologia - CONECT”, responsável pela formulação de políticas, planejamento, normatização e coordenação das atividades de educação, ciência e tecnologia, pois, no entendimento do governo, além de intimamente interdependentes, eram importantes para o desenvolvimento sócio-econômico do Tocantins. O CONECT seria coordenado pelo Secretário da Educação, contando ainda na sua composição, de representantes das Secretarias de Estado, pelo Reitor da UNITINS e por três representantes dos setores político, acadêmico e de produção, designados pelo Governador. Segundo o pré-projeto, “a função de fomento seria implementada por uma Fundação de Apoio à Pesquisa, ainda a ser criada e regulamentada”, contando com uma dotação

---

<sup>3</sup> Faziam parte da Comissão Especial, os seguintes professores: Laurentino Fernandes Batista (CNPq) – presidente, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (CNPq), João Augusto Bastos (CNPq), José Ernesto Ballsbaedt (UFMG), Antônio Luiz Maya (DES/SEC DL), José Francisco da Silva Concesso (DSAF/SEC DL), Fidêncio Bogo (CEE), Natividade Rosa Guimarães (Planejamento/UNITINS), Margarida Maria de Jesus Monteiro (Ensino/UNITINS), Izequias Estevan dos Santos (Pesquisa/UNITINS), Mário Coelho da Silva (Diretor/FAFICH), Maria Elenice Caetano da Silva (FAFICH), Kátia Maia Flôres Barros (Diretora/FAFITINS), Napolião Araújo de Aquino (FAFITINS), Maria Neusa Aques de Oliveira (FACILA), Manoel Macedo Alves (FACILA), Maria das Graças Gomes Monteiro (DES), Luiz Eurico Moreira (DES). (Pré-Projeto de Organização de um Sistema Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia e Reorganização da universidade do Tocantins, 1991).

orçamentária da ordem de 2% da receita líquida do Estado. (Pré-Projeto, 1991, p.03, 24)

Implantado, o Conselho promoveu em parceria com a UNITINS e o CNPq, entre os dias 19, 20 e 21 de outubro de 1993, o "I Encontro de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Tocantins". Na cerimônia de abertura, o Secretário de Educação Ruy Rodrigues assegurou que o encontro "é o primeiro passo no sentido de inserir a pesquisa científica e tecnológica no processo de desenvolvimento do Estado do Tocantins". Acrescentou ainda, que "esse encontro vai estabelecer as linhas mestras do caminho que pretendemos percorrer em busca do progresso" (I Encontro..., 1993). Perguntado sobre o andamento dos projetos no Tocantins, Rodrigues respondeu que:

A maior parte dos projetos está sendo viabilizada. O de Formoso, de novas variedades de arroz (mais resistentes); desde o ano passado estamos estudando uma variedade de produtos novos no Centro de Pesquisas de Gurupi, beneficiando tanto grandes cooperativas como o pequeno produtor. Além disso, tem o Centro de Pesquisa de Paraíso, que trabalha com o desenvolvimento de tecnologias de base, para design industrial. Isso sem falar nas pesquisas e aproveitamento de recursos naturais para a produção de outros bens de consumo. (Costa, 1993, p. 06)

No dia 04 de julho de 1991, a Professora Maria das Graças Gomes Monteiro<sup>4</sup> tomou posse da reitoria na UNITINS, tendo de antemão o Secretário da Educação Ruy Rodrigues da Silva informado à imprensa que ela não ficaria no cargo por muito tempo, apenas o suficiente para a Assembléia Legislativa aprovar a nova estrutura da UNITINS, quando uma comissão composta por cinco membros<sup>5</sup> ficaria responsável pela implantação e direção da Universidade, não descartando, entretanto, a inclusão da Prof. Maria das Graças como membro dessa comissão, o que acabou não ocorrendo (Maria das Graças..., 1991, p. 06). Monteiro permaneceu como Reitora por quarenta dias, tempo curto para "modificar a fisionomia do ensino no Estado", conforme era sua preocupação (Boletim Informativo UNITINS, 1991, p.02), aliás, tempo insuficiente para firmar-se

<sup>4</sup> Psicóloga, formada pela Faculdade de Ciências Humanas de Belo Horizonte (MG), especialista em Psicologia Clínica e ex Vice-Reitora para Assuntos Estudantis da Universidade Católica de Goiás (UCG).

<sup>5</sup> O artigo 21 da Lei nº 326/91 de 24/10/1991 que reestruturava a UNITINS determinou que "Na fase de implantação da Universidade, que não poderá ser superior a quatro anos, as funções de Reitor e do Conselho Universitários serão exercidas, cumulativamente, por uma Comissão Diretora, integrada por cinco membros de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo Estadual."

à frente de uma instituição de ensino superior, traçar planos e desenvolver projetos acadêmicos que viessem garantir a respeitabilidade da instituição junto à população e à comunidade científica como um todo.

Em 24 de outubro de 1991, foi sancionada a Lei nº 326/91, que extinguiu a Fundação, passando a Universidade do Tocantins a ser uma autarquia integrada ao Sistema Estadual de Educação. A posição de Adão Bomfim Bezerra, primeiro procurador geral de justiça do Tocantins, com relação ao tema *fundação versus autarquia*, é de que

Essencialmente, autarquia e fundação pública não se diferem muito, até porque a fundação pública é conhecida como autarquia fundacional. As duas são instituídas pelo poder público, porém a fundação se submete a regime de direito privado, também, enquanto a autarquia se sujeita apenas ao regime de direito público, isto é, a fundação obedece regras de direito público a nível de manutenção, e regime de direito privado, a nível de execução dos seus fins, enquanto a autarquia se rege pelo direito público nos níveis de sua manutenção e de execução dos seus fins. (Bezerra, 1991, p. 03)

A mudança de personalidade jurídica da UNITINS, de Fundação para Autarquia, gerou polêmica, que o digam as três medidas provisórias que precederam a Lei nº 326/91, de números 105, 106 e 113.

A MP 105, foi enviada para a Assembléia em 14 de agosto de 1991, propondo a transformação da Universidade do Tocantins em autarquia integrante do Sistema Estadual de Ensino e dando outras providencias, entre elas a vinculação do Centro Integrado de Miracema do Tocantins ao Centro Universitário de Palmas e os Centros Integrados de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, ao Centro Universitário de Porto Nacional. (Unitins transformada..., 1991, p. 05)

Grande foi o reboliço que a MP 105 causou nos meios políticos do Estado, tendo o deputado Uiatan Cavalcante (PDC) acusado a medida de "agredir a consciência do cidadão tocantinense, pois representa a extinção da autonomia da Universidade para submetê-la aos caprichos políticos do PMDB". O deputado externava ainda, seu temor de que a transformação enfraquecesse a luta por uma Universidade Federal. (Autarquia para..., 1991, p. 03)

Quanto à dotação orçamentária da Universidade com recursos do Governo do Estado, o Deputado Raul Filho fazia objeções, sob o argumento de que "o Estado não está conseguindo nem arcar com o ensino básico, que é um dever

seu, quanto mais com o ensino superior. Isso é mais uma politicagem do senhor Governador". (Autarquia para..., 1991, p. 03)

Adão Bezerra, associava o modelo fundacional adotado pela UNITINS a "doutrina tocantinense de emancipação", impulsionada pelos "segmentos pensantes da luta emancipacionista", que "marcaram identidade quando o elegeram". Para ele, como fundação, além de "passar a universidade incólume aos processos de mudança de gestão do Estado", esta também se beneficiaria "com a não sujeição à incidência de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço, nos termos do artigo 150 da Constituição Federal (inciso VI, letra C)". Em defesa da Fundação Universidade do Tocantins, foi enfático ao afirmar que

A fundação tem vantagem nítida sobre a autarquia, pela desenvoltura das atividades geradoras e captadoras de recursos internos e externos, públicos e não-governamentais, com intangibilidade patrimonial e da finalidade para a qual é instituída com as suas congêneres e com os organismos propriamente estatais.(...) a idéia de transformação da Unitins em autarquia perde de significado à medida em que uma outra componente, que poderia representar uma distonia entre a gestão da entidade mantenedora e a do Poder Executivo, foi superada com a saída da reitora Maria do Rosário Cassimiro da reitoria. E, por fim, além da alteração que a mudança causa a todo um conjunto de providencias que materializaram a Unitins até aqui, com custos elevados para o Estado, o gesto governamental não consoa com a doutrina tocantinense de emancipação, também cultural, do Estado do Tocantins, da qual o Governador, parte de seus auxiliares e os deputados à Assembléia Legislativa devem fazer tudo para não dissociar, sob pena de inexorável punição da História, cujo curso compete ao Ministério Público zelar, na sua constitucional tarefa de defensor guardião dos interesses difusos e curador das fundações. (Bezerra, 1991, p.03)

Em defesa do modelo autárquico de Universidade, o Senador Antônio Luiz Maya, já na condição de Presidente da Comissão Diretora da UNITINS<sup>6</sup>, argumentava que,

A autarquia, como entidade de direito público, viabiliza com maior presteza e eficiência, a aplicação de recursos do tesouro na conservação de objetivos e metas pré-estabelecidos. Os recursos destinados a autarquia são de aplicação direta, de conformidade com o planejado. (Boletim Informativo UNITINS, 1991, p. 02)

A propósito do assunto, pesquisando a organização jurídica das IES no cenário das Universidades no Brasil, deparamo-nos com modelos, tanto

---

<sup>6</sup> Antônio Luiz Maya foi nomeado Presidente da Comissão Diretora da UNITINS em 11 de maio de 1992, pelo Decreto nº 5.573/92. O mesmo decreto nomeou também Mário Coelho da Silva, Manoel de Macedo Alçves, Pedro Dias Correa da Silva e Fidêncio Bogo, como membros da Comissão de Implantação.

fundacionais, quanto autárquicos de gestão acadêmica que propiciaram a estruturação e consolidação de instituições de educação superior de prestígio. As universidades estaduais paulistas, organizadas sob a forma de regime autárquico, como a USP e a UNICAMP, são referências em matéria de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, a UnB, nascida sob a forma de fundação, é apontada como exemplo de uma instituição de qualidade, deixando entrever, num primeiro momento, que o grande diferencial seria a gestão propriamente dessas instituições, independente do seu modelo de constituição jurídica. É importante, contudo, não perder de vista a relação entre natureza jurídica da Universidade e dos movimentos de privatização que eclodiram no país a partir de 1964, quando o poder público implementou em larga escala, as fundações públicas de caráter tanto privado, quanto público. Dourado lembra que

Essas fundações apresentavam-se, teórica e ideologicamente, como figuras jurídicas mais ágeis e, portanto, menos burocratizadas para a efetivação de políticas sociais, com destaque para a oferta e exploração de serviços públicos, entre os quais os serviços educacionais, entendidos, quase sempre, como ferramentas imprescindíveis para uma política de modernização e conseqüente desenvolvimento. (Dourado, 2001, p. 71)

A respeito das diferenças entre o regime fundacional e o regime autárquico para implementação das atividades de ensino, Dourado assinala que a principal delas,

reside na possibilidade, no regime fundacional, de o poder público se desobrigar com os destinos da fundação educacional, enquanto, no regime autárquico, cabe ao poder público instituidor a responsabilidade pelo seu financiamento. Tal constatação é, em si mesma, indicadora da perspectiva privatista acenada desde o início da adoção dessa modalidade jurídica de direito público interno. (Dourado, 2001, p. 91)

Para melhor compreensão dos dois modelos de Universidade, Mascarenhas apresenta o quadro que se segue:

**Quadro 7:** Síntese comparativa dos dois modelos de estruturação da Universidade do Tocantins - UNITINS

ITEM	UNITINS FUNDAÇÃO	UNITINS AUTARQUIA
Modelo Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Autonomia financeira, didático-científico, administrativa e disciplinar</li> <li>◆ Geração de recursos financeiros</li> <li>◆ Gerenciamento de recursos próprios (financeiros e patrimoniais).</li> <li>◆ Prestadora de serviços</li> <li>◆ Liberdade para aplicação de recursos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira</li> <li>◆ Submetida aos princípios constitucionais do Estado.</li> <li>◆ Pertencente ao Sistema Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia do estado do Tocantins.</li> </ul>
Organização	<p>Centralizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ No modelo clássico de reitoria, pró-reitorias, departamentos-centros de extensão.</li> </ul>	<p>Descentralizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Constituída por uma Comissão Diretora responsável pelas áreas integrantes (RH, Finanças, Acadêmico, Leis).</li> <li>◆ Centros Universitários.</li> <li>◆ Centros Integrados.</li> </ul>
Modelo	Multi-campi <sup>7</sup>	Multi-campi
Eixo Central	<p>Extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Para o ensino/especialização das regiões.</li> </ul>	<p>Pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Multidisciplinariedade.</li> <li>◆ Funcionamento integrado para aprender a vocação regional com a filosofia do Estado.</li> </ul>
Plano Diretor	Carta Consulta elaborada em Goiânia.	Plano Diretor elaborado por Técnicos do CNPq e ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa e Tecnologia Industrial).

Fonte: Mascarenhas, 1995, p. 68

<sup>7</sup> O estudo que antecedeu a definição do “modelo UNITINS” trabalhou com as hipóteses de concentrar os cursos em uma mesma localidade ou não, sendo escolhida a segunda hipótese, por parecer à equipe que era a opção que melhor aproveitava os recursos disponíveis no Tocantins, além de assegurar o equilíbrio entre o processo de democratização do ensino superior e a preservação do vínculo entre o mérito acadêmico e o seu compromisso social. (Cassimiro, 1996, p. 140)

Cabe destacar que a autonomia da gestão financeira nas universidades públicas brasileiras “tem se constituído numa verdadeira teia de aranha. Isso porque os administradores não tem como administrar migalhas que lhe são repassadas, quando o são em função dos maus humores da crise econômica brasileira” (Vieitez e Lodi, 1991, p. 39). A UNITINS, criada como fundação, transformou-se em autarquia, menos de dois anos depois, sendo o artigo 5º da Lei nº 326/91, que a reestruturou, fixado que:

Art 5º - Os recursos financeiros da Universidade são auferidos das seguintes fontes:

- I. subvenção anual do governo do Estado sob forma de dotações orçamentárias e de créditos adicionais;
- II. contribuições e doações que, a qualquer título, lhe forem atribuídas pelos Governos da União e dos Municípios, por autarquias e empresas ou sociedades de que o Poder Público participe como acionista;
- III. contribuições, financiamentos e doações de particulares e de entidades públicas ou particulares nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- IV. rendas provenientes da prestação de serviços a terceiros;
- V. rendas de qualquer outra origem ou modalidade.

Atendendo aos apelos das lideranças da Capital provisória<sup>8</sup> aliadas ao Governo, Avelino recolheu a MP 105, para que o artigo que extinguiu o Campus de Miracema fosse revisto (Autarquia para..., 1991, p. 03). Na verdade, o artigo 16 da MP 105, estabelecia que seriam quatro os centros universitários: Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. A unidade de Miracema do Tocantins seria vinculada ao Centro Universitário de Palmas e as unidades de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, ao Centro Universitário de Porto Nacional.

A votação da MP 106, reedição alterada da MP 105, foi mais um confronto de forças entre as duas correntes políticas atuantes no Estado: a “União do Tocantins (UT)<sup>9</sup>” e o “Movimento de Salvação do Tocantins (MST)<sup>10</sup>”. Usando a manobra de esvaziar o plenário, a UT conseguiu que o prazo legal de trinta dias para apresentação da MP expirasse. Novamente a MP referente à reestruturação da UNITINS foi reeditada, agora com o número 113, sendo finalmente aprovada em 23 de setembro de 1991, pela Assembléia Legislativa e transformada na Lei nº 326/91 de 24 de outubro de 1991 (Medida que altera..., 1991, p. 08;

<sup>8</sup> O município de Miracema do Tocantins foi capital provisória do Estado entre 1989 e 1990.

<sup>9</sup> PPB, PFL, PTB e PL

<sup>10</sup> PMDB, PDT, PSDB, PT

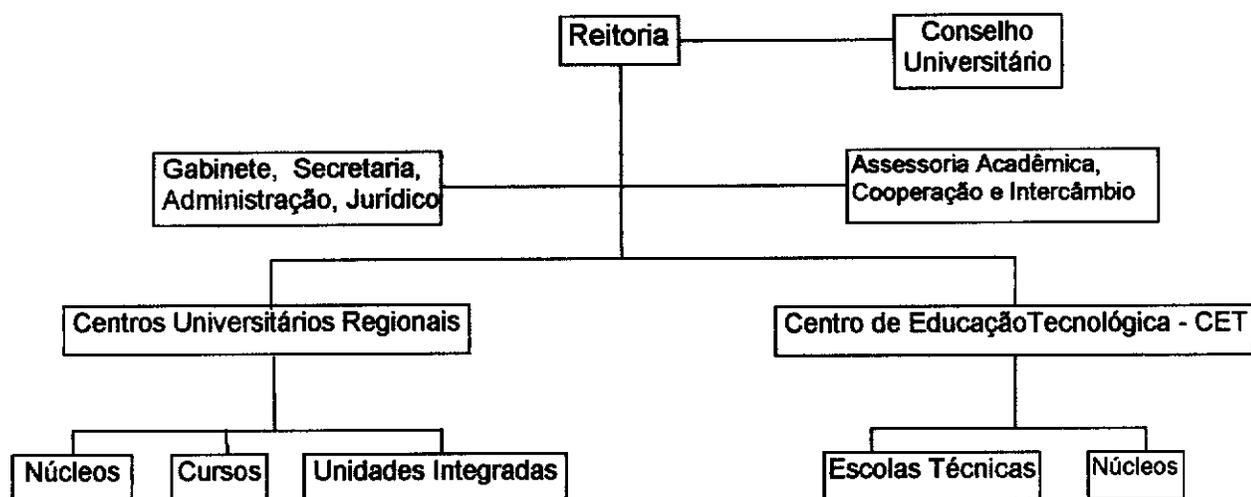
Autarquia..., 1991, p.03; D.O., 1992). O artigo 16 que motivou os protestos dos correligionários do governador Moisés Avelino, passou a ter a seguinte redação:

Art. 16- Os Centros Universitários são os seguintes:

- I- Centro Universitário de Araguaína, priorizando o setor de agro-indústria;
- II- Centro Universitário de Gurupi, voltado principalmente para as Ciências Agrárias;
- III- Centro Universitário de Palmas, dando ênfase para as engenharias;
- IV- Centro Universitário de Porto Nacional, destacando as Ciências Humanas e as ligadas à saúde, sob o qual serão vinculados os Centros Integrados de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis;
- V- Centro Universitário de Miracema do Tocantins, voltado às tecnologias de preservação do meio ambiente e a formação de administradores públicos e de empresas. (D.O., 1992)

Na sua fase de implantação, a UNITINS seria administrada por uma comissão presidida pelo Diretor do Ensino Superior da Secretaria da Educação, com "autonomia e flexibilidade necessárias ao cumprimento desta missão". (Plano Estadual de Educação, 1992, anexo, p. 25)

**Figura 4:** Organograma da UNITINS autarquia, pós período de implantação



Fonte: PEE/TO. 1992. anexo p 25

Em defesa da reestruturação da Universidade, o Professor Antônio Luiz Maya argumentava que a nova UNITINS "terá a face do estado que a criou", com a real função de "formar recursos humanos que sejam sujeitos propulsores do desenvolvimento regional". Maya acrescentava ainda, que a nova Universidade estaria totalmente inserida no Sistema Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja, a Ciência e a Tecnologia serviriam de base de sustentação

para a Educação, “que será orientada para o livre exercício da cidadania, para democracia e para a vida de trabalho, característica dos tempos modernos”, ocupando lugar de destaque “a pesquisa das necessidades sociais, das potencialidades regionais, dos problemas e desafios do desenvolvimento do próprio Estado”. Maya ressaltava que “os Centros Universitários serão implantados em torno de blocos de conhecimento, o que irá proporcionar a inter e a trans-disciplinaridade”. Quanto à localização dos Centros Universitários, esta dar-se-ia “em regiões geo-econômicas e culturais que favoreçam e rentabilizem os conhecimentos produzidos e a integração dos técnicos, especialistas e pesquisadores formados”. Maya acreditava que “assim procedendo, os Centros Universitários antecipam e preparam o processo da industrialização”. (Maya, 1991, p. 03)

Dentro da ótica de “adequação entre as potencialidades das zonas e os projetos-cursos implantados” (Maya, 1991, p.03), o Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins, divulgado em 1992, definiu o perfil dos *Campi*, da seguinte forma:

- Palmas:

Além de sediar a administração geral do Sistema de Educação, Ciência e Tecnologia, cuidará das áreas de Engenharia com prioridade para as questões de energia, saneamento, eletrificação, edificação rural e meio ambiente. As disciplinas básicas Física, Química, Ciência da Computação e Desenho Industrial serão desenvolvidas neste Curso como elementos fundamentais de formação das Engenharias, com enfoque para a linguagem comum dessas habilitações, isto é, para o trinômio energia-informática-materiais.

Inicialmente será implementado o Curso de Engenharia Ambiental com ênfase nas questões de água e energia, saneamento e construção civil, a partir de três núcleos de pesquisa e extensão nestas áreas.

Este programa envolverá a coordenação e a reciprocidade de disciplinas da biologia e ecologia, bem como das áreas da Engenharia Elétrica, Civil, Sanitária e Química.

No Campus de Palmas funcionará também a administração do Centro de Educação Tecnológica (CET) da UNITINS. Este Centro absorverá e coordenará as Escolas Técnicas existentes no Estado e os Núcleos Tecnológicos de atuação multidisciplinar e de interesse geral. Dentre estes, o Núcleo de Tecnologia Industrial Básico a ser instalado em Paraíso. Além disso, cuidará dos cursos de formação de tecnólogos do 3º grau.

Até o fim do mandato do governador Avelino, Palmas abrigava os cursos de Engenharia Ambiental, Ciências Contábeis e Arquitetura e Urbanismo. O CET

não se concretizou e os núcleos, apesar de criados, não se efetivaram<sup>11</sup>. Em um impresso promocional eram anunciados quatro núcleos, que funcionariam como órgãos interdisciplinares ligados a um ou mais centros universitários, com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Eram eles:

1. Núcleo de Tecnologia de Alimentos – NUTAL, anexo ao CET;
2. Núcleo de Tecnologias Industriais Básicas – NUTIB, anexo ao CET;
3. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, anexo ao Centro Universitário de Miracema;
4. Núcleo de Estudos e Planejamento do Espaço – NEPE, anexo ao Centro Universitário de Palmas e de Porto Nacional. (Folder, 1992)

- Porto Nacional

Além de configurar-se como um dos Centros de Formação de Professores, cuidará da área de Saúde (enfermagem e profissões paramédicas), com enfoque em Saúde Pública, Humanidades e também a criação de Hospital-escola e de Hotel-escola como unidades integradas de ensino-pesquisa –serviço.

Além disso, o Centro absorverá a Faculdade existente, adaptando os seus programas de ensino à filosofia da UNITINS.

Serão criados o Curso de Ciências Biológicas e os Núcleos de Documentação Histórica, de Tecnologia Social (saúde e educação), de Informação Científica e Tecnologia e de Desenvolvimento regional e Urbano.

Nenhum curso na área de saúde foi criado, como também não foram criados o hospital-escola e o hotel-escola. Os núcleos anunciados não se efetivaram, sendo, entretanto, publicado no “Boletim Informativo UNITINS nº 1”, de dezembro de 1991, a sistematização de um Núcleo de Tecnologia de Produtos Naturais em Porto Nacional, com a finalidade de pesquisar medicamentos à base de plantas medicinais, aproveitando a flora da região.

- Gurupi

Cuidará do complexo agrícola com cursos voltados para Administração Rural, Cooperativismo, Tecnologia de Alimentos de Origem Agrícola etc. Está implantada uma fazenda-escola na região.

Até 1999, o único curso que existia no *Campus* de Gurupi era o de Agronomia. Em 2000 foi criado o curso de Zootecnia.

---

<sup>11</sup> Em conversa com docentes da época, havia o sentimento de que a não-efetivação dos núcleos deveu-se a sua definição “de cima para baixo”, sem o envolvimento da academia ou da sociedade na qual a UNITINS se insere.

- Araguaína

Também Centro de Formação de Professores, cuidará do complexo veterinário com cursos voltados para bovinocultura, couros, tanantes, tecnologia de origem animal, vigilância sanitária etc. Sugere-se também a implementação de unidades de ensino-pesquisa-produção para processamento de carne e leite.

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras será incorporada. Será criado o Núcleo de Tecnologia de Alimentos.

Todos os cursos oferecidos pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras foram mantidos e acrescido o curso de Medicina Veterinária. O “Boletim Informativo UNITINS nº 0”, de novembro de 1991, anunciava a contratação do engenheiro químico Eriberto José Rodrigues, Mestre em Tecnologia de Alimentos pela USP, para agilizar a implantação em Araguaína de um Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos, que, entretanto, não se efetivou.

- Miracema

Cuidará da área de administração implantando um curso moderno e um Núcleo de Apoio às Administrações Estadual e Municipal, de empresas, hospitais e comércio exterior.

O reflexo da criação do núcleo de apoio às administrações estadual e municipais pode ser sentido nas monografias da primeira turma de Administração graduada em 1996, cujos temas voltaram-se para questões de apoio administrativo.

- Tocantinópolis, Arraias e Guaraí

Inicialmente seriam engajadas na campanha de formação de professores.

A questão da Ecologia deverá horizontalizar-se em todos os Centros Universitários. Convênios serão estabelecidos com Secretarias de Estado, com as empresas relacionadas com os temas centrais dos Núcleos de Pesquisa e Extensão, e com outras instituições no país e no exterior. (PEE, 1992, anexo p.21/23)

A vocação institucional apontada pelo “Projeto UNITINS”, detalhado no Capítulo II desta dissertação, direcionava-se para a formação de recursos humanos para o magistério do ensino fundamental e médio. Com exceção do *Campus* de Palmas, para o qual estava prevista a implantação de Cursos nas áreas de Ciências Humanas (Administração, Educação artística, Ciências Contábeis, Arquivologia e Pedagogia); Ciências Exatas e Tecnologia (Computação e engenharias) e Ciências Biológicas e da Saúde (Biologia,

Enfermagem, Veterinária, Educação Física, Nutrição, Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia), aos *Campi* do interior (Porto Nacional, Araguaína, Arraias, Tocantinópolis e Guaraí), o Projeto destinava Cursos de Formação de Professores / Licenciaturas. Os planos para Gurupi estavam vinculados à idéia inicial, não concretizada, de agregar a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), fundação municipal criada em 1985, à Universidade do Tocantins, seguindo a mesma filosofia de dar ênfase às licenciaturas. (Cassimiro, 1996, p. 196-200)

O *Campus* de Miracema, segundo o "Projeto UNITINS" seria destinado a abrigar futuramente o primeiro núcleo de pós-graduação na área de ciências humanas, iniciando-se com cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização para o pessoal técnico e administrativo da administração pública estadual e municipal, além de profissionais liberais. Futuramente, "com a evolução e amadurecimento da Instituição universitária em suas atividades específicas, poder-se-iam ser previstos os cursos de pós-graduação *Stricto sensu*, de Mestrado e Doutorado". (Cassimiro, 1996, p. 149)

Diante da resistência dos grupos políticos regionais, "pois ainda impera a prática do clientelismo e dos interesses eleitoreiros, a configuração da UNITINS teve de se adequar não à vocação das regiões e sim ao desejo da elite das regiões" (Mascarenhas, 1995, p. 71). Neste aspecto, Erasto Mendonça ressalta o "enraizamento de valores patrimoniais no modelo doméstico que se instalou entre nós", impossibilitando o livre curso de um sistema de ensino, mesmo que este esteja "voltado para a implantação de mecanismos participativos, fundado em princípios democráticos", dificultando a "transição para um modelo de Estado moderno". Mendonça denuncia ainda, a constituição do Estado brasileiro, "a partir de um modelo doméstico de relações sociais, onde predominam as vontades particulares mais que as ordenações impessoais". Mendonça alerta que o "patrimonialismo constitui a terra seca e infértil de um tipo de Estado que inibe a germinação das sementes da participação, na qual se funda a democracia". (Mendonça, 2001, p.96, p. 100).

Para Mascarenhas,

Dois fatores condicionaram essa adequação: o primeiro fazendo parte do elenco das questões eleitoreiras e dos “currais políticos” que quiseram não fazer feio ante seus eleitores (ainda a idéia de que a universidade é algo de *status*) e em segundo lugar, ter de se sujeitar, à força, a criação de cursos clássicos, tendo em vista o universo pequeno burguês da região e seu desejo pelo título de “doutor”. (Mascarenhas, 1995, p. 70/71)

Como consequência, no Plano Plurianual 1992-1995 do Governo do Estado, sancionado pela Lei nº 549 de 21 de maio de 1993 foram definidas as linhas de ação a serem implantadas para o desenvolvimento do ensino superior, com prioridade para as seguintes ações de apoio:

- Centro Universitário de Palmas: cursos de especialização em Ecologia e Preservação Ambiental e Química Ambiental, laboratórios de análise de solo de materiais alternativos, centros de processamentos de dados e biblioteca especializada;
- Centro Universitário de Porto Nacional: Curso de Farmácia, núcleo de estudo dos produtos naturais, museu histórico do Tocantins, e suplementação do laboratório de ciências biológicas;
- Centro Universitário de Gurupi: Curso de Engenharia Agrícola, implementação dos laboratórios de análises químicas, implantação do plano diretor de pesquisa agropecuária;
- Centro Universitário de Araguaína: Curso de Zootecnia, Curso de tecnólogo em couros e tanantes, e núcleo de estudos de couro e tanantes;
- Centro Universitário de Miracema: Curso de Economia;
- Centro Universitário de Arraias: Curso de Enfermagem e Obstetrícia;
- Centro Universitário de Tocantinópolis: Núcleo de desenvolvimento florestal;
- Centro de Educação Tecnológica de Paraíso: Curso de Engenharia de Alimentos e Curso de especialização e gerência;
- Criação e implantação do Centro Universitário de Colinas: Curso de Direito. (Plano Plurianual, 1993, p. 44/45)

Cabe acrescentar que as “questões eleitoreiras” geraram inúmeros pedidos de abertura de cursos em todo o Estado do Tocantins, alguns exitosos, outros não. Entre os “bem sucedidos”, é possível citar a criação do Curso de Direito no município de Colinas, cujo processo foi montado por uma comissão composta pelo Prefeito, juíza, promotor, juristas, Secretária Municipal de Educação e pela presidente da Comissão Pró-Ensino Superior de Colinas. A prefeitura doou uma área de aproximadamente dez mil metros quadrados no centro da cidade, colocando também à disposição da UNITINS, a estrutura física de uma escola municipal para início das atividades ainda em 1993. (ASCOM, 1993)

Um outro exemplo é a abertura de um Centro Universitário em Paraíso, domicílio político do Governador Moisés Avelino, que lá exercera o cargo de

Prefeito. A proximidade geográfica de Paraíso a Palmas (pouco mais de 60 Km), de Paraíso a Gurupi (aproximadamente 170 Km) e de Paraíso a Miracema (em torno de 100 Km), municípios que já contavam com *Campi* instalados, levanta questões quanto à procedência da criação de mais um Centro Universitário, o que implicava em investimentos materiais e financeiros, oferecendo dois cursos e mais um núcleo de pesquisa, enquanto todos os demais ainda engatinhavam. A respeito do núcleo de pesquisa, o jornal "Diário da Manhã" de Goiânia, de 25 de maio de 1993, anunciava que:

A criação recente do Núcleo de Pesquisa e Produção de Medicamentos (NUPPROM) pelo Governo do Estado, abre perspectivas de um progresso para o estado do Tocantins e, particularmente, para a cidade de Paraíso do Tocantins, onde está sendo instalado o referido Centro de Pesquisa e Produção de Fármacos e Medicamentos. Os benefícios imediatos vão refletir junto à rede hospitalar, enquanto consumidora dos medicamentos alopáticos e fitoterápicos desenvolvidos pela equipe executora do programa. (Governo vai..., 1993, p.13)

Entre os "não exitosos", cabem destaque os seguintes pleitos, noticiados pelos jornais da época:

#### ◆ Universidade

O deputado Uiatan Cavalcante (PDC) apresentou à Assembléia Legislativa requerimento a ser encaminhado ao Governador Moisés Avelino, sugerindo a implantação dos Cursos de Veterinária, Zootecnia, Engenharia Sanitária e Civil na cidade de Gurupi, pela Unitins. Uiatan acha que o governador desprestigiou a região sul do Estado, ao sugerir apenas o curso de Agronomia para aquela cidade<sup>12</sup>.

#### ◆ Tocantins pode ter curso de Educação Física

A Delegacia Regional de Educação de Porto Nacional está anunciando para o próximo dia 23 a realização do I Seminário de Educação Física naquela cidade que terá como tema central de discussão uma proposta de criação do curso de Licenciatura nesta área para o Estado do Tocantins<sup>13</sup>(...).

#### ◆ Guaraí terá faculdade de Farmácia da Unitins

Farmácia poderá ser o mais novo curso da Unitins em Guaraí, cidade distante cerca de 220 km de Palmas. A proposta é do deputado Nezinho Alencar (PMDB) da região, que encaminhou ao governador Moisés Avelino, a solicitação. "O Secretário de Educação já deu parecer favorável, faltando apenas a anuência do Conselho Universitário, do qual o secretário é presidente", afirmou Nezinho. O

<sup>12</sup> Jornal Cinco de Outubro, 19 de agosto de 1991, p. 04.

<sup>13</sup> Jornal "O Paralelo 13", 26 de abril de 1993.

deputado acredita que já no próximo ano a Faculdade de Farmácia estará em pleno funcionamento.

De acordo com Nezinho Alencar, a proposta foi feita baseada em uma consulta à população para levantar a necessidade de um outro curso na cidade. A escolha recaiu no curso de Farmácia, onde quatro mil pessoas assinaram o manifesto, incluindo várias entidades de classe. Com 30 mil habitantes, Guaraí possui apenas o curso de Pedagogia, oferecido pela Unitins. Para o deputado, a cidade comporta, perfeitamente mais um curso, principalmente pelo fato de atender também as regiões vizinhas<sup>14</sup>.

◆ Araguatins poderá ter cursos universitários

A Assembléia Legislativa aprovou o requerimento do deputado Luiz Tolentino (PPR), que sugere a criação, instalação e o funcionamento dos cursos de Agronomia e Veterinária, na cidade de Araguatins. (...). Ele alega que a criação desses cursos no extremo Norte do Estado, é de suma importância, pois a região é essencialmente agrícola e pastoril<sup>15</sup> (...).

Todos esses movimentos vitoriosos ou frustrados de criação de cursos sinalizam a interferência político partidária nos caminhos da UNITINS, sofrendo desvios de rumos intermitentes, de acordo com as conveniências políticas, sem que haja em momento algum, uma preocupação com a educação e com o compromisso tácito entre a universidade e a sociedade, por um espaço crítico, alternativo, de promoção de saberes, cultura e difusão de conhecimento.

Nos anos de 1992 e 1993, a Universidade promoveu o vestibular para os *Campi* abaixo relacionados, já incorporados os Centros de Extensão de Porto Nacional e Araguaína, além dos criados em Miracema, Palmas e Gurupi:

**Quadro 8:** Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1992/1993

CAMPUS	CURSO	VAGAS/92	VAGAS/93
Arraias	Pedagogia	40	40
Guaraí	Pedagogia	40	40
Tocantinópolis	Pedagogia	40	40
Miracema	Administração	60	60
Palmas	Engenharia Ambiental	60	60
Gurupi	Agronomia	20	40
Porto Nacional	Geografia	30	30
	História	30	30

<sup>14</sup> Correio Tocantinense, 07 a 09 de novembro de 1993, p. 04.

<sup>15</sup> Correio Tocantinense, 07 a 09 de novembro de 1993, p. 04.

	Letras	30	30
	Ciências Biológicas	40	40
Araguaina	Geografia	50	50
	História	50	50
	Letras	60	60
	Ciências (habilitação Matemática)	20	20
	Medicina Veterinária	40	40
	TOTAL	610	630

Fonte: DAF / Miracema, 2002.

O Edital de 1992 foi publicado sob a gestão da reitora Dra Maria do Rosário Cassimiro e o de 1993, sob a gestão do Prof. Antônio Luiz Maya, ou seja, a mudança de gestão não alterou de imediato o leque de opções dos cursos oferecidos.

No dia 09 de fevereiro de 1993, aconteceu na sede da UNITINS, em Miracema do Tocantins, a solenidade de transferência do cargo de Diretor Presidente da Universidade pelo Prof. Antônio Luiz Maya<sup>16</sup>, para o Prof. Laurentino Fernandes Batista<sup>17</sup> (ASCOM, 1993). O Secretário da Educação, Ruy Rodrigues da Silva, classificou o afastamento de Maya como "um ato normal", acrescentando que a Universidade está em fase de consolidação. "Nova etapa, nova equipe", justificou. (Unitins exonera..., 1993)

O ano de 1993, também marcou o fim do modelo experimental de vestibular<sup>18</sup> adotado para os cursos de Pedagogia de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis. O Prof. Maya, embora achasse positiva a idéia de inovar o procedimento de seleção de alunos ao terceiro grau, via não só no sistema de ingresso dos candidatos dos cursos pedagógicos algumas restrições, como também na proposta de manutenção de um ciclo básico para nivelamento dos alunos. Para Maya, ambas eram merecedoras de reflexão:

<sup>16</sup> Decreto nº 6.914/93 de 05 de fevereiro de 1993.

<sup>17</sup> Decreto nº 6.914/93 de 05 de fevereiro de 1993.

<sup>18</sup> O modelo experimental de vestibular foi adotado nos anos de 1991 e 1992. Detalhes sobre o método adotado encontram-se no capítulo II desta dissertação.

A primeira delas é a Universidade dar-se ao luxo de manter um ciclo básico que outra coisa não parece ser que um cursinho preparatório aos exames eliminatórios das matérias de conteúdo do segundo grau nas disciplinas português e matemática. Cursinho porque visa aprimorar e aperfeiçoar a aprendizagem das disciplinas fundamentais do segundo grau.

A outra razão é que só se matricularão nos cursos de terceiro grau os candidatos que forem aprovados nos exames a que serão submetidos ao final do denominado "ciclo básico".

A segunda ressalva que se pode apresentar é avaliar os resultados obtidos pelos candidatos do segundo grau, sem avaliar o conteúdo curricular das disciplinas curriculares cursadas.

Trata-se pelo menos de voto de confiança incontestável na credibilidade do ensino ministrado por todas as escolas de 2º grau do Estado. O que não parece muito aconselhável, face à precariedade com que nossas escolas ministram esses cursos, sobretudo em termos de pessoal docente ainda não devidamente especializado e devido à carência de laboratórios e salas especiais. (Maya, 1990, p.03)

Formalmente, justificou-se o fim da experiência em virtude da não manifestação do Conselho Federal de Educação em tempo hábil, para continuidade ou não da experiência, tendo contribuído também, "a palavra do Prof. Seidell, que ao discutir o problema com os diretores da UNITINS, recomendou a necessidade de ater-se à lei, sobretudo para os cursos recém-criados que precisariam de autorização do Governo Federal". (Maya apud Oliveira, 1994, p. 240)

Com a visita do Ministro da Educação Murílio Hingel a Palmas em 23 de julho de 1993, o tão acalentado sonho por uma Universidade Federal, mais uma vez foi adiado. O Ministro descartou a possibilidade de o Tocantins vir a ter uma Universidade Federal, dizendo-se feliz com a opção que o Tocantins fez por uma Universidade Estadual. "Vamos acompanhar essa experiência destinando o máximo de recursos possíveis para o seu desenvolvimento", declarou ao Jornal do Tocantins, edição de 27 a 30 de julho de 1993. (Murílio..., 1993, p. 07)

Os anos de 1994 e 1995 foram marcados pela expansão do número de Campi e de vagas, além da diversificação dos Cursos. Comparando com o número de vagas oferecidas no vestibular de 1993, houve um acréscimo de quase 30% no ano de 1994 e de mais de 30% no ano de 1995, ou seja, de 1993 a 1995 a UNITINS saltou de 630 vagas para 1055, aumentando em mais de 60% o volume de oferta, conforme ilustra o quadro 9 :

**Quadro 9:** Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1994/1995

CAMPUS	CURSO	VAGAS/94	VAGAS/95
Arraias	Pedagogia	40	40
	Matemática	–	30
Guaraí	Pedagogia	40	60
	Letras	–	30
Tocantinópolis	Pedagogia	40	80
Miracema	Administração	60	75
	Matemática	–	40
Palmas	Engenharia Ambiental	60	30
	Ciências Contábeis	45	30
	Arquitetura e Urbanismo	45	30
Gurupi	Agronomia	60	40
Porto Nacional	Geografia	30	50
	História	30	60
	Letras	30	30
	Ciências Biológicas	40	30
Araguaína	Geografia	50	60
	História	50	60
	Letras	30	60
	Ciências (habilitação em Matemática)	20	60
	Medicina Veterinária	40	40
Paraíso	Processamento de Dados	30	50
	Engenharia de Alimentos	–	30
Colinas	Direito	40	40
	<b>TOTAL</b>	<b>810</b>	<b>1.055</b>

Fonte: DAF/ Campus de Miracema e COPEV/ Reitoria

Até o fim do mandato do governador Moisés Avelino (91/94), a UNITINS assistiu ainda a posse de mais um Reitor, o Prof. Delby Fernandes de Medeiros, o sexto desde a criação da Universidade, nomeado conforme Decreto nº 10.334/94, editado em 10 de maio de 1994.

A situação geral da UNITINS deixada pelo governo Moisés Avelino pode ser resumida assim:

**Quadro 10:** Demonstrativo da Administração Moisés Avelino, com relação à UNITINS

ESPÉCIE	QUANTIDADE / 91	QUANTIDADE /94
Reitores	01	06
<i>Campi</i>	03 <sup>19</sup>	10
Cursos	03 <sup>20</sup>	23

Fonte: RH e COPEV/ Reitoria

Os números indicam uma expansão considerável com relação à quantidade e diversidade de Cursos e *Campi*, no governo Avelino. Porém, o que mais chama a atenção, foi a alternância ocorrida na Reitoria, órgão executivo superior da Universidade<sup>21</sup>, fazendo questionar sobre o cumprimento ou não do artigo 11 da Lei nº 326/91 que transformou a UNITINS em autarquia integrante do Sistema Estadual de Ensino, que determina:

Art. 11 - A Universidade terá autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.

### 1. O renascimento da Fundação

Em primeiro de janeiro de 1995, José Wilson Siqueira Campos assumiu seu segundo mandato. No mês seguinte, mais precisamente no dia 22 de fevereiro, o governador nomeou o Prof. Lívio William Reis de Carvalho<sup>22</sup>, para presidir a Comissão para Implantação da Fundação Universidade do Tocantins, que diferentemente do modelo anterior, não seria "criada e mantida pelo Poder Público, forma de organização que vem sendo denominada, hoje, de "Fundação

<sup>19</sup> Apenas computados os *Campi* implantados em Guaraí, Tocantinópolis e Arraias, estando de fora a FACILA e a FAFITINS.

<sup>20</sup> Apenas computados os cursos de Pedagogia implantados em Guaraí, Tocantinópolis e Arraias.

<sup>21</sup> Lei nº 326/91, Art. 14 – A Reitoria é o órgão executivo superior da Universidade, competindo-lhe administrar os recursos humanos, materiais e financeiros; formular os planos anuais e as propostas orçamentárias respectivas; promover o relacionamento permanente da Universidade com a comunidade e as instituições tocantinenses; superintender a Administração da Universidade e de seus órgãos em todos os assuntos de seu interesse.

<sup>22</sup> Decreto nº 019/95, de 22 de fevereiro de 1995.

Autárquica”, mas sim, uma instituição pública mas não estatal, de natureza jurídica de direito privado, mas não particular”. (Caderno Unitins1, 1997, p.01/02)

Siqueira Campos justificava a mudança da personalidade jurídica da UNITINS, pela inadequação do modelo autárquico, cuja subordinação à Secretaria da Educação, obstaculizava o exercício da autonomia universitária, tornando-a dependente de normas burocráticas e centralizadoras típicas da administração pública. Para o governador, a mudança institucional da universidade, fazendo-a retornar ao modelo fundacional de universidade, era a alternativa para superar

os problemas enfrentados pela Instituição, dentre eles, a falta de segurança funcional e de condições de profissionalização para seus quadros docentes e administrativos; a morosidade na gestão; a desarticulação interna; a falta de um planejamento estratégico eficaz, integrador das unidades e ordenador das decisões; a falta de organicidade e a dificuldade de operar a partir de decisões externas. (Caderno Unitins 1, 1997, p. 01)

A ênfase com que Siqueira Campos defendia o novo modelo de Universidade, fez com que, por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Palmas, em 13 de dezembro de 1996, proferisse um discurso de exaltação da nova feição da Universidade do Tocantins, uma “Fundação modelar, efetivamente pública, co-instituída e co-administrada pelo Estado e pelos mais representativos segmentos da sociedade, na área empresarial, política e social”. Apesar de frisar que o Tocantins “é o único Estado da Federação, onde a União não mantém Universidade própria, fato esse que se por um lado nos coloca à margem da crise que envolve o ensino superior, de outro, não pode servir de instrumento de discriminação contra o Tocantins”, o governador acrescentou que “surpreendentemente, não estou pedindo para o Tocantins, uma Universidade federal ou a federalização da nossa Universidade”, mas sim,

**Alternativamente ao modelo de Ensino Superior vigente, estatizante e centralizado, que agoniza no País, estou propondo, como solução de justiça e de equidade no tratamento dos Estados da Federação, um modelo de Universidade efetivamente pública, sem ser estatal, e de direito privado, sem ser particular.** Estou propondo a parceria da sociedade e do Governo do Estado com o Governo federal na nova Universidade do Tocantins, com a redução de custos e eficácia de resultados, transformando a Universidade num processo associado a este novo projeto de alavancar o Brasil para o seu futuro. (Caderno Unitins2, 1997, p. 10/11, grifo do autor)

A proposta do governador, na verdade coaduna-se com o movimento de redirecionamento do papel do Estado e de reforma na educação, iniciado na América Latina na década de 80 e intensificado na década de 90, quando o discurso da eficiência e da qualidade passou a ser utilizado

para redirecionar a expansão educacional, sobretudo da educação superior, tendo como fim uma determinada modernização econômica, ou melhor, uma modernização caracterizada pelo projeto político neoliberal, pela globalização do capital e pela constituição de um novo processo de organização da produção, do trabalho e do consumo (Dourado e Oliveira, 1999, p. 08)

No Brasil, a reestruturação da educação implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso é parte de um movimento maior de globalização, de ajuste do capitalismo e de reformulação do papel do Estado, em especial no tocante a sua participação na economia, ajustando-se à nova ordem econômica mundial. Para Dourado, a perspectiva de minimização do Estado nos anos 90, desvelou

novas possibilidades de privatização do público respaldadas em argumentos diversos, destacando-se a ineficácia da atuação estatal no âmbito das políticas educacionais.

As reformas educacionais em curso nos anos 90 indicam a transfiguração da atuação estatal no sentido de manutenção da égide privatista do Estado brasileiro, por meio de incremento de novas facetas de intermediação entre as esferas pública e privada, fazendo emergir organizações com natureza e caráter ambíguos, como as fundações e as organizações sociais constitutivas das reformas do Estado em curso, para a realidade brasileira, além de outras modalidades de interpenetração entre essas esferas, em sintonia com os organismos multilaterais, destacando-se o Banco Mundial. (Dourado, 2000, p. 292)

Neste contexto, o Prof. Lívio William Reis Carvalho<sup>23</sup>, exerceu a Presidência da Comissão de Implantação da Fundação Universidade do Tocantins até 29 de maio de 1995, sendo sucedido pelo Prof. Zuhair Warwar<sup>24</sup>, que não efetuou nenhuma alteração com relação à herança estrutural, organizacional ou física da Universidade, tendo o vestibular de 1996, apresentado o seguinte quadro:

<sup>23</sup> Bacharel. Mestre e Doutor em Economia.

<sup>24</sup> D.O. nº 438, p. 0872 de 30 de maio de 1995.

**Quadro 11:** Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1996

CAMPUS	CURSO	VAGAS/96
Arraias	Pedagogia	40
	Matemática	30
Guaraí	Pedagogia	60
	Letras	30
Tocantinópolis	Pedagogia	80
Miracema	Administração	75
	Matemática	40
Palmas	Engenharia Ambiental	30
	Ciências Contábeis	30
	Arquitetura e Urbanismo	30
Gurupi	Agronomia	40
Porto Nacional	Geografia	50
	História	60
	Letras	30
	Ciências Biológicas	30
Araguaína	Geografia	60
	História	60
	Letras	60
	Ciências (habilitação em Matemática)	60
	Medicina Veterinária	40
Paraíso	Processamento de Dados	50
	Engenharia de Alimentos	30
Colinas	Direito	40
	TOTAL	1.055

Fonte: COPEV/Reitoria

Como pode ser observado, o ano de 1996 manteve o mesmo quadro de oferta de cursos e *campi* oferecido em 1995.

Em 21 de outubro de 1996, o Prof Lívio de Carvalho reassumiu interinamente a Presidência da Comissão de Implantação da UNITINS. No seu retorno, Carvalho anunciou a transferência de alguns cursos do interior para a capital, sob o argumento de que a manutenção dos Centros Universitários era altamente onerosa, absorvendo cerca de R\$ 24 milhões, entre pagamento de

pessoal e despesas administrativas. A transferência dos cursos para Palmas desencadeou uma onda de protestos, pelo temor que a medida despertava da extinção do projeto *multi-campi*, pois, segundo o Presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE), Marison de Araújo Rocha, " todos aprovaram a idéia de descentralizar a Universidade e deu certo. Os Centro Universitário dão a oportunidade de formação para muitos estudantes que não podem ir para a capital fazer um curso superior" (Projeto..., 1996). A manutenção do sistema *multi-campi* contava com o apoio do Coordenador da Ciência e Tecnologia da SUDAM, Everaldo de Vasconcelos Martins, do Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sergio Henrique Ferreira e do representante do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Celso Martins, que acreditavam ser a descentralização, o melhor caminho para uma Universidade. (Especialistas..., 1996)

Grande também era o movimento contra a transformação da UNITINS em Fundação de direito privado, pois na compreensão de Marizon de Araújo Rocha (Presidente do DCE), "transformar a Universidade em fundação é um passo para a privatização" (Governo ainda..., 1996). Dizendo haver um mal entendido sobre as medidas do Governo, o reitor interino Lívio de Carvalho declarou que "o Governo do Estado se compromete a alocar anualmente no seu orçamento recursos para a fundação, isso quer dizer que o Governo continuará mantendo a Unitins. Como isso pode ser privatização?" (Governo esclarece..., 1996, p, 06)

O anúncio de que os discentes que ingressassem a partir de 1997<sup>25</sup>, passariam a pagar uma mensalidade, para a constituição de um fundo de manutenção da Universidade, foi motivo de revolta generalizada, deflagrando protestos em todo o Estado. Na capital, os discentes, liderados pelo Presidente do DCE, Marizon de Araújo Rocha, estenderam faixas de protesto em frente à Assembléia Legislativa. Para Rocha, "a Constituição Federal diz que todo sistema público de educação deve ser gratuito e nós não podemos aceitar esta decisão autoritária". (Alunos..., 1996).

<sup>25</sup> Os estudantes com data de ingresso na UNITINS anterior a 1997, não seriam atingidos pela medida, conforme artigo 2º, item IV da Lei nº 874/96, datada de 06/12/1996:

Art. 2º A participação do Estado como instituidor, será consubstanciada:

IV – pela garantia de aporte de recursos para a manutenção dos alunos da UNITINS, matriculados antes da vigência da presente lei.

Oportuno se faz destacar a mobilização da comunidade acadêmica em defesa da Universidade Pública em vários municípios do Tocantins. Os alunos e professores do Centro Universitário de Araguaína realizaram uma passeata pelo centro da cidade, com faixas, cartazes e carro de som onde denunciavam a atitude do governador de elitizar o ensino superior, contando ainda com o apoio de estudantes secundaristas, membros da sociedade e alguns vereadores, encerrando-se na Praça das Bandeiras, com discursos inflamados dos participantes. (Alunos..., 1996)

Em Gurupi, os alunos do curso de Agronomia fizeram uma passeata nas principais ruas da cidade, gritando palavras de ordem e carregando um caixão preto, simbolizando o "enterro" do governador Siqueira Campos e do deputado estadual Laurez Moreira, representante do município que apoiou a privatização. Protestavam também contra a atitude omissa dos vereadores que, ao contrário dos vereadores de Araguaína, não abraçaram a causa. Segundo o jornal "O Progresso",

Como se tudo não bastasse, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores espalhou diversos cartazes em pontos estratégicos da cidade com as fotos dos deputados estaduais do PPB, chamando-os de "traidores do povo". Nos cartazes, era lido em letras garrafais, a palavra "Procura-se", pelo fato de todos terem votado favoráveis à privatização. (Estudantes..., 1996, p. 03)

Em repúdio às Medidas Provisórias 227/96 e 228/96, em trâmite na Assembléia Legislativa e que tratavam da transformação da UNITINS, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/TO) emitiu uma nota oficial, assinada pelo presidente Luciano Ayres, conclamando a sociedade civil organizada "para somarem esforços nesta luta pela escola pública e gratuita, que é de todos os tocantinenses", pois "a cobrança de mensalidades na Unitins priva a grande maioria dos jovens do processo educacional e destitui o Estado do Tocantins do seu maior centro de ensino e pesquisa". Afirmou ainda que "nós estamos ao lado dos acadêmicos e não podemos permitir que seja tomada uma medida como esta". (OAB..., 1996, p. 06)

A Assembléia Legislativa assistiu uma tumultuada sessão, dia 08 de novembro de 1996, quando estudantes secundaristas, discentes e docentes da UNITINS, lotaram o plenário da casa. Para acalmar os ânimos, o relator da

Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Hécio Santana (PPB), convidou os estudantes e professores para que formassem comissões representativas que participariam das discussões. O deputado Gismar Gomes (PPB) foi insistentemente vaiado, ao defender que “o que é pago é melhor”, tomando como parâmetro “a falsa tese de que tudo que é público é ruim e moroso” (Mascarenhas e Lustosa, 2000). A bancada da oposição chamou de “irresponsáveis” as duas Medidas Provisórias, uma vez que não envolveu na discussão, as principais partes interessadas, ou seja, a sociedade e a academia. Para Raul Filho (PSDB),

as medidas vão ser aprovadas, como todas as matérias irresponsáveis do Executivo. Cabe aos estudantes acompanharem de perto quem está votando pelo fim do ensino superior público e gratuito no Estado e a doação do imenso patrimônio da Unitins aos amigos de Siqueira Campos. (Debate..., 1996)

Discussões e protestos a parte, em 13 de novembro de 1996 foi promulgada a Lei nº 872/96, que determinava o processo de extinção da autarquia e anunciava sua sucessão por uma instituição fundacional de direito privado. Numa tentativa de apaziguar os ânimos, o Governo do Estado divulgou, em 21 de novembro de 1996, uma nota oficial nos jornais locais, na qual vinha a público esclarecer que

1. É equívoca a afirmação de que a UNITINS está sendo privatizada. Toda fundação é, efetivamente e por natureza, um ente público, mas o Código Civil define a Fundação como Instituição Jurídica de Direito Privado, seja ela criada pelo poder público ou pela sociedade civil. Portanto, seu patrimônio é um patrimônio público, que retorna ao Estado no caso de sua extinção. A Constituição Federal apenas se refere a “Fundação criada e mantida pelo Poder Público”, sendo que em nenhum momento afirma que elas devem ser consideradas Instituições de Direito Público, o que implicaria em mudar o Código civil, o que não ocorreu (Nota Oficial, 1996).

Usando o argumento de que “a autonomia universitária, tão reivindicada pela Universidade, é incompatível com a autarquia” e evocando a opção do governo federal “por um processo de publicização de instituições privadas, (...) para que prestem o serviço público de educação básica ou superior, repassando-lhes os recursos necessários a sua manutenção, sob a forma de contrato de gestão, permitindo que continuem a reger-se por normas de direito privado”, a nota prossegue enfatizando que

É nesta linha de dar autonomia de gestão, flexibilidade e eficácia de ações, que o Governo do Estado do Tocantins, em parceria com a sociedade civil, se dispõe a instituir, a partir da UNITINS, uma nova Organização Social – sob forma de Fundação, que sendo pública, mas não estatal, é regida pelas normas do direito privado e pelas que, através do seu estatuto constitutivo, vier a definir. Este processo, ao invés de privatizar, na verdade, integra a sociedade numa nova forma de gestão, eficaz e desburocratizada, de um serviço público essencial. Privatizar significa entregar a um dono. Publicizar significa integrar a sociedade na gestão (Nota Oficial, 1996)

A Nota encerra, apelando para o espírito de compreensão de todos e a cooperação, “especialmente dos alunos e professores, os mais diretamente beneficiados pelas medidas, dos órgãos jurídicos a quem cabe o zelo pela exata prática da lei, das forças políticas e da sociedade em geral”, a fim de que o Estado do Tocantins possa ter “uma Universidade capaz de responder aos desafios de seu próprio desenvolvimento”. (Nota Oficial, 1996)

A medida teve repercussão nacional, sendo noticiada na “Folha de São Paulo” em 18 de outubro de 1996, com o título “Tocantins privatiza universidade estadual”. Dias Sobrinho, ao denunciar a mercantilização do espaço público e estatal e “as fronteiras cada vez mais movediças e nebulosas” do público e do privado, cita a UNITINS como exemplo de forma explícita de transformação do público em privado, usando as seguintes palavras:

(...) talvez para a satisfação do ideólogo da reforma do Estado brasileiro, uma instituição inteira, a Universidade do Tocantins, que fora criada como instituição pública estadual, se transformou recentemente em fundação de direito privado, passou a ser gerenciada privadamente e a cobrar taxas e mensalidades. (Dias Sobrinho, 2001, p.XV)

Com relação ao pagamento de mensalidade pelos estudantes, o reitor interino Lívio de Carvalho assegurou, que a contribuição teria um valor simbólico, pelo menos 50% inferior ao cobrado por uma universidade particular (UNITINS, 1997, p. 06), sem, entretanto, especificar a que universidade se referia. Em dezembro de 1996, o Secretário Extraordinário para a reestruturação da UNITINS, o Prof. Osvaldo Della Giustina, já na condição de futuro reitor, garantiu que as mensalidades não seriam cobradas dos alunos que comprovassem dificuldade financeira, pois “o Estado continuará sendo o principal mantenedor da universidade, e no orçamento de 97 já estão previstos cerca de R\$ 24 milhões

para a Unitins, enquanto no orçamento de 96 foram R\$ 14 milhões". (Data..., 1996, p. 08)

O ano de 1996 se encerrou com a sanção de três leis e um decreto tratando da reestruturação da UNITINS:

**Quadro 12:** Leis e Decretos referentes a UNITINS, sancionados em 1996

ESPÉCIE	DATA	ASSUNTO
Lei nº 872	13/11/1996	Determina o processo de extinção da autarquia em que se constitui a Universidade do Tocantins.
Lei nº 873	25/11/1996	Autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição de uma fundação de direito privado, para implantação da Universidade Autônoma do Tocantins.
Lei nº 874	06/12/1996	Altera a Lei nº 873 de 25/11/1996
Decreto nº 367	19/12/1996	Transfere, para a Fundação Universidade do Tocantins, os bens que especifica para a constituição do seu patrimônio.

Fonte: Assessoria Jurídica da UNITINS

Sutilmente, a redação da Lei nº 873/96 foi alterada, sendo retirada do seu cabeçalho, a expressão "instituição de direito privado, para a implantação de uma Universidade Autônoma do Tocantins". No seu lugar foi editada a Lei nº 874/96, que em seu artigo 1º, determinava que:

Art. 1º A Lei nº 873, de 25 de novembro de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:  
 "Autoriza o Poder Executivo, na condição de co-instituidor, a promover a instituição da Fundação Universidade do Tocantins".

Em 22 de janeiro de 1997, o Prof. Osvaldo Della Giustina<sup>26</sup> foi empossado como Reitor da UNITINS<sup>27</sup>. Na mesma data, o Jornal do Tocantins, publicava um artigo de Della Giustina intitulado "Superando Equívocos", em que este defendia as mudanças em curso na UNITINS e dissertava sobre "alguns equívocos que precisariam ser superados para o bem da Universidade do Tocantins e, portanto, da comunidade universitária". Para Della Giustina, o primeiro equívoco, referia-se à "confusão que se faz com a natureza das instituições universitárias quando se

<sup>26</sup> Filósofo, implantou a Universidade do Sul de Santa Catarina. Autor de nove livros entre romances, poesias e temas acadêmicos.

confunde direito privado, com propriedade privada e instituição pública, com propriedade estatal". Após definir didaticamente as expressões "instituição de direito privado", "instituição particular", "instituição estatal" e "instituição pública", Della Giustina, evocando o Código Civil e a Constituição, expõe que "toda a Fundação deve ser de direito privado, mesmo quando "criada e mantida" pelo poder público".

Della Giustina chamou de "segundo equívoco", "imaginar que uma instituição regida pelo direito público – ao invés do Código Civil possa ser autônoma". Na argumentação, são citadas as "amarras" impostas às Fundações, "quando criadas e mantidas pelo poder público para tornar relativa sua autonomia: administração por licitações, controles prévios e burocráticos, centralização, quadro único". Na defesa da criação de fundações "como instituições co-participadas pelo poder público e por instituições privadas", Della Giustina esclarece que somente assim as restrições impostas constitucionalmente não são aplicáveis e que, "ao aderir à criação ou à manutenção de uma Fundação, qualquer instituição estará investindo em algo que não lhe pertence, mas que é público, no sentido mais legítimo da palavra".

Como terceiro "equívoco", Della Giustina cita a crença de que "a tão reivindicada autonomia possa ser obtida sendo a Universidade do Estado, ou de particulares. Quem pertence a alguém não é autônomo, por definição". Para Della Giustina, "só a Fundação, sendo instituição autônoma, permite o exercício da autonomia Universitária, em plenitude, viabilizando a prática da garantia constitucional que atribui à Universidade autonomia didático-científica, e de gestão financeira e patrimonial".

O quarto e último "equívoco" a ser desfeito, é de que os "entes estatais são gratuitos e as Fundações são pagas". Della Giustina esclarece que "o estado também pode cobrar, só que o montante arrecadado na cobrança, vai para a vala comum do tesouro do próprio Estado", correndo o risco de voltar muito tempo depois, e de até ser redirecionado para financiar outras prioridades, citando como exemplo, a Previdência e o Fundo de Garantia, entre outros.

Della Giustina encerra seu artigo, ensejando que o "Tocantins possa superar a tendência natural de alguns de se opor às mudanças, e seja pioneiro e

---

<sup>27</sup> D.O. nº 579, p. 6326 de 23 de janeiro de 1997.

exemplo na competência de superar o passado, e criar os caminhos de um futuro diferente para as novas gerações”. (Giustina, 1996, p. 06)

Em julho de 1997, Della Giustina apresentou o Projeto Pedagógico a ser adotado pela UNITINS, tomando por base o princípio de que “a Fundação Universidade do Tocantins foi criada para dar suporte ao modelo de desenvolvimento tocantinense”, com os objetivos de:

- a) promover o homem tocantinense dentro da construção de uma sociedade justa;
- b) manter a sustentabilidade ambiental;
- c) contribuir para promover o desenvolvimento articulado entre as Regiões do país;
- d) expandir e fortalecer seus *Campi* de forma que todas vocações naturais de desenvolvimento sejam atendidas;
- e) contribuir no desenvolvimento da cultura tocantinense em suas diversas expressões através dos meios de comunicação (rádio e TV educativos) da repercussão de tecnologias tradicionais e da preservação e difusão do patrimônio cultural do Estado. (Projeto Pedagógico, 1997, p. 02)

Para que esses objetivos fossem alcançados, seria necessário:

- a) a formação de Recursos Humanos em nível superior;
- b) o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e sua difusão;
- c) a pesquisa e desenvolvimento da ciência e dos conhecimentos específicos sobre o Tocantins, voltados ao planejamento e à informação do poder público e da sociedade tocantinense, com vistas à melhor tomada de decisões e sua melhor utilização nos processos de gestão e de produção em geral. (Projeto Pedagógico, 1997, p. 02)

O “Projeto Pedagógico” previa como estratégia para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, a organização da Universidade “de forma descentralizada – pela multiplicidade de *Campi* e articulada, de modo que a racionalização das estruturas, dos instrumentos e da gestão permitam um desenvolvimento contínuo, harmônico e orgânico do corpo universitário”. A UNITINS foi então mapeada em três áreas de articulação:

- Área de articulação Norte – *Campi* de Tocantinópolis, Araguaína e Colinas
- Área de articulação Central – *Campi* de Palmas, Miracema, Guaraí, Paraíso e Porto Nacional
- Área de articulação Sul – *Campi* de Gurupi, Arraias e Natividade<sup>28</sup> (Projeto Pedagógico, 1997, p. 02)

<sup>28</sup> Município onde encontra-se instalado um Colégio Agrotécnico de segundo grau, administrado pela Secretaria de Educação.

Cada área de articulação seria organizada e desenvolvida "a partir de um núcleo central de conhecimento, de acordo com as vocações regionais e locais", sem desconsiderar os núcleos ou áreas já existentes, quais sejam:

- a) Norte - núcleo básico: Medicina Veterinária  
núcleo afim: biologia  
núcleos complementares: educação e estudos sociais
- b) Centro - núcleo básico 1: Biologia e Meio Ambiente  
núcleo básico 2: Engenharia, Arquitetura e Informática  
núcleo básico 3: ainda inexistente, deve centrar-se em torno da área de saúde  
núcleos complementares: Administração, Educação e Ciências Sociais
- c) Sul - núcleo básico 1: Ciências Agrárias  
núcleo básico 2: ainda inexistente, deve centrar-se em torno do eixo de geologia, minas e metalurgia  
núcleos complementares: Educação e Ciências Sociais. (Projeto Pedagógico, 1997, p. 4/5)

Num ambicioso projeto de crescimento, Della Giustina propunha como meta mais que dobrar em um prazo de dez anos, o número de discentes na UNITINS, ou seja, dos pouco mais de cinco mil em 1997, para doze mil alunos, ampliando de vinte e seis para mais de sessenta a quantidade de Cursos até 2006. Desta forma, Della Giustina pretendia elevar o índice de ingresso em estudos superiores no Tocantins, tomando-o compatível com o restante do país, que é de 11 por 1000 habitantes, enquanto no Tocantins é de 5 a cada 1000 habitantes. (Projeto Pedagógico, 1997, p. 07)

Em seu discurso de posse, Della Giustina propõe-se a começar um processo rumo ao desenvolvimento, com menos presença do estado e mais participação da sociedade. Para Della Giustina:

O primeiro passo (...) foi dado com a criação da nova Fundação Universidade, que tem sido definida, com propriedade, como uma Universidade pública, mas não estatal, de direito privado, mas não privatizada, isto quer dizer, participativa, viabilizadora de uma parceria fértil entre a sociedade e o Estado, parceria que alguns, os detentores dos privilégios, não entendem ou não querem entender, porque seus privilégios os deixa cegos à realidade, insensíveis à necessidade de mudança, agarrados a um mundo que a inovação, transformação e a globalização contínua fizeram desaparecer. (Caderno Unitins1, 1997, p. 36)

Della Giustina permaneceu no cargo até maio de 1998, apresentando efetivamente durante a sua gestão, a implantação de três cursos no *Campus* de Palmas: Economia, Direito e Comunicação Social, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 13:** Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1997/1998

CAMPUS	CURSO	VAGAS/97	VAGAS/98
Arraias	Pedagogia	40	40
	Matemática	30	40
Guaraí	Pedagogia	40	40
	Letras	30	40
Tocantinópolis	Pedagogia	40	80
Miracema	Administração	75	80
	Matemática	30	40
Palmas	Engenharia Ambiental	30	40
	Ciências Contábeis	30	40
	Arquitetura e Urbanismo	30	40
	Economia	40	140 <sup>29</sup>
	Comunicação Social	40	90 <sup>30</sup>
	Direito	50	150 <sup>31</sup>
Gurupi	Agronomia	40	40
Porto Nacional	Geografia	30	80
	História	30	80
	Letras	30	40
	Ciências Biológicas	30	50
Araguaina	Geografia	60	80
	História	60	80
	Letras	60	80
	Ciências (habilitação em Matemática)	40	40
	Medicina Veterinária	40	40
Paraíso	Processamento de Dados	50	50
	Engenharia de Alimentos	30	40
Colinas	Direito	40	50
	TOTAL	1.045	1.610

Fonte: DAF/ *Campus* de Miracema e COPEV/ Reitoria

<sup>29</sup> 40 vagas para o primeiro semestre e 100 para o segundo

<sup>30</sup> 40 vagas para o primeiro semestre e 50 para o segundo

Apesar da Fundação Universidade do Tocantins encontrar-se oficialmente instituída, a UNITINS - autarquia continuava existindo, ou seja, na Universidade coexistiam as duas personalidades jurídicas, dando margem à esdrúxula situação de, num mesmo espaço físico, coabitarem seis tipos diferentes de relações de trabalho: remanescentes de Goiás, concursados da Secretaria da Educação cedidos para a UNITINS, nomeados em comissão para a Autarquia, contratados para prestação de serviço pela Autarquia, contratados temporariamente pela Fundação e contratados pela CLT para a Fundação.

Obviamente, tal anomalia torna uma instituição, qualquer que seja ela, inadmissível em termos de políticas de recursos humanos, cargos e salários e organização funcionais, inviabilizando projetos que assegurem quadros de carreira apropriados, transparentes e que venham garantir o cumprimento dos direitos e deveres das partes envolvidas, a bem das relações de trabalho.

O ano de 1997 foi marcado pelo amontoado de leis e decretos, visando regulamentar a Fundação Universidade do Tocantins e dar seguimento ao processo de extinção da autarquia:

**Quadro 14:** Leis e Decretos referentes a UNITINS, sancionados em 1997

ESPÉCIE	DATA	ASSUNTO
Decreto n° 469	01/08/1997	Doa e sub-roga, para a Fundação Universidade do Tocantins, os bens e direitos que especifica, e dá outras providências.
Lei n° 896	28/02/1997	Reconhece de Utilidade Pública, a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS.
Lei n° 638	13/05/1997	Declara de Utilidade Pública Municipal a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, com sede em Palmas.
Decreto n° 394	06/02/1997	Regulamenta o processo de liquidação da Autarquia – UNITINS.
Decreto n° 450	16/06/1997	Altera o Decreto n° 394, de 06 de fevereiro de 1997, que regulamentou o processo de liquidação da UNITINS – AUTARQUIA.

Fonte: Assessoria Jurídica UNITINS

<sup>31</sup> 50 vagas para o primeiro semestre e 100 para o segundo

As dificuldades, de ordem jurídicas, contábeis, acadêmicas, financeiras e orçamentárias para a efetivação da extinção da UNITINS foram tamanhas que o processo, a princípio encarado de maneira simplista, foi tomando contornos confusos, tendo inclusive o Decreto n° 394/97, em seu artigo 1° determinado que

Art. 1° É constituída uma Comissão de Liquidação da UNITINS – Autarquia, composta por representantes das Secretarias de Administração, Educação e Cultura e Fazenda e, ainda da Procuradoria Geral do Estado, sob a presidência do Secretário-Chefe do Sistema Estadual do Planejamento e Meio Ambiente.

Segundo o Decreto, a Comissão teria um prazo de cento e oitenta dias, isto é, até 06 de maio de 1997, mais tarde ampliado pelo Decreto n° 450/97 até o dia 31 de dezembro de 1998, para apresentar um relatório propondo medidas para que a autarquia fosse definitivamente extinta.

A reeleição de Siqueira Campos para ocupar pela terceira vez o governo do Estado (1999/2002), atropelou a UNITINS. Argumentando que a Universidade precisava racionalizar os recursos financeiros e humanos para superar as dificuldades institucionais, anunciou uma série de medidas de forte impacto no meio acadêmico, tais como: fechamento de cursos, transferência de cursos, fechamento de alguns *campi*, severa restrição para liberação de professores para cursos de pós-graduação, além da manutenção dos salários, sem reajuste desde 1995. À frente das mudanças, estava o Reitor Ruy Rodrigues da Silva, nomeado para o cargo em 25 de janeiro de 1999, o mesmo que no passado como Secretário de Educação do governo Moisés Avelino, defendeu ferrenhamente a transformação da Fundação Universidade do Tocantins em autarquia.

Assim, o ano de 1999 assistiu ao encerramento das atividades dos *Campi* de Arraias<sup>32</sup>, Guaraí e Colinas, à transformação dos *Campi* de Tocantinópolis e Miracema do Tocantins em Centros de Formação de Professores, com a implantação dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior (*Campus* de Miracema) e Normal Superior (*Campus* de Tocantinópolis), ao fim da oferta de vagas para o curso de Matemática no *Campus* de Miracema, à “transferência<sup>33</sup>” do curso de

---

<sup>32</sup> Apesar de ser anunciado o encerramento das suas atividades, o *Campus* de Arraias permaneceu vinculado à UNITINS, voltando a oferecer vagas no vestibular de julho de 2001.

<sup>33</sup> Na verdade, apesar de ser divulgada a transferência do Curso para Palmas, legalmente o que ocorreu foi o encerramento do Curso de Administração do *Campus* de Miracema e a abertura de um no *Campus* de Palmas, com o mesmo corpo docente, permanecendo em Miracema, as turmas em andamento.

Administração de Miracema para Palmas, o traslado do Curso de Processamento de Dados para o *Campus* de Palmas e a transferência da gestão do Curso de Medicina Veterinária do Campus de Araguaína para o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC)<sup>34</sup>.

As medidas adotadas pelo governo estadual foram recebidas com indignação pela comunidade acadêmica, levando os estudantes a promoverem uma passeata até o Palácio Araguaia (sede do Governo do Estado), exigindo melhoria na estrutura dos cursos, gratuidade no ensino, além da não-extinção de *Campi*, pois segundo o Presidente do DCE Élsio Parangará,

Nós estamos dando um passo contra as novas tendências. Governadores como Marcondes Pirillo, de Goiás, Itamar Franco, de Minas Gerais e Olívio Dutra do Rio Grande do Sul, estão descentralizando as universidades estaduais e criando mais *Campi*. Aqui a situação é inversa. Dessa forma estão tirando a oportunidade da maioria da população tocantinense de freqüentar uma universidade. (Estudantes..., p.6, 1999)

Os municípios de Colinas e Guaraí encamparam os Cursos anteriormente oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins<sup>35</sup>, abrindo as inscrições para o vestibular já em 2000, para preenchimento de 270 vagas, assim distribuídas:

**Quadro 15:** Oferta de cursos/vagas nas Fundações Municipais de Colinas e Guaraí - 2000

FACULDADE	CURSO	TURNO	VAGAS 2000
Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins (FECOLINAS)	Direito	Noturno	50
	Normal	Matutino	50
	Letras	Matutino	50
Fundação de Ensino Superior de Guaraí (FUNDEG)	Pedagogia	Matutino	40
	Pedagogia	Noturno	40
	Letras	Noturno	40

Fonte: Diário do Tocantins, 01/02/2000

<sup>34</sup> O Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC) é uma instituição particular de ensino pertencente ao deputado federal mineiro Bonifácio Andrade. A gestão pelo ITPAC, apesar de não oficializada, ocorreu de fato durante o ano de 1999, não tendo prosseguido em virtude do ITPAC não possuir autorização do Conselho Federal de Educação. (ITPAC não..., 2000).

<sup>35</sup> A UNITINS permaneceu responsável pelas turmas "em andamento" nos *Campi* de Colinas e Guaraí.

O Prefeito de Arraias Antônio Aires França tentou articular com as Prefeituras dos municípios vizinhos de Taguatinga, Novo Alegre e Campos Belos (GO), uma fundação intermunicipal de ensino, para encampar os cursos oferecidos pela UNITINS no *Campus* de Arraias, o que acabou não ocorrendo. A pressão da população pelo não-fechamento do *Campus* e pela não-desvinculação da UNITINS foi bem sucedida, abrindo 80 novas vagas para o vestibular de julho de 2001, além do compromisso da sua incorporação à estrutura da futura Universidade Federal do Tocantins. (Arraias..., 2001).

Assim, a UNITINS gestada pelo Prof. Ruy Rodrigues da Silva assistiu a uma reformulação generalizada na sua estrutura, apresentando uma drástica redução do seu tamanho, seja em número de vagas, seja em diversidade de cursos e até de *campi*, num total desrespeito ao Estatuto Acadêmico que, em seu artigo 17, atribui ao Conselho Universitário, constituído do reitor, de um representante docente, dos diretores dos *Campi*, de um representante discente e de um representante do corpo técnico, manifestar-se sobre a criação, transformação e extinção de cursos e *campi* da UNITINS. (Caderno Unitins3, 1997, p. 38).

O quadro a seguir mostra a conformação adotada pela UNITINS, sob a gestão do Prof. Ruy Rodrigues da Silva.

**Quadro 16:** Situação da UNITINS com relação ao vestibular 1999/2000

CAMPUS	CURSO	VAGAS/99	VAGAS/00
Arraias	Pedagogia	40	—
	Matemática	40	—
Guaraí	Pedagogia	40	—
	Letras	40	—
Tocantinópolis	Pedagogia	80	—
	Normal Superior	—	40
Miracema	Administração	80	—
	Matemática	40	—
	Normal Superior	—	40
	Pedagogia	—	50

Palmas	Engenharia Ambiental	40	40
	Ciências Contábeis	40	50
	Arquitetura e Urbanismo	40	40
	Economia	100	50
	Comunicação Social	50	40
	Direito	100	100
	Ciência da Computação	–	40
	Administração	–	50
Gurupi	Agronomia	40	40
	Zootecnia	–	40
Porto Nacional	Geografia	80	40
	História	80	40
	Letras	40	40
	Ciências Biológicas	50	40
Araguaína	Geografia	80	40
	História	80	40
	Letras	80	40
	Ciências (habilitação em Matemática)	80	40
	Medicina Veterinária	40	–
Paraíso	Processamento de Dados	50	–
	Engenharia de Alimentos	40	40
Colinas	Direito	50	–
	TOTAL	1.520	980

Fonte: DAF/ Campus de Miracema e COPEV/ Reitoria

O corte de mais de 30% das vagas oferecidas pela UNITINS no ano de 1999 para o exercício de 2000, deveu-se sobretudo ao desvinculamento da UNITINS dos *Campi* de Guaraí, Colinas e Arraias<sup>36</sup> e à redefinição do perfil dos *Campi* de Miracema e Tocantinópolis, que mudaram os Cursos oferecidos e reduziram o número de turmas.

No início do ano de 2000, duas Leis sancionadas em 1º de fevereiro surpreenderam toda comunidade acadêmica. A Lei nº 1.126, que reestruturava a

<sup>36</sup> O *Campus* de Arraias estava incluído entre os que seriam encampados por fundações municipais, o que acabou não ocorrendo.

Fundação Universidade do Tocantins e a Lei nº 1.127, que dava nova denominação à Universidade do Tocantins-UNITINS, autarquia estadual.

O grande impacto da Lei nº 1.126 foram os artigos 17 e 18, que têm o seguinte texto:

Art. 17. É extinta a obrigação do Estado de co-manter a UNITINS podendo, entretanto, apoiá-la financeiramente.

§ 1º Na vigência do apoio financeiro de que trata este artigo, procederá a avaliações periódicas da qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º Suspenso ou não o apoio financeiro, o Estado poderá ausentar-se total ou parcialmente dos órgãos de deliberação e gestão da UNITINS.

Art. 18. O Poder Executivo poderá proceder à transferência recíproca de bens entre os patrimônios da UNITINS e da Universidade Estadual de Palmas-UNIPALMAS ou diretamente para o Estado.

Já a Lei nº 1.127, contradizendo todo o processo de extinção da autarquia em curso desde 1996, quando a lei nº 872 foi sancionada, determinava que:

Art. 1º. A Universidade do Tocantins – UNITINS, autarquia estadual reestruturada pela Lei 326, de 24 de outubro de 1991, passa a denominar-se Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS.

§ 1º. A autarquia de que trata este artigo, pessoa jurídica de direito público integrante do Sistema Estadual de Educação, tem sede e foro na cidade de Palmas.

Art. 12. A UNIPALMAS poderá, mediante autorização do chefe do Poder Executivo, ceder, dar em locação ou alienar bens imóveis de uso não prioritário a outras instituições de fins não lucrativos, preferentemente universitárias.

O governo do Estado, a quem eram cobrados esclarecimentos sobre a situação dos alunos regularmente matriculados na Fundação UNITINS e dos Cursos existentes, publicou nos jornais em circulação no Estado, uma “Nota de Esclarecimento”, onde garantia que “nenhum curso ou aluno será transferido da UNITINS para a UNIPALMAS”. A UNIPALMAS, segundo a Nota, “será implantada dentro de uma programação criteriosamente estabelecida, podendo oferecer, na medida das possibilidades financeiras do Estado, cursos nas áreas de saúde, ciências jurídicas e exatas”. (Nota de Esclarecimento, 2000)

O reitor Ruy Rodrigues esclareceu que a mudança foi uma ação de preparo para a federalização da instituição, estando o modelo UNIPALMAS mais próximo dos adotados pelas universidades federais. Assim, o Tocantins passou a ter uma Fundação de direito privado, com sede nos *Campi* do interior e a Unipalmas,

autarquia de direito público, gratuita, com sede em Palmas (Medidas..., 2000). Ironicamente o “Diário do Tocantins” dava uma nota no dia 23 de janeiro de 2000, onde dizia que “Tocantins agora tem duas universidades ...Unipalmas para os pobres e Unitins para os ricos...”(Divisão, 2000). A respeito da UNIPALMAS, o jornal “O Girassol” publicou que:

Sempre defensor do ensino público gratuito, o governador Siqueira Campos criou a Unipalmas (Universidade Estadual de Palmas) para suprir o grande vácuo deixado pela falta de uma universidade federal no Estado. A Unipalmas segue um novo modelo de ensino universitário, baseado no cooperativismo, com projetos e pesquisas voltadas às necessidades do povo e abre espaço principalmente para os estudantes de baixa renda cursarem o nível superior e ao mesmo tempo servir a comunidade. Os futuros profissionais serão incentivados pelo Governo Estadual a prestarem serviços por dois anos às comunidades mais carentes do Estado com remuneração compatível com o mercado. (Universidade para..., 2000)

No “pacote” de mudanças anunciadas pelo governo, estava incluída também a adoção do programa “Gestão Compartilhada”<sup>37</sup> na UNIPALMAS e na UNITINS, o que acabou não ocorrendo. Segundo o jornal “O Girassol”,

A decisão do governador Siqueira Campos resultou da análise de um alto índice de aprovação que o programa atingiu nas escolas da rede pública estadual. Além de fortalecer as duas universidades com a presença da população nas decisões, o Governador vai também consolidar os *Campi* da Unitins no interior do Estado com centros de ensino e pesquisa com a cooperação de instituições públicas e privadas. (Universidade para..., 2000)

No dia 03 de março de 2000, o Pró - Reitor de Planejamento e Gestão, Edison Nazareth Alves<sup>38</sup>, foi nomeado Reitor da Fundação Universidade do Tocantins, em substituição ao Prof. Ruy Rodrigues da Silva<sup>39</sup>. Em entrevista a autora, Alves relatou que sua ida para a UNITINS ocorreu em 1999, a convite do Siqueira Campos. Na ocasião exercia o cargo de Subsecretário da Fazenda, quando foi chamado pelo governador para conversar sobre a sua experiência profissional, já que “estava querendo colocar o senhor na universidade, na

<sup>37</sup> No Sistema de Escola Autônoma de Gestão Compartilhada, as escolas recebem o repasse dos recursos financeiros da Secretaria de Educação, cujo destino é definido por um Conselho formado por pais, alunos, professores e funcionários.

<sup>38</sup> Ato nº 92- NM- EX de 03 de março de 2000. Militar reformado cursou a Escola Superior de Guerra. É doutor em logística. (entrevista em 22/02/2002)

<sup>39</sup> Ato nº 88- EX de 29 de fevereiro de 2000.

administração da universidade, para ajudar o Ruy". Perguntado sobre sua ida para a UNITINS, Alves declarou que: "eu vim para cá para arrumar administrativamente a universidade para preparar para a federalização". Quanto à saída do Professor Ruy, Alves revelou que o governador decidira reservar para o Professor Ruy a reitoria da UNIPALMAS e, para ele, a reitoria da UNITINS. Diante da recusa do Professor Ruy e de sua decisão de sair da universidade, o Dr. Lívio de Carvalho foi designado reitor da UNIPALMAS<sup>40</sup>.

No dia 29 do mesmo mês, os estudantes da UNITINS deflagraram uma paralisação, numa ação de retaliação ao artigo 17 da Lei 1.126 de 1º fevereiro de 2000, que desobrigava o Estado de manter economicamente a UNITINS. A pergunta que se fazia era: "Caso o Estado se ausente totalmente, quem manterá a Unitins? Ficará sob o controle de organizações empresariais, as mesmas que até hoje não mostraram resultados notórios nos três anos de Fundação Unitins?" (Ribeiro, 2000)

Na condição de negociador do Governo, o Secretário de Interior e Justiça, Eduardo Siqueira Campos, recebeu um grupo de alunos dia 14 de abril de 2000, para dialogar. Os estudantes do intitulado movimento "S.O.S UNITINS", exigiam a revogação da lei, que transformou a autarquia Unitins em Fundação, pois no entender de Elsie Paranguá, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unitins, "só assim podemos ter a garantia de que no Tocantins o ensino superior será público e gratuito". Dizendo-se impossibilitado de assumir tal compromisso, não houve acordo entre as partes. (Governo e estudantes..., 2000). No dia 19 de abril, o Governador recebeu o grupo "S.O.S UNITINS" sem, entretanto, acenar com o atendimento das reivindicações dos estudantes. Siqueira Campos cobrou o retorno dos alunos à sala de aula, no que não foi atendido. (Governador..., 2000)

No dia 26 de maio de 2000, em visita ao Tocantins, o Presidente Fernando Henrique, dizendo-se sensibilizado com as gestões ostensivas do governo do Estado, afirmou que

(...) me deu uma alegria imensa colocar o meu nome aqui no projeto de lei que envio ao Congresso brasileiro cujo pleito é a Universidade Federal do Tocantins, única unidade da federação que não tinha a presença do governo federal. Obra não basta. É preciso gente, e gente não basta ter nascido, é preciso que se forme

<sup>40</sup> Ato nº 122 – DSG, d4e 15 de março de 2000.

na escola primária, na escola secundária, na universidade federal. Não existe governo que tenha feito mais pelo ensino público que o meu governo. É por isso, governador, que vejo aqui no Tocantins a oportunidade de ver resumidas essas possibilidades. (Sob o signo..., 2000)

Três dias depois da visita de Fernando Henrique ao Tocantins, mais precisamente no dia 29 de maio de 2000, o Governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa, a Medida Provisória nº 363, reestruturando a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins agora..., 2000). O artigo 21 da MP, rezava que:

Art. 21. É gratuito, à partir do dia 26 de maio de 2000, o ensino ministrado nos cursos atuais da UNITINS.

Após 63 (sessenta e três) dias de paralisação, fato inédito na vida do Estado, que jamais assistira a um movimento de pressão consistente e organizado, os estudantes retornaram à sala de aula no último dia de maio. O grande feito da ação deflagrada pelos estudantes com o apoio da sociedade, não foi apenas o compromisso do governo do Estado, de uma universidade pública e gratuita, mas sim o retorno da discussão sobre a Universidade Federal do Tocantins, negada em diversas ocasiões pelo Governo Federal.

Em 18 de abril de 2001, o Ministro da Educação Paulo Renato de Sousa assinou a Portaria 717/2001, nomeando Eurípedes Falcão Vieira<sup>41</sup> reitor pro tempore da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e presidente da Comissão de Implantação da UFT, a 53ª a ser criada no país e a primeira na presidência de Fernando Henrique Cardoso. (Paulo Renato..., 2001). A Comissão, composta por José Luiz da Silva (Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior – SESU/MEC), Roberto Fernando de Souza (Coordenador Especial de Planejamento e Desenvolvimento do SESU/MEC) e Flavia Cristina Farina (Mestre em Planejamento Urbano e Ambiental), tinha os seguintes objetivos:

- ◆ Implantar a Fundação Universidade Federal do Tocantins, organizando-a e preparando-a para a difusão das novas mensagens que transportam os valores da educação, orientados, fundamentalmente, para o futuro;

---

<sup>41</sup> Ex-reitor da Fundação Universidade do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas e Doutor em Geografia.

- ◆ Adequar a organicidade da Universidade com as novas técnicas de gestão, visando a elaboração quantitativa de estratégias pedagógicas e de planejamento para a próxima década;
- ◆ Preparar a UFT, como Universidade pública e gratuita, locus do saber e da produção científica, para responder aos mais elevados interesses da nação;
- ◆ Orientar a UFT, sem dirigismos de qualquer natureza, para a busca incessante do saber e sua renovada função no futuro da sociedade;
- ◆ Assegurar o compromisso da UFT com o ambiente natural, com a riqueza e a diversidade da vida na sua área de inserção. (Informe Unitins, 2001, p.4/5)

O Dr. Vieira, em entrevista coletiva concedida em abril de 2001 em Palmas, informou que todas as providências para a federalização da UNITINS seriam especificadas em um Relatório a ser enviado em no máximo sessenta dias para o Ministro Paulo Renato. De antemão, Vieira garantiu, que os Cursos dos *Campi* de Araguaína, Gurupi, Palmas e Porto Nacional seriam incorporados, ressaltando que “somente após um diagnóstico sobre a estrutura física, quantidade de alunos, evasão e distância, é que poderemos avaliar a possibilidade de incluirmos os outros *Campi*”. (Informe Unitins, 2001, p. 4)

Após visitar os oito *Campi* da UNITINS, juntamente com o Reitor Edison Nazareth Alves, Vieira formulou uma proposta de rompimento com a estruturação organizacional tradicional das instituições federais de ensino superior, com procedimentos administrativos inovadores e uma estrutura acadêmica não departamentalizada, a partir de institutos, pois no se entender,

O instituto não tem o controle absoluto das disciplinas; estas formam a estrutura curricular dos cursos, ou núcleos comuns, e interagem com eles segundo interesses comuns. Os professores serão lotados no Instituto segundo sua formação especializada, o que permite maior flexibilidade de desenvolvimento em atividades docentes e de pesquisa, além de favorecer o desempenho em interesses interdisciplinares no mesmo instituto ou participação, segundo o nível de especialização, em outros institutos. (Informe Unitins, 2001, p. 4)

Entendendo a Universidade como a vanguarda do conhecimento inovador, a quem cabe construir a nova atualidade, Vieira defende que

A UFT não pode viver o paradoxo de pensar o novo e viver o antigo. Ela tem que incorporar as tecnologias da velocidade, em redes flexíveis de organização acadêmica e administrativa, que marcam os compassos e os ritmos das mudanças sociais, econômicas, científicas e culturais, e que pressupõem, portanto, estruturas organizacionais caracterizadoras de um estado de mudança sempre renovado. (Informe Unitins, 2001, p. 5)

Assim, a estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins apresentada no Relatório enviado ao MEC, seria:

**Organização Administrativa:**

- Conselho Universitário
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Reitoria
- Pró-Reitoria de Gestão e Patrimônio
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
- Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

**Organização Acadêmica:**

- Instituto de Engenharia e Tecnologia
- Instituto de Ciências Humanas e Sociais
- Instituto de Medicina Veterinária e Zootecnia
- Instituto de Ciências Agrárias
- Instituto de Ciências da Saúde

**Padrões de Funcionalidade:**

- Flexibilidade organizacional
- Horizontalidade dos fluxos decisórios
- Ruptura burocrática
- Impulso à eficiência
- Descentralização e autonomia
- Áreas de excelência acadêmica
- Qualidade e inovação

**Espacialidade da UFT (Universidade multiespacial):**

- Palmas
- Porto Nacional
- Gurupi
- Araguaína
- Tocantinópolis
- Miracema
- Paraíso
- Arraias

**Áreas de excelência na multiespacialidade da UFT:**

- Ciências Humanas e Sociais em Palmas, Porto Nacional, Arraias, Tocantinópolis e Araguaína.
- Ciências Exatas e Tecnologia, em Palmas
- Ciências Agrárias, em Gurupi
- Medicina Veterinária e Zootecnia, em Araguaína
- Ciências da Saúde, em Miracema e Paraíso.

**Contingente da UFT (previsão até 2003):**

- Professores.....480
- Funcionários..... 430
- Alunos..... 6400 (Informe Unitins, 2001, p. 5)

Preparando o terreno para a UFT, em 19 de junho de 2000, o Governador Siqueira Campos sancionou a Lei nº 1160, que reestruturava a Fundação Universidade do Tocantins, determinando que:

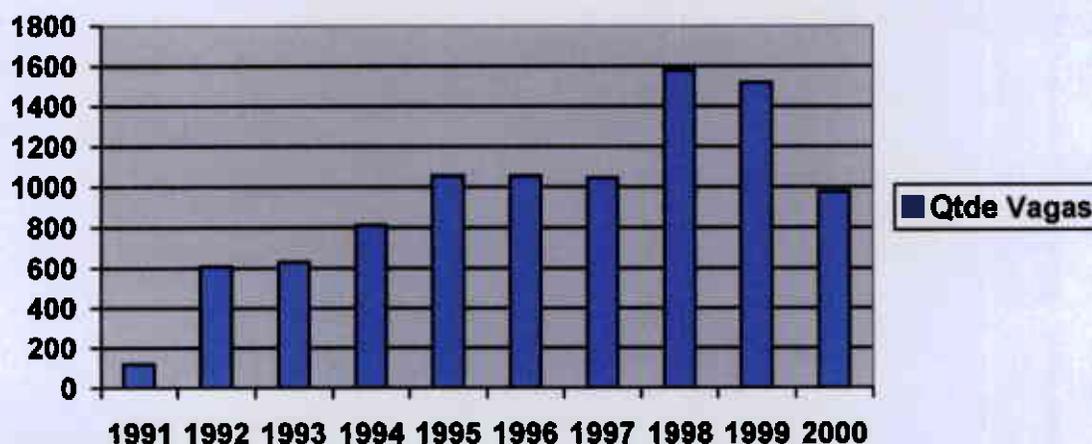
Art. 18. O Poder Executivo poderá proceder a transferência de bens reciprocamente entre os patrimônios da UNITINS e da Universidade Estadual de Palmas – UNIPALMAS ou diretamente para o Estado.

Parágrafo único. Os bens patrimoniais da UNITINS poderão ser transferidos, no todo ou em parte, por doação ou cessão para a futura Universidade Federal do Tocantins.

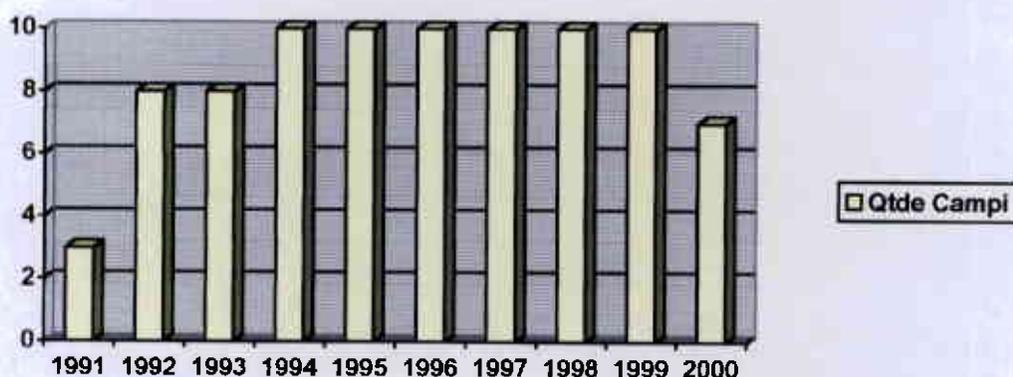
Apesar de ter sido assinada pelo governo federal, em 23 de outubro de 2000, a Lei nº 10.032 promulgando a autorização legislativa para a instituição da Fundação Universidade Federal do Tocantins, esta possivelmente será implantada somente em 2003, com o total aproveitamento da atual estrutura *multi-campi* da UNITINS, segundo informou o Reitor Edison Nazareth em entrevista a autora em 22 de fevereiro de 2002.

Os gráficos abaixo revelam um pouco da trajetória da UNITINS, que em seu primeiro vestibular em 1991, ofereceu cento e vinte vagas para o curso de Pedagogia, implantado em três *Campi*: Arraias, Guaraí e Tocantinópolis. O balanço de 1999 revelou uma UNITINS com 6.099 alunos nos cursos de graduação, atendidos por 383 docentes, sendo de aproximadamente 40% o total de mestres e doutores. (Relatório de atividades, 1999)

**Gráfico 1:** Relação da quantidade de vagas oferecidas pela UNITINS desde 1991



**Gráfico 2:** Relação da quantidade de *Campi* em atividade desde 1991



Longo foi o caminho até a federalização, uma conquista ainda não efetivada até a presente data. A trajetória da UNITINS foi marcada pelas muitas mudanças jurídicas, estruturais, geográficas, administrativas e acadêmicas, que desvelam o jogo de forças e interesses externos à academia, que pouco contribuiu para o desenvolvimento do Estado, além de desviar a instituição da verdadeira razão da sua existência: socializar o conhecimento produzido numa ação lúcida dos seus atores, oferecendo à sociedade, resposta para suas necessidades emergentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reconstituição da história da UNITINS, desde a sua concepção até o movimento e momento da federalização desta instituição de ensino superior, exigiu um intenso trabalho investigativo nas redações de jornais, nos órgãos da universidade, Assembléia Legislativa, Secretarias de Estado e, principalmente nos arquivos pessoais de contemporâneos do seu nascimento, que muito contribuíram com os seus relatos para o desvendamento da trajetória desta IES, já que boa parte dos registros da sua história se perdeu com as muitas andanças da UNITINS.

A heterogeneidade das fontes pesquisadas propiciou um material diversificado, contraditório e de alto valor histórico, permitindo uma visão ampla da realidade pesquisada. A análise das fontes documentais escritas articulou-se, portanto, a outro feixe de relações presentes nas fontes orais utilizadas o que, certamente, contribuiu para a compreensão e análise dos caminhos e descaminhos da UNITINS.

A UNITINS surgiu na efervescência da criação do Estado do Tocantins, que passou a ter autonomia e personalidade jurídica própria em 1988, por determinação da Constituição Federal. Para a implementação do projeto de uma universidade no Tocantins, o governador José Wilson Siqueira Campos convidou a Professora Dra Maria do Rosário Cassimiro, ex-reitora da Universidade Federal de Goiás. A escolha da Dra Cassimiro, que trouxe de Goiás uma equipe de profissionais para a empreitada, despertou um forte ressentimento nos educadores da região, que contavam em participar deste momento histórico do Estado, sentindo-se desprestigiados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em conversa com educadores que já trabalhavam na região por ocasião da emancipação do norte goiano ou que, naturais da região, para o Tocantins retornaram após sua efetivação acreditando poder contribuir na

O modelo jurídico definido para a universidade seria o fundacional, apontado pela reitora como o mais “producente e eficaz”, considerando as experiências “vivas e sofridas por tantos anos”. A Fundação de direito privado mantenedora da universidade criada em 1990 seria, desta forma, capaz de diversificar a geração de recursos financeiros, propiciando seu desenvolvimento “livre dos embaraços comuns as suas congêneres e, mais, da influência político-partidária, tão comum em um Estado em seu nascedouro”, já que, a princípio, a direção da universidade autárquica está condicionada à alternância do poder executivo. (Casimiro, 1996, p. 128)

A fundação teve vida curta, pois a vitória nas urnas do adversário político de Siqueira Campos, Moisés Avelino, para o período 1991-1994, trouxe uma reviravolta no perfil traçado para a universidade que, de fundação, passou a autarquia diretamente ligada a Secretaria da Educação, dentro do denominado Sistema Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia.

Independente da análise dos benefícios ou não que a nova personalidade jurídica trouxe para a universidade, cabe refletir sobre o processo de descontinuidade no perfil traçado para a UNITINS, numa atitude característica do estado patrimonialista onde os interesses são definidos conforme a importância dos grupos intervenientes, cujo poder é reconhecido como legítimo e aceito num acordo tácito entre dominantes e dominados.

Essa lógica patrimonialista, em certa medida, encontra ressonância na prática adotada na concepção e materialização das políticas públicas no país, geralmente de feição clientelista e, portanto, de subserviência aos interesses pessoais e políticos em sentido estrito. Na educação, tal prática toma conotações mais graves, em virtude dos fatores formativos e informativos da escola, *locus* não só de investigação e disseminação do conhecimento, mas também de reflexão, troca de idéias e de construção da cidadania. Nesse sentido a definição das políticas educacionais a serem adotadas, resulta de opções e prioridades nem sempre circunscritas a expansão de um atendimento educacional com

---

formulação da universidade que iria nascer, foi uma grande decepção, que a equipe montada por Cassimiro, fosse composta exclusivamente por profissionais de Goiás, em sua maioria, da UFG. Em entrevista ao *Jornal do Tocantins* de 16 a 23 de setembro de 1991, o Prof. Maya declarou que “apesar de estar ligado ao setor de educação por muitos anos e ter sido na época senador da república, eles não tiveram nem a preocupação de me consultar, e nem sequer, me convidar para participar da comissão de implantação” (Maya não..., 1991, p.06)

qualidade, entendido como direito social, no âmbito das diretrizes e programas educacionais.

A continuidade da lógica clientelística pela descontinuidade de propostas e programas tem sido uma marca no campo das políticas educacionais brasileiras e, para não fugir à regra, a recondução de Siqueira Campos ao poder em 1995, trouxe uma nova roupagem a UNITINS, numa retomada ao modelo de universidade fundacional. Tal medida reforça a triste constatação da prática de ruptura das políticas educacionais no modelo político brasileiro, no qual cada governante julga a sua proposta curricular, a sua lei, o seu plano, o que melhor responde às necessidades da sociedade, como se dele fosse o cargo que ocupa, o que Erasto Mendonça, com muita propriedade classifica como “uma versão adaptada e moderna do coronelismo”. (Mendonça, 2001, p. 97).

O novo modelo de universidade alicerçou-se em um discurso ideológico de inserção da UNITINS no mundo globalizado, onde a competitividade exige domínio de tecnologias e conhecimentos que favoreçam a qualidade de vida e o progresso social. Na linguagem oficial, o primeiro passo para recuperar o tempo perdido e reverter o modelo perverso de exclusão social, foi dado com a instituição de um modelo fundacional de universidade não-estatal, de direito privado, co-instituída pelo poder executivo e pelos por segmentos organizados da sociedade e de organismos e entidades federais. A mudança da UNITINS era apresentada como uma solução alternativa de “justiça e equidade” ao modelo de ensino superior “estatizante e centralizado, que agoniza o país” a um custo reduzido e eficácia de resultados.

A forma pouco transparente e rebuscada com que era apresentado o novo modelo de universidade, utilizando termos jurídicos de difícil compreensão pela maioria, na realidade mascarava uma verdade: a UNITINS estava sendo privatizada e seu patrimônio seria transferido para uma fundação privada, ainda não constituída, mas que dela fariam parte os “mais representativos segmentos da sociedade, na área empresarial, política e social”. (Caderno Unitins2, p. 140)

Em “Nota Oficial” publicada após a indignação que a arbitrariedade causou na sociedade em geral e no meio acadêmico em particular, o governo do Estado negava estar privatizando a universidade, estando, ao invés disso, integrando a “sociedade numa nova forma de gestão, eficaz e desburocratizada”, em

consonância com a lógica de efetivação no campo público das organizações sociais articulada pelo governo federal, a título de superação da crise do sistema federal de educação. Ao enumerar as vantagens administrativas que o regime de fundação de direito privado traria para a UNITINS, foram citadas a sua desobrigação quanto ao cumprimento da lei de licitações, dos controles prévios e do regime jurídico único de pessoal. Segundo a "Nota Oficial", desta forma seria possível resolver a questão dos contratos provisórios dos professores, dos estatutários e dos remanescentes do Estado de Goiás. (Nota Oficial, 1996)

A luta de longa data dos professores da UNITINS para que fosse promovido um concurso público foi ignorada, oferecendo o governo a modalidade de contratação pela CLT para os estatutários e para os detentores de contrato provisório, além da alocação em um quadro especial à disposição da UNITINS para os remanescentes de Goiás. Passados quatro anos desde o renascimento da Fundação Universidade do Tocantins, a autarquia, por razões legais, não foi extinta e hoje o que se vê é o agravamento da babel em que se constitui a "política" de recursos humanos da instituição, com a ampliação de três para seis os tipos de contrato de trabalho em vigor, promovendo o caos que pulveriza a categoria e a enfraquece aos olhos da instituição e conseqüentemente, da sociedade. Fato é que a instabilidade contratual gera uma profunda sensação de insegurança e incerteza sobre si próprio e sobre o futuro, individualiza o profissional e o desvincula da instituição, tornando-o apático com relação aos questionamentos próprios da universidade e das idéias de "formação, reflexão, criação e crítica"<sup>2</sup> razão de sua existência.

Os argumentos relacionados a esse projeto de reestruturação da UNITINS seguem a linha da propalada liberalização econômica para integração à economia mundial, incrementada pelo Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, para quem a rigidez burocrática decorrente da Constituição de 1988, obstaculizava a eficiência e agilidade dos serviços do Estado, sendo necessárias medidas para maior flexibilização administrativa, entre elas, a adoção de contratos flexíveis de trabalho (temporários) e a simplificação dos contratos de compra (licitação), gestão financeira e prestação de contas, que

---

<sup>2</sup> Segundo Chauí, a universidade européia, fundada na idéia do conhecimento guiado pela sua própria lógica, tornou-se inseparável das idéias de *formação, reflexão, criação e crítica*. (Chauí, 2000, p. 217)

não só simplificam como favorecem as camuflagens financeiras / contábeis ao proteger da divulgação e controle as “outras fontes de financiamento”.

Como reforço da argumentação de que a mudança da personalidade jurídica da UNITINS representaria a adoção de um modelo eficaz de gestão, também era evocada a questão da autonomia universitária, sendo esta considerada incompatível com o modelo autárquico, que impõe a submissão da universidade às normas de administração do Estado, inviabilizando “a prática da verdadeira autonomia técnico-científica, e de gestão administrativa e patrimonial”.

O equívoco cometido pelo governo do Estado quanto à autonomia<sup>3</sup> é o mesmo cometido pela LDB, ao relacionar basicamente autonomia a administração de receitas e despesas, dissociando a universidade da sociedade, como se esta não fizesse parte, como se não se constituísse numa instituição social, criada e legitimada no reconhecimento público. Na verdade o discurso oficial era absolutamente coerente com a reforma do Estado impulsionada no governo Fernando Henrique Cardoso, que redirecionava as instituições de ensino superior para o setor público não-estatal como organizações sociais, dando o passo inicial para a cobrança dos serviços prestados, incluindo o ensino, com total abertura para buscar recursos suplementares em fontes privadas, ou seja, a proclamada autonomia dar-se-ia no âmbito financeiro, desobrigando o estado com a manutenção do ensino superior, reservando-se porém, o controle político, exercido com a palavra final acerca do reitor, escolhido por meio de lista tríplice.

Aliás, a autonomia garantida pela Constituição de 1988 (art. 207), vem sendo sistematicamente afrontada por medidas governamentais. Um exemplo é o “Exame Nacional de Cursos (Provão)”, imposto pelo MEC e que direciona os conteúdos a serem trabalhados nas instituições, comprometendo a autonomia didática – científica. Quanto à autonomia administrativa e de gestão financeira, esta se vê reduzida à mera captação externa de recursos, sendo a universidade tratada como um empreendimento qualquer, sujeita às leis do mercado e ao cumprimento de metas e objetivos.

Ao olhar o ensino superior da mesma forma que um empreendimento qualquer, na verdade, apenas se reproduz as diretrizes do Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID), que a partir dos anos 90 vinculou o financiamento de projetos de pesquisa a critérios exclusivamente econômicos, em evidente consonância com as orientações do FMI e BIRD / Banco Mundial, que há muito vêm pressionando os países do terceiro mundo por um maior equilíbrio orçamentário através da restrição dos gastos públicos, privatização de empresas e dos serviços públicos, inclusive os educacionais e da saúde.

A privatização do ensino superior dissimulada sob a aparência da racionalidade, pautada no neoliberalismo, que por sua vez é apresentado com ares de libertação, “por toda uma série de eufemismos, ou de jogos duplos com palavras – a palavra *reforma*, por exemplo – visando apresentar uma restauração como uma revolução” (Bourdieu, 1998, p. 69), cria a ilusão de justiça social, “porquanto, banca o Estado a gratuidade do ensino superior, usufruído pela elite social, enquanto a classe de menor poder aquisitivo tem de suportar o ônus do ensino pago” (Caderno Unitins1, 1997, p. 29).

Embora a gratuidade do ensino na UNITINS tenha sido restituída como consequência da forte pressão social e da decidida e decisiva atuação dos estudantes, a vulnerabilidade da Fundação aos desmandos governamentais ficou evidente, bem como, a falta de um projeto para a Universidade, que teve cursos e *Campi* fechados, sem que a comunidade acadêmica fosse ouvida, em flagrante desrespeito ao Estatuto Acadêmico.

Num exercício de reflexão, cabe retomar a idéia de Chauí sobre o papel preponderante que a vocação política teve sobre a vocação científica na criação das universidades públicas e privadas no Brasil, explorado no capítulo de abertura desta dissertação. A pesquisa desenvolvida deixou evidente que a relação Sociedade e Estado, materializada num cenário de estado patrimonial, assumiu feições clientelísticas em momentos históricos diferentes, seja para garantir privilégios, seja para somar forças em torno de um projeto governamental.

O Tocantins, que promoveu a implantação de uma universidade estadual menos de dois anos depois de estruturado o novo estado, não fugiu à regra. Numa avaliação dos caminhos percorridos pela UNITINS, ao longo dos dez anos de sua existência, deparamo-nos com uma forte interferência do Estado em seu

---

<sup>3</sup> Do grego *autonomia*, “ser autor do *nomos*, ser autor da norma, da regra, da lei”. (Chauí, 2000, p. 216). Para o dicionário Aurélio da língua portuguesa, é a “faculdade de se governar a si mesmo”. (Ferreira, 1986,

corpo, revelada em momentos distintos de políticas partidárias antagônicas. A intimidade entre o saber e o poder se dá muito em razão da presença ainda incipiente da iniciativa privada, não suficientemente forte para diluir o poder econômico, social e político representado pelo Estado, fazendo com que a universidade assuma o papel de reprodutora do sistema político e econômico em vigor. Com uma sociedade civil distanciada dos imperativos do mercado, que a leve a refletir sobre qual o modelo de universidade que melhor responde as suas necessidades, a UNITINS, na condição de instituição social, nascida da sociedade e dela fazendo parte, vê-se incapaz de uma definição de sua identidade e dos caminhos a seguir, uma vez que os programas de formação e pesquisa sofreram freqüentes interrupções, num processo de descontinuidade que dificulta a concretização de sua vocação científica.

O processo de (in)definição da UNITINS, que pouco contribui para o desenvolvimento regional, é corroborado pela instabilidade ocorrida na reitoria, órgão executivo superior da universidade, que viu alterar sua titularidade doze vezes ao longo de dez anos (1990 – 2000), ou seja, menos de um reitor por ano, conforme analisamos ao longo do trabalho.

A título de fechamento e não de conclusão, já que a UNITINS encontra-se em processo de mutação para uma nova personalidade jurídica, agora como Fundação Federal, fica visível que a UNITINS tem percorrido caminhos não muito ortodoxos e com certeza pouco acadêmicos ao longo da sua trajetória, que a indefinem como instituição, contribuindo precariamente para o desenvolvimento regional e para a formação da pessoa – cidadã.

As análises demonstram, portanto, que a trajetória da UNITINS é a expressão de uma concepção patrimonial de Estado, no qual os favores se antecipam a construção e efetivação dos direitos sociais sob a égide clientelista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Maria de Lourdes Fernandez Gonzalez. **A formação de professores para o ensino fundamental e médio na Universidade do Tocantins - uma avaliação preliminar do período de 1988-96.** Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás.

BALDINO, José Maria. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80.** Goiânia, 1991. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira. Universidade Federal de Goiás.

BARBOSA, Alexandre de Freitas, MORETTO, Amilton. **Políticas de emprego e proteção social.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 1998. Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v.1.

BELTRÃO, Cláudia. Alma Mater: a autonomia na origem da universidade. **Revista ADUFPB – JP.** Seção Sindical do Andes – SN, n.02, outubro de 1997.

BEZERRA, Adão Bomfim. A Unitins na doutrina do TO. **Jornal do Tocantins**, 22 a 24 de outubro de 1991, p. 03.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001 – Coleção Questões da Nossa Época, v. 56.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Tradução: Carmen C. Varriale et al. 2 v. Brasília/DF: Ed. UnB, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1998.

BRAGA, Ronald. O ensino superior brasileiro na década de 90. **Revista Educação Brasileira.** Brasília, 2 sem 1989, p.23/40.

CAMPOS, Francisco. Reforma do ensino superior. In: Fávero, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade & Poder – análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. p.129/150.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. A Unitins e a modernidade. **Jornal do Tocantins**, 19 a 21/03/1991, p. 06.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Uma universidade para o Tocantins**. Goiás: Kelps, 1996.

CASTRO, Cláudio Moura. Vocação do Saber. **Revista Ensino Superior**. Ano 2, n.19. São Paulo: Segmento, março 2000, p.34/38. Entrevistador: Regina Diniz.

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. **Educação superior e formação de professores**. Revista Brasileira de política e administração da educação. v. 15, n.1 Porto Alegre: ANPAE, jan/jun 1999, p.07/24.

CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira. **Reestruturação e metamorfose das universidades públicas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

CATTANI, Antonio David. Taylorismo. In: Cattani, Antonio David (org). **Trabalho e tecnologia- dicionário crítico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás 1821-1988**. São Paulo: Anita Garibaldi, editora da UCG, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: Trindade, Hégio (org). **A universidade em ruínas: na república dos professores**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.p.211/222.

CHAUÍ, Marilena. A universidade hoje. **Revista UNESP**. Estudos Marxistas n.6. São Paulo: Hucitec, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COSTA, Luiz Armando. Temos que solucionar nossos próprios problemas. **Jornal do Tocantins**, 19 a 22 de outubro de 1993, p. 06.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade brasileira: entre o Taylorismo e a anarquia. **Revista Brasileira de Educação**. n.10, jan/fev/mar/abr, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Lopes, Eliane; Faria Filho, Luciano e Veiga, Cynthia (org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antonio. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: Trindade, Héglio (org) **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.125/148.

DIAS Sobrinho, José. Posfácio. In: Silva Jr, João e Sguissardi, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**, 2 ed.revisada, São Paulo: Cortez, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiás: Ed. da UFG, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. As transformações da sociedade contemporânea, o papel do Banco Mundial e os impactos na educação superior brasileira. In: Silva, Rinalva Cassiano (org). **Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas**. São Paulo: ed. UNIMEP, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto; Aguiar, Márcia Ângela da S. (org). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo, Cortez, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes e OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: Dourado, Luiz Fernandes e Catani, Afrânio Mendes (org). **Universidade Pública: políticas e identidade institucional**. Campinas, SP: Autores associados; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1990. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 70.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas. **Revista Brasileira de Educação**, n.10. jan/ fev/ mar/ abr 1999, p.16/32.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade & Poder – análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil – das origens à construção**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/INEP, 2000, v.1.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil – guia dos dispositivos legais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/INEP, 2000, v.2.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade do Distrito Federal (1935 – 39): uma utopia vetada? **Ciência Hoje – Revista de divulgação da Sociedade Brasileira de Proteção à Ciência – v.21, n. 125, nov/dez 1996**.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: Morosini, Marília Costa (org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Florestan. Entrevista. **Universidade e Sociedade**. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES. Brasília (DF), v. 9, n. 9, ano V, out 1995.

FRANCO, Maria Ciavatta. Reformas educativas na América Latina: a nova lei da educação no Brasil e o projeto de qualidade. **Contexto e Educação**. Revista de educación en América Latina y el Caribe. Ano 15. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000. p. 81/100.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação: uma resposta à crise do trabalho? **Boletim do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre trabalho – NEDDATE**. ano III, n.2. Editorial. Rio de Janeiro: UFF, jan/jun 1998.

GALVÃO, Luís Eduardo. A universidade no Brasil. **Revista Rumos**, n.24, fev 1999.

GERMÃO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

HARVEY, David. **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LARANGEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós- fordismo. In: Cattani, Antonio David (org) **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LEITE, Denise, MOROSINI, Marília Costa, MARTINI, Rosa Maria F. Ensino Superior e LDB: a passagem do formal para o real. **Educação Brasileira**, n.13, 1 sem 1991. p.203/219.

MARTINO, Luis Mauro. Escola para todos. **Revista Ensino Superior**. Ano 3, n. 25. São Paulo: Segmento, 2000.

MASCARENHAS, Osineida Maria Gomes. **O ensino superior e o discurso da modernidade: a experiência de implantação da Universidade do Tocantins**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 1995, 132p.

MASCARENHAS, Angela Cristina B. e LUSTOSA, Francisco Hudson. A presença da universidade pública no Brasil. **O Popular**, 19 de julho de 2000.

MAYA, Luiz Antônio. A UNITINS e o processo de seleção de seus alunos. **Jornal do Tocantins**, 06 a 12 de novembro de 1990, p. 03.

MAYA, Antônio Luiz. Uma universidade realmente nova. **Jornal do Tocantins**, 13 à 19 de agosto de 1991, p. 03.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação e Sociedade**: revista quadrimestral de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), n. 75, ano XXII, agosto, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2 ed., v.36, São Paulo: Cortez, 1999. Coleção Questões da nossa época.

NOGUEIRA, Waldo. Com a casa arrumada. **Gazeta Mercantil – Balanço anual – Tocantins**, ano II, n.2, maio de 1999.

NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no fim do século: um balanço. In: Frigotto, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira. **Liberalismo, educação e vestibular**: movimentos e tendências de seleção para o ingresso no ensino superior no Brasil a partir de 1990. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 347 p., 1994.

PAIM, Antônio. Em busca de uma universidade brasileira. In: Schwartzman, Simon (org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília/DF: CNPq, 1982, 17/96 p.

PENTEADO, Sílvia Teixeira. **Identidade e poder na universidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

PINTO, Diana Couto. Evolução do ensino superior na lei de diretrizes e bases da educação nacional. In: Tubino, Manoel J. Gomes. (org.). **A universidade ontem e hoje**. São Paulo: IBRASA, 1984, 95-109 p..

RAMA, Gérman W. Estilos educacionais. In: Saviani, Dermeval (org). **Para uma história da educação latino-americana**. São Paulo: Autores Associados, 1996. Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 52

RIBEIRO, Orion Milhomem. O futuro universitário no Tocantins. **Jornal do Tocantins**, 11 de março de 2000. Coluna: tendências e idéias.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 18 ed.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 6 ed. São Paulo: Autores Associados, 2000. Coleção Educação Contemporânea.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Novos modelos de organização: um desafio à identidade da universidade neste final de milênio. **Educação superior e**

**formação de professores.** Revista brasileira de política e administração da educação. v.15, n.1, p. 25/36. Porto Alegre: ANPAE.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. O papel dos cursos seqüenciais e diferenciação do ensino superior. In; Sguissardi, Valdemar (org). **Educação Superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A nova LDB e a política de formação de professores: um passo à frente e dois atrás... In: Ferreira, Naura S. C. e Aguiar, Márcia Ângel da S. (org). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA et al. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1986.

SILVA Jr, João dos Reis, SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil;** prefácio Francisco Oliveira, 2 ed.rev. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Otávio Barros da. **Tocantins: conhecendo e fazendo história.** Tocantins, SEC- SEDUC, 1998

SILVEIRA, Maria José. A evolução da concepção de universidade no Brasil. In: Tubino, Manoel José Gomes (org). **A universidade ontem e hoje.** São Paulo: IBRASA, 1984. p.53/ 79.

TEIXEIRA, Anísio Spíndola. **Educação e o mundo moderno.** 2 ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

TRINDADE, Hélgio. As universidades frente à estratégia do governo. In: Trindade, Hélgio (org). **Universidade em ruínas na república dos professores.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2 ed., 2000.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. Formação para o trabalho: os limites da qualidade em educação. **Revista Brasileira de política e administração da educação.** v.16, n.1, jan/jun, 2000. p.75/83.

VIEITEZ, Cândido Geraldez e LODI, Lúcia Helena. Sobre a autonomia universitária. **Universidade e Sociedade.** Ano 1, n. 2, p. 39/40. Brasília: ANDES, nov. 1991.

## JORNAIS

A UNIVERSIDADE do Tocantins discutida em Porto Nacional. **Correio do Norte,** 15 a 21 de outubro de 1989, p. 12.

ALUNOS protestam na Assembléia Legislativa. **Jornal do Tocantins,** 10 a 12 de novembro de 1996.

ARAGUATINS poderá ter cursos universitários. **Correio Tocantinense**, 07 a 09 de novembro de 1993, p. 04

ARRAIAS: visita de reitores anuncia incorporação da UNITINS pela UFT. **Ecos do Sudoeste**, 10 de abril à 10 de maio de 2001.

AUTARQUIA para a Unitins, não. **Jornal O Pioneiro**, 30 de setembro de 1991, p. 03.

BEZERRA, Adão Bomfim. A Unitins na doutrina do TO. **Jornal do Tocantins**, 22 à 24 de outubro de 1991, p. 03.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. A Unitins e a modernidade. **Jornal do Tocantins**, 19 a 21/03/1991, p. 06.

CASSIMIRO é empossada na reitoria da Unitins. **Correio do Norte**. 12 à 18 de março de 1990, p. 12.

CASSIMIRO tomou posse na Unitins. **Jornal do Tocantins**. 27 à 05 de março de 1990, p.06.

COSTA, Luiz Armando. Temos que solucionar nossos próprios problemas. **Jornal do Tocantins**, 19 a 22 de outubro de 1993, p. 06.

CRIADA A Universidade Estadual. **Jornal do Tocantins**, 12 à 18 de dezembro de 1989, p. 07.

DATA de posse está indefinida. **Jornal do Tocantins**, 08 a 10 de dezembro de 1996, p. 08.

DEBATE sobre a Universidade. **Jornal do Tocantins**, 03 a 09 de outubro de 1989, p.06.

DEBATE sobre Medida provisória exalta os ânimos em sessão da AL. **Jornal do Tocantins**, 10 a 12 de novembro de 1996.

DISCUTINDO a Universidade. **Correio do Norte**, 07 a 14 de outubro de 1989, p.06

DIVISÃO. **Diário do Tocantins**, 23 de janeiro de 2000.

ESPECIALISTAS defendem descentralização. **Jornal do Tocantins**, 23 a 24 de outubro de 1996.

ESTUDANTES da Unitins protestam em Gurupi. **O Progresso**, 03 a 08 de dezembro de 1996, p. 03.

ESTUDANTES da Unitins querem ensino gratuito. **Jornal do Tocantins**, 03 de setembro de 1999, p. 06.

EX-REITORA denuncia interesses políticos-partidário na Unitins. **Correio do Norte**. 16 a 30 de agosto de 1991.

FACULDADE debate sua incorporação. **Jornal do Tocantins**, 27 de agosto de 1991.

FECOLINAS está em fase de legalização pelo CEE. **Jornal do Tocantins**, 12 de janeiro de 2000.

GIUSTINA, Osvaldo Della. Superando equívocos. **Jornal do Tocantins**, 22 a 23 de novembro de 1996.

GONÇALVES, Oliveira Leite. Unitins: mais um passo decisivo. **Jornal do Tocantins**, 19 a 25 de fevereiro de 1991, p. 02.

GOVERNADOR decepciona estudantes. **Diário do Tocantins**, 21 de abril de 2000.

GOVERNO e estudantes não chegam a acordo. **Jornal do Tocantins**, 15 de abril de 2000.

GOVERNO e Unitins melhoram relações. **Jornal do Tocantins**, 14 à 20 de maio de 1991, p. 09.

GUARÁÍ terá faculdade de Farmácia da Unitins. **Correio Tocantinense**, 07 a 09 de novembro de 1993, p. 04.

I ENCONTRO de Ciências realizado com sucesso. **Tribuna do Estado**. Palmas / TO, 19 a 23 de outubro de 1993.

INSCRIÇÕES abertas para Colinas e Guaráí. **Diário do Tocantins**, 01 de fevereiro de 2000.

ITPAC não leva medicina veterinária. **Diário do Tocantins**, 21 de abril de 2000.

MARIA das Graças é nova reitora da Unitins. **Jornal do Tocantins**, 09 à 15 de julho de 1991, p. 06.

MASCARENHAS, Angela Cristina B. e LUSTOSA, Francisco Hudson. A presença da universidade pública no Brasil. **O Popular**, 19 de julho de 2000.

MAYA, Luiz Antônio. A UNITINS e o processo de seleção de seus alunos. **Jornal do Tocantins**, 06 a 12 de novembro de 1990, p. 03.

MAYA, Antônio Luiz. Uma universidade realmente nova. **Jornal do Tocantins**, 13 à 19 de agosto de 1991, p. 03.

MAYA não se preocupa com críticas. **Jornal do Tocantins**, 16 a 23 de setembro de 1991.

ME pode retomar estudos da UFT. **Jornal do Tocantins**, 28 à 04 de dezembro de 1990, p. 07.

MEDIDA que altera Unitins é reeditada. **Correio Tocantinense**, 25 de setembro de 1991, p. 08.

MEDIDAS vêm para melhor. **Jornal do Tocantins**, 21 de janeiro de 2000.

MURÍLIO Hingel assina vários convênios. **Jornal do Tocantins**, 27 a 30 de julho de 1993, p. 07.

NOTA de esclarecimento. **Jornal do Tocantins**, 13 de fevereiro de 2000.

NOTA oficial. **Jornal do Tocantins**, 12 a 18 de fevereiro de 1991.

NÚMERO de candidatos pode ser mais de 450. **Jornal do Tocantins**, 12/02 à 18/02/1991, p. 06

OAB repudia transformação da Unitins. **Jornal do Tocantins**, 10 a 12 de novembro de 1996, p. 06.

PAULO Renato nomeia futuro reitor da UFT. **Jornal do Tocantins**, 19 de abril de 2001.

PREFEITO quer contribuir. **Jornal do Tocantins**, 29/05 à 04/06/1990, p. 07

PROJETO gera controvérsias. **Jornal do Tocantins**, 23 a 24 de outubro de 1996.

RIBEIRO, Orion Milhomem. O futuro universitário no Tocantins. **Jornal do Tocantins**, 11 de março de 2000. Coluna: tendências e idéias.

REITORA vai ao presidente pedir pela universidade. **Jornal do Tocantins**, 15 a 21 de maio de 1990.

RESULTADO de concurso sai na 5ª feira. **Jornal do Tocantins**, 05/02/à 11/02/1991, p.07.

REUNIÃO define nova mensagem. **Jornal do Tocantins**. 03/07 à 09/07/1990, p. 07

SENADOR aposta na criação da universidade. **Jornal do Tocantins**, 19 a 25 de junho de 1990.

SOB o signo da conquista. **Diário do Tocantins**, 27 de maio de 2000.

TOCANTINS pode ter curso superior de Educação Física. **O Paralelo 13**, 26 de abril de 1993.

UNITINS, **Jornal do Tocantins**, 15 a 17 de dezembro de 1997, p. 06.

UNITINS agora é gratuita e a União cria a UFTO. **Diário do Tocantins**, 30 de maio de 2000.

UNITINS avalia nomes para a reitoria. **Jornal do Tocantins**, 02 à 08 de julho de 1991.

UNITINS deve ser repensada. **Jornal do Tocantins**, 23 a 29 de abril de 1991, p. 07.

UNITINS exonera presidente. **Jornal do Tocantins**, 02 à 04 de fevereiro de 1993.

UNITINS poderá se federalizar em 90. **Jornal do Tocantins**, 14 a 20 de agosto de 1990, p. 6.

UNITINS transformada em autarquia. **Jornal Correio do Norte**, 16 à 30 de agosto de 1991, p.05.

UNIVERSIDADE. **Jornal Cinco de Outubro**, 19 de agosto de 1991, p. 04.

UNIVERSIDADE para todos. **O Girassol**, 28 de janeiro a 13 de fevereiro de 2000.

UNIVERSIDADE sai até o fim do ano. **Jornal do Tocantins**, 08 a 14 de maio de 1990.

## DOCUMENTOS

CADERNO UNITINS 1, 2 e 3. 1997

ESTATUTO da Fundação Universidade do Tocantins, 14/02/1990.

REGIMENTO da UNITINS, 1992.

TOCANTINS, Governo do Estado. Assessoria de Planejamento e Coordenação (ASPLAN). **Plano Plurianual 1992-1995**. Palmas, 1993.

TOCANTINS, Governo do Estado. Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM). **Nova direção da UNITINS**. Palmas, fev 1993.

TOCANTINS, Governo do Estado. Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM). **UNITINS agiliza Direito em Colinas**. Palmas, 23 de março de 1993.

TOCANTINS, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Departamento de Ensino Superior. Comissão Especial. **Pré- Projeto de Organização de um Sistema Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia e Reorganização da Universidade do Tocantins**. Palmas, 1991. 36p.

TOCANTINS, Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. **Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins (PEE)**. Palmas, 1992, 103 p.

UNITINS, **Projeto Pedagógico**, 1997.

UNITINS, **Relatório de atividades da universidade do Tocantins em 1999**.

### **LEIS, DECRETOS E AFINS**

Lei nº 4.505, de 12 de agosto de 1963

Lei nº 9.449, de 30 de maio de 1984

Lei nº 9.470, de 11 de julho de 1984

Decreto nº 2.413, de 02 de outubro de 1984

Decreto nº 2.428, de 12 de dezembro de 1984

Lei nº Lei nº 9.777, de 10 de setembro de 1985

Lei nº 9.905, de 10 de dezembro de 1985

Decreto nº 2.551, de 16 de janeiro de 1986

Medida Provisória nº 3, de 26 de janeiro de 1990

Lei nº 136, de 21 de fevereiro de 1990

Decreto nº 252, de 21 de fevereiro de 1990

Decreto nº 253, de 21 de fevereiro de 1990

Decreto nº 2.021 de 27 de dezembro de 1990

Decreto nº 2.080 de 14 de fevereiro de 1991

Decreto nº 2.716 de 10 de março de 1991.

Decreto nº 2.716 – A de 10 de março de 1991.

Medida Provisória nº 105, de 14 de agosto de 1991

Medida Provisória nº 106, de 22 de agosto de 1991

Medida Provisória nº 113, de 23 de setembro de 1991

Lei nº 326, de 24 de outubro de 1991

Decreto nº 5.573, de 11 de maio de 1992

Decreto nº 6.914, de 05 de fevereiro de 1993

Decreto de 20 de abril de 1993, (D.O. U. de 22 de abril de 1993)

Decreto nº 10.334, de 10 de maio de 1994

D.O. nº 419, ano VII, de 23 de fevereiro de 1995

D.O. nº 438, p. 0872, ano VII, de 30 de maio de 1995

D.O. nº 557, p. 5092, ano VIII, de 25 de outubro de 1996

Lei nº 872 de 25 de novembro de 1996

Lei nº 873 de 25 de novembro de 1996

Lei nº 874 de 06 de dezembro de 1996

Decreto nº 367 de 19 de dezembro de 1996

D.O. nº 579, p. 6326, ano IX, de 23 de janeiro de 1997

Decreto nº 394 de 06 de fevereiro de 1997

Lei nº 896 de 28 de fevereiro de 1997

Lei nº 638 de 13 de maio de 1997

Decreto nº 450 de 16 de junho de 1997

Decreto nº 469 de 1º de agosto de 1997

Portaria CCI nº 161, de 08 de maio de 1998

D.O. nº 766, ano XI, de 26 de janeiro de 1999

Lei nº 1.042 de 26 de janeiro de 1999

Lei nº 1.126 de 1º de fevereiro de 2000

Lei nº 1,127 de 1º de fevereiro de 2000

Ato nº 88 – EX, de 29 de fevereiro de 2000

ATO Nº 92 – NM – EX, de 03 de março de 2000

Ato nº 122 – DSG, de 15 de março de 2000

Medida Provisória nº 363 de 29 de maio de 2000

# **ANEXOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (NEDESC)**

**BANCO DE DADOS  
ACERVO: UNITINS**

TIPO: Leis, Decretos, Medidas Provisórias e afins

Cod Past a	Espécie	Nº Doc	Título	Autor	Data	Descrição	Págs	Cópi as
01	Dat.		Lei nº 4.504	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	12/08/1963	Cria a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano em Porto Nacional	02	01
02	Dat.		Lei nº 9.449	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	30/05/1984	Transforma em autarquia a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, criada pela Lei nº 4.504	01	01
03	Dat.		Lei nº 9.470	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	11/07/1984	Autoriza a criação de autarquia educacional em Araguaína	02	01
04	Dat.		Decreto nº 2.413	Governador do Estado de Goiás	02/10/1984	Cria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína	01	01
05	Dat.		Decreto nº 2.428	Governador do Estado de Goiás	12/12/1984	Dispõe sobre a estruturação da Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, em Porto Nacional.	02	01
06	Dat.		Lei nº 9.777	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	10/09/1985	Dispõe sobre a criação de uma autarquia educacional em Gurupi	01	01
07	Dat.		Lei nº 9.905	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	10/12/1985	Dispõe sobre a criação de uma autarquia educacional em Tocantinópolis	01	01
08	Dat.		Decreto nº 2.551	Governador do Estado de Goiás	16/01/1986	Cria a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Gurupi, sob a forma de autarquia.	02	01
09	Dat.		Medida Provisória nº 3	Governo do Estado do Tocantins	26/01/1990	Institui a Fundação Universidade do Tocantins	06	01

10	Dat.		Lei nº 136	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	21/02/1990	Institui a Fundação Universidade do Tocantins	05	01
11	Dat.		Decreto nº 252	Governador do Estado do Tocantins	21/02/1990	Cria a Universidade do Tocantins – UNITINS	01	01
11	Dat.		Decreto nº 253	Governador do Estado do Tocantins	21/02/1990	Nomeia a Prof. Maria do Rosário Cassimiro presidente da Fundação Universidade do Tocantins e do seu Conselho Diretor	01	01
12	Dat.		Decreto nº 2.021	Governador do Estado do Tocantins	27/12/1990	Autoriza o funcionamento da UNITINS	01	01
13	Dat.		Decreto nº 2.080	Governador do Estado do Tocantins	14/02/1991	Incorpora faculdades à Fundação Universidade do Tocantins	01	01
14	Dat.		Decreto nº 2.716	Governador do Estado do Tocantins	15/03/1991	Suspende pagamento de prestadores de serviço dos órgãos e entidades fundacionais	01	01
15	Dat.		Decreto nº 2.716–A	Governador do Estado do Tocantins	15/03/1991	Exonera os ocupantes dos cargos em comissão dos órgãos fundacionais	01	01
16	Dat.		Medida Provisória nº 105	Governo do Estado do Tocantins	14/08/1991	Reestrutura a Universidade do Tocantins	09	01
17	Dat.		Medida Provisória nº 106	Governo do Estado do Tocantins	22/08/1991	Reestrutura a UNITINS e revoga a Lei nº 136 e a MP 105	09	01
18	Dat.		Medida Provisória nº 113	Governo do Estado do Tocantins	23/09/1991	Reedita a MP 106	09	01
19	Dat.		Lei nº 326	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	24/10/1991	Reestrutura a Universidade do Tocantins	05	01
20	Dat.		Decreto nº 5.573	Governador do Estado do Tocantins	08/05/1992	Nomeia Antônio Luiz Maya presidente da comissão de implantação da UNITINS	01	01

21	Dat.		Decreto nº 6.914	Governador do Estado do Tocantins	05/02/1993	Exonera Antônio Luiz Maya e nomeia Laurentino Fernandes Batista presidente da comissão de implantação da UNITINS	01	01
22	Dat.		Decreto de 20/04/1993	Presidente da República	20/04/1993	Autoriza o funcionamento da UNITINS	03	01
23	Dat.		Decreto nº 10.334	Governador do Estado do Tocantins	10/05/1994	Exonera Laurentino Fernandes Batista e nomeia Delby Fernandes de Medeiros presidente da comissão de implantação da UNITINS	01	01
24	Dat.		D.O. nº 438 de 30/05/1995	Governador do Estado do Tocantins	29/05/1994	Exonera Lívio William Reis de Carvalho e nomeia Zuhair Warwar presidente da comissão de implantação da UNITINS	01	01
25	Dat.		D.O. nº 419 de 23/02/1995	Governador do Estado do Tocantins	22/02/1995	Nomeia Lívio William Reis de Carvalho presidente da comissão de implantação da UNITINS	01	01
26	Dat.		D.O. nº 557 de 25/10/1996	Governador do Estado do Tocantins	21/10/1996	Exonera Zuhair Warwar do cargo de presidente da comissão de implantação da UNITINS	01	01
27	Dat.		Lei nº 872	Assembléia Legislativa do estado do Tocantins	13/11/1996	Determina a extinção da autarquia	01	01
28	Dat.		Lei nº 873	Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins	25/11/1996	Autoriza o Poder Executivo a promover a instituição de uma fundação de direito privado para implantação da Universidade Autônoma do Tocantins	01	01
29	Dat.		Lei nº 874	Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins	06/12/1996	Altera a Lei nº 873	01	01

30	Dat.		Decreto nº 367	Governador do Estado do Tocantins	19/12/1996	Transfere para a Fundação Universidade do Tocantins os bens que especifica para constituição do seu patrimônio	02	01
31	Dat.		D.O. nº 579 de 23/01/1997	Governador do Estado do Tocantins	22/01/1997	Nomeia Osvaldo Della Giustina reitor da Universidade e presidente da Fundação	01	01
32	Dat.		Decreto nº 394	Governador do Estado do Tocantins	06/02/1997	Regulamenta o processo de extinção da autarquia UNITINS	01	01
33	Dat.		Lei nº 896	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	28/02/1997	Reconhece de utilidade pública a UNITINS	01	01
34	Dat.		Lei nº 638	Prefeitura Municipal de Palmas	13/05/1997	Declara de utilidade pública municipal a UNITINS, com sede em Palmas	01	01
35	Dat.		Decreto nº 450	Governador do Estado do Tocantins	16/06/1997	Altera o decreto 394, que regulamentou o processo de liquidação da autarquia UNITINS	01	01
36	Dat.		Decreto nº 469	Governador do Estado do Tocantins	01/08/1997	Doa e sub-roga para a UNITINS os bens e direitos que especifica	02	01
37	Dat.		Lei nº 1.042	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	26/01/1999	Dispõe sobre os processos de transformação da autarquia UNITINS e de instituição e consolidação da fundação	02	01
38	Dat.		D.O. nº 766 de 26/01/1999	Governador do Estado do Tocantins	22/01/1999	Nomeia Ruy Rodrigues da Silva reitor da UNITINS	01	01
39	Dat.		Lei nº 1.126	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	01/02/2000	Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins	03	01
40	Dat.		Lei nº 1.127	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	01/02/2000	Dá nova denominação à UNITINS autarquia estadual	02	01
41	Dat.		Ato nº 88 - EX	Governador do Estado do Tocantins	29/02/2000	Exonera Ruy R. da Silva do cargo de reitor da UNITINS	01	01

41	Dat.		Ato nº 92 – NM-EX	Governador do Estado do Tocantins	29/02/2000	Nomeia Edison Nazareth Alves para o cargo de reitor da UNITINS	01	01
42	Dat.		Ato nº 122 - DSG	Governador do Estado do Tocantins	15/03/2000	Designa Lívio W. R. de Carvalho para responder pela reitoria da UNIPALMAS	01	01
43	Dat.		Medida Provisória nº 363	Governador do Estado do Tocantins	29/05/2000	Reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins	01	01
44	Dat.		Decreto nº 1.032	Governador do Estado do Tocantins	15/09/2000	Extingue o crédito de mensalidades em atraso da UNITINS	01	01
45	Dat.		Lei nº 1.160	Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins	19/06/2000	Reestrutura a Fundação universidade do Tocantins	02	01

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (NEDESC)**  
 TIPO: jornais

**BANCO DE DADOS**  
**ACERVO: UNITINS**

Cod Past a	Espé cie	Nº Doc	Título	Autor	Data	Descrição	Págs	Cópi as
46	Imp.		A presença da universidade pública no país	Ângela C. Mascarenhas e Francisco H. Lustosa	19/07/2000	Artigo publicado no jornal "O Popular"	01	01
47	Imp.		A UNITINS e o processo de seleção de seus alunos	Antônio Luiz Maya	06 a 12/11/1990	Artigo publicado no Jornal do Tocantins, criticando o modelo experimental de seleção de alunos para os Cursos de Pedagogia da UNITINS	01	01
48	Imp.		A universidade do Tocantins discutida em Porto Nacional	Correio do Norte	15 a 21/10/1989	Notícia o encontro de docentes e alunos para discutir a Universidade em gestação	01	01
49	Imp.		Alunos protestam na Assembléia Legislativa	Jornal do Tocantins	10 a 12/11/1996	Notícia o protesto dos alunos contra o fim da gratuidade da UNITINS	01	01
50	Imp.		Araguatins poderá ter cursos universitários	Correio Tocantinense	07 a 09/11/1993	Notícia o requerimento do deputado Tolentino na Assembléia Legislativa para a criação de cursos universitários em Araguatins	01	01
51	Imp.		Arraias: visita de reitores anuncia incorporação da UNITINS pela UFT	Ecossudoeste	10/04 a 10/05/2001	Notícia a declaração dos reitores Edison Alves e Eurípedes Falcão de que Arraias será incorporada a UFT	01	01

52	Imp.		Autarquia para a Unitins, não	O Pioneiro	30/09/1991	Notícia o reboiço causado pela MP 105	01	01
53	Imp.		A Unitins na doutrina do TO	Adão Bomfim Bezerra	22 a 24/10/1991	Artigo publicado no Jornal do Tocantins, em defesa do modelo fundacional de universidade	01	01
53	Imp.		A Unitins e a modernidade	Maria do Rosário Cassimiro	19 a 25/03/1991	Artigo publicado no Jornal do Tocantins	01	01
54	Imp.		Cassimiro é empessada na reitoria da Unitins	Correio do Norte	12 a 18/03/1990	Notícia a posse da reitora Dra Cassimiro na UNITINS	01	01
55	Imp.		Cassimiro tomou posse na Unitins	Jornal do Tocantins	27/02 a 05/03/1990	Notícia a posse da reitora Dra Cassimiro na UNITINS	01	01
56	Imp.		Criada a universidade estadual	Jornal do Tocantins	12 a 18/12/1989	Anuncia a constituição da UNITINS: cursos e Campi	01	01
57	Imp.		Data da posse está indefinida	Jornal do Tocantins	08 a 10/12/1996	Informa sobre a posse do reitor Osvaldo Della Giustina	01	01
58	Imp.		Debate sobre a universidade	Jornal do Tocantins	03 a 09/10/1989	Notícia o encontro de professores e estudantes, para debater sobre a universidade em gestação.	01	01
59	Imp.		Debate sobre medida provisória exalta os ânimos em sessão da AL	Jornal do Tocantins	10 a 12/11/1996	Relata a sessão de 08/11/1996 na AL para discutir a MP que transformava a UNITINS em fundação de direito privado	01	01
60	Imp.		Discutindo a universidade	Correio do Norte	07 a 14/10/1989	Notícia o encontro de professores e estudantes, para debater sobre a universidade em gestação.	01	01
61	Imp.		Divisão	Diário do Tocantins	23/01/2000	Notícia que o TO passou a ter duas universidades: Unipalmas para os pobres e Unitins para os ricos.	01	01

62	Imp.	Edital	O Popular	22/01/1991	Edital do concurso vestibular 1991 para o curso de Pedagogia	01	01
62	Imp.	Edital	Diário do Tocantins	01/02/2000	Edital do concurso vestibular para Colinas e Guaraí.	01	01
63	Imp.	Especialistas defendem descentralização	Jornal do Tocantins	23 a 24/10/1996	Notícia o apoio ao sistema <i>multi-campi</i> por profissionais da área tecnológica	01	01
64	Imp.	Estudantes da Unitins protestam em Gurupi	O Progresso	03 a 08/12/1996	Notícia a passeata promovida pelos alunos contra a cobrança de mensalidades pela Unitins.	01	01
65	Imp.	Estudantes da Unitins querem ensino gratuito	Jornal do Tocantins	03/09/1999	Registra a passeata dos alunos até o Palácio Araguaia reivindicando o ensino gratuito	01	01
103	Imp.	Ex-reitora denuncia interesses políticos-partidário na Unitins	Correio do Norte	16 a 30/08/1991	Carta aberta ao povo tocantinense da ex-reitora Dra Cassimiro	01	01
66	Imp.	Faculdade debate sua incorporação	Jornal do Tocantins	27/08/1991	Relata o encontro do Secretário da Educação com os estudantes da FAFICH em Gurupi.	01	01
67	Imp.	Fecolinas está em fase de legalização pelo CEE	Jornal do Tocantins	12/01/2000	Informa sobre o processo de municipalização do <i>Campus de Colinas da Unitins</i>	01	01
68	Imp.	Governador decepciona estudantes	Diário do Tocantins	21/04/2000	Notícia o encontro entre os estudantes em greve e o governador Siqueira Campos	01	01
69	Imp.	Governo e estudantes não chegam a um acordo	Jornal do Tocantins	15/04/2000	Notícia o encontro entre os estudantes em greve e o Secretário de Interior e Justiça, Eduardo Siqueira Campos.	01	01

70	Imp.	Governo e Unitins melhoram relações	Jornal do Tocantins	14 a 20/05/1991	Registra a reunião entre a reitora da Unitins, o Secretário da Educação e o diretor do Departamento de 3º grau em 09/05/1991	01	01
71	Imp.	Governo vai produzir medicamentos populares	Diário da Manhã	25/05/1993	Criação do NUPROM	01	01
50	Imp.	Guará terá faculdade de farmácia da Unitins	Correio Tocantinense	07 a 09/11/1993	Notícia a solicitação do deputado Alencar ao governador Avelino por um curso de farmácia em Guará	01	01
72	Imp.	I Encontro de Ciências realizado com sucesso	Tribuna do Estado	13 a 23/10/1993	Registra o evento ocorrido nos dias 19, 20 e 21/10/1993 em Palmas, promovido pelo CONECT e pelo CNPq	01	01
73	Imp.	Inscrições abertas para Colinas e Guará	Diário do Tocantins	01/02/2000	Anuncia a abertura das inscrições para o vestibular das fundações municipalizadas	01	01
74	Imp.	Maria das Graças é nova reitora da Unitins	Jornal do Tocantins	09 a 15/07/1991	Registra a posse da nova reitora	01	01
75	Imp.	Maya não se preocupa com críticas	Jornal do Tocantins	16 a 23/09/1991	Maya rebate as críticas tecidas pelo extinto Conselho Diretor da Unitins com relação as transformações da Unitins	01	01
76	Imp.	ME pode retomar estudos da UFT	Jornal do Tocantins	28/11 a 04/12/1990	Notícia os estudos realizados pelo Ministério da Educação para uma universidade federal no TO	01	01
77	Imp.	Medida que altera Unitins é reeditada	Correio Tocantinense	25/11/1991	Notícia a reedição da MP que transformava a UNITINS em autarquia	01	01
78	Imp.	Medidas vêm para melhorar	Jornal do Tocantins	21/01/2000	Refere-se à criação da Unipalmas	01	01

79	Imp.	Murílio Hingel assina vários convênios	Jornal do Tocantins	27 a 30/07/1993	Notícia a visita do ministro ao TO e sua declaração descartando a implantação de uma universidade federal no TO	01	01
80	Imp.	Nota de esclarecimento do governo do estado do Tocantins	Jornal do Tocantins	13/02/2000	Esclarece sobre a criação da Unipalmas	01	01
81	Imp.	Nota oficial do governo do estado do Tocantins	Jornal do Tocantins	22 a 23/11/1996	Esclarece sobre a mudança da UNITINS para uma instituição de direito privado.	01	01
82	Imp.	Número de candidatos pode ser mais de 450	Jornal do Tocantins	12 a 18/02/1991	Refere-se ao nº de inscritos para a seleção de candidatos às 120 vagas para o curso de Pedagogia	01	01
83	Imp.	O futuro universitário no Tocantins	Orion Milhomem Ribeiro	11/03/2000	Artigo publicado no Jornal do Tocantins	01	01
84	Imp.	OAB repudia transformação da Unitins	Jornal do Tocantins	10 a 12/11/1996	Notícia o repúdio da OAB as MP 227 e 228, que transformavam a Unitins em fundação de direito privado.	01	01
85	Imp.	Paulo Renato nomeia futuro reitor da UFT	Jornal do Tocantins	19/04/2001	Nomeação do reitor <i>pro tempore</i> da UFT Eurípedes F. Vieira	01	01
86	Imp.	Prefeito quer contribuir	Jornal do Tocantins	29/05 a 04/06/1990	Registra as declarações do prefeito de Gurupi acerca da incorporação da FAFICH a UNITINS	01	01
87	Imp.	Projeto gera controvérsias	Jornal do Tocantins	23 a 24/10/1996	Trata do projeto de transferência de alguns cursos do interior para Palmas	01	01
88	Imp.	Reitora vai ao presidente pedir pela universidade	Jornal do Tocantins	15 a 21/05/1990	Registra a audiência de Cassimiro mais o dep. Eduardo S. Campos com Collor de Mello	01	01

89	Imp.		Resultado de concurso sai na 5ª feira	Jornal do Tocantins	05 a 11/02/1991	Refere-se ao concurso para professores da Unitins	01	01
90	Imp.		Reunião define nova mensagem	Jornal do Tocantins	03 a 09/07/1990	Refere-se a reunião entre a reitora Cassimiro, o deputado federal Eduardo Siqueira Campos e o senador Maya para formulação de uma mensagem para votação no Congresso sobre a Unitins	01	01
91	Imp.		Senador aposta na criação da universidade	Jornal do Tocantins	19 a 25/06/1990	Notícia a votação dos projetos de lei nº32 e 415 de autoria do Senador Maya, tratando da federalização	01	01
92	Imp.		Sob o signo da conquistista	Diário do Tocantins	27/05/2000	Notícia a visita do presidente ao Tocantins e o anúncio do projeto de lei para criação da UFT	01	01
93	Imp.		Superando equívocos	Oswaldo Della Giustina	22 a 23/11/1996	Artigo publicado no Jornal do Tocantins, em defesa transformação da UNITINS, em uma fundação de direito privado	01	01
94	Imp.		Temos que solucionar nossos próprios problemas	Luiz Armando Costa	19 a 22/10/1993	Entrevista de Costa publicada no Jornal do Tocantins com o Secretário da Educação Ruy Silva	01	01
95	Imp.		Tocantins pode ter curso superior de educação física	O Paralelo 13	26/04/1993	Proposta apresentada pela DRE de Porto Nacional em seminário	01	01
96	Imp.		Tocantins privatiza universidade estadual	Folha de São Paulo	18/10/1996	Notícia a transformação da Unitins em fundação de direito privado	01	01
97	Imp.		Uma universidade realmente nova	Antônio Luiz Maya	13 a 19/08/1991	Artigo publicado no Jornal do Tocantins	01	01
97	Imp.		Unitins	Jornal do Tocantins	15 a 17/12/1997	Processo de implantação da Unitins	01	01

98	Imp.		Unitins agora é gratuita e a União cria a UFTO	Diário do Tocantins	30/05/2000	Trata do envio da MP 363 pelo governador para a AL restaurando a gratuidade do ensino	01	01
98	Imp.		Unitins avalia nomes para a reitoria	Jornal do Tocantins	02 a 08/07/1991	Processo de sucessão para a reitoria após saída da Dra Cassimiro	02	01
99	Imp.		Unitins deve ser repensada	Jornal do Tocantins	23 a 29/04/1991	Fala sobre o ensino superior no TO e a intenção do governo Avelino de repensar a Unitins	01	01
100	Imp.		Unitins exonera presidente	Jornal do Tocantins	02 a 04/02/1993	Notícia a saída de Maya da presidência da comissão de implantação da Unitins	01	01
101	Imp.		Unitins: mais um passo decisivo	Oliveira Leite Gonçalves	19 a 25/02/1991	Artigo publicado no Jornal do Tocantins referente ao processo de seleção de professores para a Unitins	01	01
102	Imp.		Unitins poderá se federalizar em 90	Jornal do Tocantins	14 a 20/08/1990	Fala da expectativa quanto a votação do projeto de federalização da Unitins pelo Congresso Nacional	01	01
103	Imp.		Unitins transformada em autarquia	Correio do Norte	16 a 30/08/1991	Informa sobre a MP 105 enviada para a AL que propunha a transformação da Unitins em autarquia	01	01
104	Imp.		Universidade	Jornal Cinco de Outubro	19/08/1991	Requerimento do Dep. Cavalcante a AL para implantação de novos cursos em Gurupi	01	01
105	Imp.		Universidade para todos	O Girassol	28/01 a 13/02/2000	Fala da criação da Unipalmas e de outras mudanças anunciadas por Siqueira Campos	01	01

106	Imp.		Universidade poderá se federalizar em 90	Jornal do Tocantins	14 a 20/08/1990	Notícia a votação do projeto do dep. Eduardo S. Campos pelo Congresso Nacional pela federalização.	01	01
107	Imp.		Universidade sai até o fim do ano	Jornal do Tocantins	08 a 14/05/1990	Fala da implantação de uma universidade no TO e das chances de sua federalização	02	01

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (NEDESC)**  
**BANCO DE DADOS**  
**ACERVO: UNITINS**  
**TIPO: Diversos**

Cod Pasta	Espécie	Nº Doc	Título	Autor	Data	Descrição	Págs	Cópi- as
108	Imp.		Estatuto da Fundação Universidade do Tocantins	Unitins	14/02/1990	Anexo ao decreto nº 250/90 de 14/02/1990 do governo do Estado do Tocantins, publicado no D.O./TO nº 32, ano II, de 16/02/1990	10	01
109	Dat.		Pré-projeto de organização de um sistema integrado de educação, ciência e tecnologia e reorganização da universidade do Tocantins	Secretaria de Educação do Estado do Tocantins	13/06/1991	Diretrizes para o setor educacional do TO	05	01
110	Imp.		Boletim Informativo da Universidade do Tocantins nº 0	Unitins	Novembro de 1991	Noticiário sobre a Unitins	04	01
111	Imp.		Boletim Informativo da Universidade do Tocantins nº 1	Unitins	Dezembro de 1991	Noticiário da Unitins	08	01
112	Dat.		Regimento da UNITINS	Unitins	1992	Disciplina os aspectos de organização e funcionamento da Unitins	55	01
113	Dat.		Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins	Secretaria de Educação do Tocantins	1992	Diretrizes para a educação no TO	55	01

114	Imp.		Plano Plurianual do Governo do Estado do Tocantins 1992-1995	Governo do Estado do Tocantins	1992	Diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do estado do TO	188	01
115	Imp.		Folder	Unitins	1992	Informativo sobre a Unitins	01	01
116	Dat.		Unitins agiliza direito em Colinas	ASCOM	23/03/1993	Nota da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM	01	01
117	Imp.		Caderno Unitins 1	Unitins	1997	Legislação e processo constitutivo	42	01
118	Imp.		Caderno Unitins 2	Unitins	1997	Pronunciamentos	55	01
119	Imp.		Caderno Unitins 3	Unitins	1997	Estatuto Acadêmico e Regimentos	86	01
120	Dat.		Projeto Pedagógico	Unitins	Julho/97	Projeto Pedagógico da Unitins	14	01
121	Imp.		Relatório das atividades da universidade do Tocantins em 1999	Unitins	1999	Relatório das atividades nas áreas administrativa, financeira, ensino, pesquisa, extensão e assuntos comunitários	41	01
122	Dig.		Entrevista com Dra Maria do Rosário Cassimiro	Maria Cristina Moretz-Sohn	26/06/2001	Comentários sobre a criação da UNITINS	08	01
123	Dig.		Entrevista com reitor Edison Nazareth Alves	Maria Cristina Moretz-Sohn	2002	Comentários sobre a UNITINS	06	01
124	Dig.		Entrevista com Dr. Lívio William reis Carvalho	Maria Cristina Moretz-Sohn	2002	Via Internet	03	01
125	Imp.		Informe Unitins	Unitins	Junho/01	Noticiário da Unitins	08	01
126	Imp.		Nova direção da Unitins	ASCOM	Fev/1993	Nota da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM	01	01
127	Imp.		Normas Gerais de Funcionamento	UNITINS	13/01/1994	Anexo da resolução UNITINS / CODIR / nº 001/94.	20	01
128	Dig.		Relatório e proposta de desenvolvimento institucional 1998/2002	UNITINS	1998	Proposta quadrienal para a UNITINS		01